



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

PR-29443 V

ARTHUR DA COSTA E SILVA

MENSAGEM  
AO  
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1968



80708482  
11995  
320.981  
8823 m  
COSTA E SILVA  
1968  
vol. 2

BRASÍLIA  
BRASIL

Presidência da	
República	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
8.482	5.2.69

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### O SEGUNDO GOVERNO DA REVOLUÇÃO

### PARTE II

#### EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATEGICO DE DESENVOLVIMENTO

#### ÁREAS ESTRATÉGICAS

Agricultura e Abastecimento

Infra-Estrutura Econômica

Redução de Custos Básicos

Consolidação de Indústrias Básicas

Reforma Administrativa

Pesquisa Científica e Tecnológica

Infra-Estrutura Social

#### DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

### PARTE III

#### POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

### PARTE IV

#### JUSTIÇA E FÓRÇAS ARMADAS

### PARTE V

#### PALAVRAS FINAIS



**PARTE I**

**O SEGUNDO GOVERNO DA REVOLUÇÃO**



Senhores Membros do Congresso Nacional:

Ao dar conta a Vossas Excelências do cumprimento do primeiro período do mandato que me confiaram em nome do povo brasileiro, quero assinalar, antes de mais nada, a atmosfera de tranqüilidade e paz reinante em todo o País, que vem propiciando a realização de trabalho fecundo, nas áreas de administração a cargo do Governo como no âmbito dos empreendimentos particulares.

O simples fato de não ter havido registro de agitação constitui evidência de sentimento geral de confiança nos propósitos do Governo e na sua capacidade de manter a ordem sem recurso à violência.

Outros aspetos da vida nacional confirmam e completam tal sentimento: os Podêres da República funcionam em harmonia e independência perfeitas; nenhum ato governamental foi praticado sem claro e seguro apoio na Constituição ou em lei ordinária; não houve atentados à liberdade individual; e a imprensa não sofreu restrições de qualquer natureza, no livre exercício de sua missão democrática.

Esse quadro deve-se fundamentalmente à índole pacífica do nosso povo. Mas é justo lançar em relêvo que os hábitos de tolerância e longanimidade do Governo, refletindo, aliás, com fidelidade aquêle traço do caráter nacional, contribuíram também para o clima de normalidade em que vivemos.

A inquietude, a tendência à oposição, tal ou qual inconformismo de uns poucos, que parecem muitos por serem livres de exprimir-se sem qualquer restrição (inconformismo, sobretudo, com a severidade dos esforços administrativos, insusceptíveis de frutificar sem o lento e longo trato do tempo e que, por isso mesmo, entram em choque,

por vêzes, com a natural aspiração de rápido progresso coletivo e bem-estar individual) não são fenômenos sociais peculiares ao Brasil: são sinais da hora espessa de um mundo em mudança, comuns a tôdas as sociedades contemporâneas, ainda as mais ricas, mais cultas e civilizadas.

É normal, portanto, em qualquer país sob regime democrático, que a divergência política e a falta de unanimidade de juízos sôbre a conjuntura nacional e a maneira de compreendê-la e tratá-la se insinuem no solo social, deitem raízes e rapidamente repontem na superfície, assumindo corpo, esgalhando-se, estendendo-se em várias direções e dando a impressão, aos menos avisados, de graves e profundas divergências.

É natural, de outra parte, que a perspectiva dos observadores estranhos aos nossos propósitos, ou a êles contrários, divirja da ótica dos que colaboram no Govêrno ou sabem reconhecer-lhe as intenções e os esforços. A combinação dêsses dois pontos-de-vista, só indesejáveis em países antidemocráticos, é freqüentemente salutar em virtude de produzir visão mais completa e mais exata. Mas não é natural supor que a primeira seja sempre clara e fiel, e ofereça infalivelmente imagens corretas, e a segunda seja sempre obscura e tendenciosa, e proporcione da realidade visão necessariamente falsa.

O convívio político tenderá, naturalmente, a ser áspero ou mais difícil em sociedades em que o processo democrático foi ameaçado nos fundamentos, impondo como inevitável o recurso a medidas excepcionais a fim, exatamente, de salvá-lo e poupar ao povo os danos irreparáveis da subversão das suas tradições mais caras, do agravamento das suas dificuldades financeiras e econômicas e da perda final da liberdade.

O Govêrno que tenho a honra de chefiar encontrou situação delicada, a despeito da grande obra de desbravamento realizada pelo eminente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, cujo falecimento privou o Brasil da figura de um estadista excepcional. Muito há que consolidar, recompor, refazer, reconstruir. Para tais feitos, foram criados os instrumentos indispensáveis, quer mediante

a reforma da Constituição, que veio adequar-se à complexa realidade brasileira, quer mediante copiosa legislação ordinária, quer, ainda, através de acurado e contínuo esforço administrativo.

Não se limitou, porém, o Governo a socorrer-se dos instrumentos que lhe foram legados pela administração anterior, senão que cuidou de acerá-los, bem como de criar outros, indispensáveis à completação da tarefa de envergadura nacional em que está empenhado.

Assim procedeu com o fito de levar por diante a obra iniciada em 1964 e conclui-la de acôrdo com as inspirações recolhidas da própria alma do povo brasileiro naquele ano crucial e nos que se lhe seguiram.

É principalmente, senão exclusivamente, em virtude de haver adotado tal linha de rumo e de ação, isto é, proteger os interesses do País representados inequivocamente pelos ideais da Revolução de 1964 e assegurar-lhes a sobrevivência, que o Governo vem sendo acusado de excessos, os quais, na opinião de seus opositores, raiam pelo arbitrário, e até pelo ditatorial, e, ao mesmo tempo, de inércia.

Quanto à primeira crítica, é pertinente lembrar que lhe cabe, como o primeiro, o mais imperioso dos deveres, a custódia do sistema social em que vivemos. Para cumpri-lo não lançou mão de nenhum recurso ilegal, nem sequer de todos os que a lei lhe faculta utilizar.

Quanto à segunda, é certo que o Governo é um instrumento de poder, manejável com audácia, em várias direções e para múltiplos efeitos. Mas os problemas que tem de enfrentar simultâneamente encerram uma lição de severidade, prudência e modéstia. A prova de que, em meio às graves dificuldades do País, foi possível, sem açodamentos ou radicalismos, empreender obra útil e duradoura, está nos números e dados que Vossas Excelências encontrarão neste documento, os quais representam honestamente o que se pôde realizar em um ano de estudos e ação.

As objeções infundadas, as críticas injustas e a incompreensão postiça encontram explicação no fato de que objetar ao exato, cri-

ticar o correto, simular não entender o honesto são formas larvares de atacar a Revolução, de tentar desacreditar-lhe as realizações e violentar a vocação e os anseios do povo.

A Revolução Brasileira é incompreensível para os impacientes, porque foi — e é — um movimento em profundidade, que atingiu as fundações do País antes de tocar-lhe as estruturas, revolução não de superfície, mas de idéias, métodos, hábitos e costumes morais, intelectuais, políticos, econômicos, administrativos. Empreendimento de tal porte não pode dar todos os frutos rapidamente, nem de uma só vez. Exige tempo, sofrimento, sacrifício, paciência.

Dâ-se com o sistema político, talvez em escala mais ampla, o mesmo que se observa na ordem jurídica e na ordem econômica: altera-se lentamente. A própria máquina administrativa, por sua natureza, dimensão excessiva e vícios arraigados através dos anos, constitui sério óbice ao rápido estabelecimento de nova categoria de valores e resultados.

Há para todos os governos conscientes da sua tarefa uma perturbadora opção entre o efêmero — que atende o cotidiano e o circunstancial, isto é, os problemas de superfície — e o histórico — que tem em mira realizações verticais, desvinculadas de interesses imediatos e capazes de preparar o futuro.

Os que ainda encarnam a falsa ordem de coisas anterior a 1964 continuam obstinadamente no esforço de restaurá-la. Mas o Governo conhece o rumo do seu dever e saberá cumpri-lo a qualquer risco, o que, entretanto, não o impedirá jamais de, ressalvada a defesa do acervo imenso que a Revolução lhe confiou, propugnar para que a ordem e a tranquilidade possam existir sob o signo da fraternidade democrática e não se defraude o patrimônio revolucionário.

Impregnada do espírito que informou a Revolução de 1964 e convicta da imperiosa necessidade de nêle impedir qualquer solução de continuidade, a atual administração impôs-se como norma a severidade no trato da coisa pública em todos os seus aspetos, e disso fará timbre constantemente, convencida como está de que o primeiro dos atributos de qualquer governo digno dêsse nome é a honradez.

A clara consciência das dificuldades que iria e irá defrontar não intimidou o Governo, que nunca procurou iludir o País com promessas vãs de rápidas conquistas de progresso, prosperidade e riqueza. Em um ano não se corrigem erros nem se extirpam defeitos encrostados há decênios na vida pública de uma nação.

Sem embargo, estou seguro de haver, no primeiro periodo de meu mandato, atingido o máximo de rendimento que me era dado alcançar em meio a problemas, dificuldades e empecos de várias naturezas que caracterizam o nosso contexto nacional, e de haver, em muitos casos, ido além das expectativas mais otimistas.

A extraordinária recuperação do nível de atividade econômica, operada a partir da recessão que caracterizou o primeiro trimestre, constitui prova irrefutável do acerto da política econômica elaborada e posta em prática.

Eis o que espero venham Vossas Excelências a verificar pelos dados que passarei a expor e que figuram nos relatórios especiais de cada setor da administração.

Esta Mensagem, Senhores Congressistas, não é um documento puramente protocolar, submetido a Vossas Excelências em respeito a preceito legal: é, acima, de tudo, outro meio de comunicação com o povo, por intermédio de seus Representantes.

Tampouco serão protocolares os agradecimentos que, antes de encerrar-lhe a introdução, exprima a Vossas Excelências pelo inestimável apoio prestado ao Executivo, quer oferecendo-lhe os instrumentos legais para a realização dos seus propósitos, quer chamando-lhe a atenção para as deficiências, quer, ainda, sugerindo-lhe novos caminhos para encontrar-se com os sentimentos populares e melhores meios para dar forma concreta às suas aspirações.

Que persistam e se aprofundem cada vez mais o entendimento e a união do Poder Executivo com o Poder Legislativo, e que na identidade de seus propósitos se revigorem a decisão, a perseverança, a paciência e o esforço para levar adiante a grande obra apenas iniciada e que se destina a realizar, fiel e completamente, uma vontade social sob a inspiração das nossas tradições de fraternidade cristã e de convívio democrático.

## RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Ao instalar-se, em março de 1967, o Governo promoveu a realização de um diagnóstico sobre a inflação brasileira e o comportamento recente da economia nacional. Nesse trabalho, ficou evidenciado que, não obstante o empenho e o esforço empreendido a partir de 1964 e os resultados já obtidos, a política econômica e a forma de controle da inflação ultimamente praticadas não haviam ainda logrado alcançar plenamente os objetivos.

Conseqüentemente, nos campos fiscal, monetário e creditício, foram processados os reajustamentos necessários, com o objetivo de propiciar a recuperação do setor privado, aliviar os problemas de liquidez e capital de giro, promover o crescimento gradual da procura e a utilização da capacidade ociosa existente em vários setores, aumentar a eficiência do setor público e combater a inflação de custos.

O exame dos principais indicadores da evolução econômica do País revela que, ao encerrar-se o exercício de 1967, eram nitidamente positivos os resultados da política adotada.

O Governo encontrou a economia nacional em séria recessão, que se iniciara em fins de 1966, e que aumentou de intensidade no primeiro trimestre de 1967. O progressivo ajustamento das medidas de combate à inflação e as providências adotadas para estimular a produção e a procura possibilitaram, a partir do segundo trimestre, o rápido restabelecimento dos níveis de produção anteriores à recessão. Não obstante os índices negativos do primeiro trimestre, o continuado incremento da atividade econômica ocasionou elevação do Produto Interno Bruto estimada em 5%.

O segundo trimestre caracterizou-se por uma sensível recuperação da atividade econômica, observando-se desde logo incrementos de 21,3% na produção de autoveículos; 28% na de tratores; e 9,7% na de cimento. Em agosto foi registrado o mais alto índice na produção de veículos jamais verificado no Brasil.

Os indicadores de conjuntura mais recentes revelam a manutenção da tendência ascendente verificada desde abril. As vendas

industriais observadas até o quarto trimestre de 1967, em São Paulo, acusam acréscimo de 31%, em termos reais, em relação ao primeiro trimestre de 1967.

Em confronto com o nível médio da produção do primeiro trimestre de 1967, os resultados do quarto trimestre refletem os seguintes aumentos de produção: veículos, 17,3%; aço em lingotes, 24,4%; gasolina, 34,2%; óleo diesel, 22,7%; óleo combustível, 10,6%; e cimento, 21,4%.

No que se refere à expansão do setor industrial, o número de projetos apresentados à Comissão de Desenvolvimento Industrial elevou-se de 169, em 1966, para 271, em 1967. O valor dos investimentos totais previstos nos projetos aprovados ascende a NCr\$ 1,3 bilhões, com aumento de 35% sobre 1966, indicando a confiança dos empresários na orientação do Governo e nas perspectivas de desenvolvimento do País.

Finalmente, com referência ao nível de emprêgo, os dados da FIESP indicam elevações contínuas a partir de maio. Em relação à posição de março de 1967, o índice de emprêgo em dezembro apresentou um acréscimo de 4,6%.

## RESULTADOS DO COMBATE A INFLAÇÃO

Quanto ao combate à inflação, o propósito do Governo, expresso no documento de Diretrizes, foi o de atingir de modo gradativo a relativa estabilização de preços, simultaneamente com a elevação do nível de atividade econômica. Não se tendo comprometido com nenhuma taxa ou meta anual, limitou-se o Governo a declarar que, em cada ano, procuraria atingir um ritmo de inflação inferior ao do ano anterior.

Em 1967, o custo de vida na Guanabara apresentou taxa de crescimento substancialmente inferior à observada no ano precedente, situando-se em 24,5%, contra 41,1% em 1966. A par dêsse resultado favorável, no sentido de diminuir progressivamente os aumentos de preços dos itens de consumo das famílias, redu-

ziu-se o aumento dos preços por atacado de 37,4% em 1966 para 21,7% em 1967. No que se refere ao preço dos alimentos, os resultados foram ainda mais expressivos. De um aumento de 40,2% em 1966, passou-se para apenas 14,1% em 1967. Os dados disponíveis para outras Capitais demonstram reduções semelhantes nas taxas de aumento de preços, atestando a adequação da política adotada.

### POLÍTICA FISCAL E MONETÁRIA

Além do incentivo a novos investimentos privados, através de política de crédito mais flexível, o Governo procurou ampliar a demanda do setor privado, por meio da elevação do teto de isenção do imposto de renda e da limitação dos aumentos de aluguéis a níveis compatíveis com os aumentos salariais. O parcelamento do Imposto sobre Produtos Industrializados contribuiu para reduzir a pressão sobre o crédito, pela liberação de recursos para capital de giro. Ao mesmo tempo em que aperfeiçoou o processo de arrecadação, a administração fazendária empenhou-se no combate à sonegação no pagamento de impostos. A Operação Justiça Fiscal, já apurou, em 2.700 processos, débitos no montante de NCr\$ 122 milhões.

Paralelamente, as Autoridades Monetárias atuaram no sentido de reduzir as taxas de juros, cujos níveis contribuíam para manter excessivamente elevados os custos financeiros das empresas. No fim do exercício, a ação das Autoridades Monetárias já apresentava resultados positivos, operando o mercado financeiro a taxas sensivelmente menores.

As emissões de papel-moeda alcançaram NCr\$ 758 milhões em 1967, correspondendo a uma taxa de expansão, em relação a dezembro de 1966, de 26,7%, a qual, embora não sendo muito menor que a observada em 1966 (31%), constituiu resultado bem significativo. Segundo dados preliminares, o acréscimo dos meios de

pagamento atingiu 36%, contra 11% em 1966. Com o objetivo de eliminar indesejáveis pressões inflacionárias, em 1968, o Governo promoveu, ao findar o exercício, a reabsorção do excesso de meios de pagamento, através de vigorosas medidas determinadas pelo Conselho Monetário.

### EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

A execução financeira do Tesouro Nacional apresentou um *deficit* de caixa de NCr\$ 1,23 bilhões. Cabe ressaltar que o *deficit* de caixa já havia atingido, em março de 1967, cêrca de NCr\$ 600 milhões.

O exame das dificuldades encontradas em 1967 caracterizou as causas básicas que provocaram desajustamentos entre o planejamento governamental, o orçamento e a programação de caixa. As duas causas principais que concorreram para o agravamento do problema da execução orçamentária foram a transferência maciça de recursos da União para os Estados e Municípios, sem a correspondente transferência de encargos, e o crescimento acentuado dos incentivos fiscais de caráter setorial e regional.

As transferências foram concedidas aos Governos Estaduais e Municipais como compensação para possíveis perdas de receita derivadas da reforma tributária implantada em 1966. Essas perdas, entretanto, tendem a ser menores do que as estimativas realizadas.

O Fundo de Participação dos Estados e Municípios somou em 1967, aproximadamente, 50% do *deficit* de caixa e deverá atingir, em 1968, NCr\$ 1.367 milhões, importância superior ao *deficit* previsto, e equivalente a 14% da receita global da União.

A execução orçamentária, em 1968, visará à contenção do *deficit* do Tesouro em nível não superior, em termos nominais, ac alcançado em 1967, de maneira que o comportamento do setor público federal concorra para a redução da taxa de inflação, no exercício de 1968, a nível inferior ao do ano precedente.

## POLITICA DE CREDITO

Os recursos para todos os ramos de atividades foram consideravelmente ampliados no setor do crédito.

Assim foi que os bancos particulares tiveram autorização para aplicar 10% dos seus depósitos na agricultura, o que elevou substancialmente os créditos para a produção de alimentos.

Tal providência, em aliança com a ampliação da Política de Preços Mínimos e com o aumento substancial nas aplicações do Banco do Brasil para a lavoura e a pecuária, assegurou os meios necessários para acelerar o desenvolvimento do setor primário e aumentou a oferta de gêneros ao nível da necessidade de melhorar os padrões de nutrição do povo e alimentar os 2,5 milhões de brasileiros que anualmente se adicionam à nossa população.

O comportamento das operações desenvolvidas pelo setor bancário evidenciou características diversas das observadas em 1966. Em 1967 elevaram-se sobremaneira os depósitos públicos à vista, registrando-se um aumento de 47,7%, em contraposição a uma redução de 6,1% em 1966. Com respeito ao montante de empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado, a posição em dezembro indica um incremento de cerca de 48% em relação aos saldos de 1966, acompanhando a extraordinária recuperação havida no nível da atividade econômica, a partir da recessão que caracterizou o começo do exercício.

O Banco do Brasil dinamizou suas atividades e estendeu o seu raio de ação, com resultados que se refletem nos substanciais incrementos de depósitos e na acentuada expansão dos empréstimos concedidos a setores básicos da economia nacional.

Salienta-se a ampliação dos depósitos do público, que em 1967, em confronto com o ano anterior, consignam elevação de NCr\$ 790 milhões para NCr\$ 1.282 milhões, em têrinos nominais equivalente a 62,3%.

Quanto às aplicações para o setor público — cujo total de NCr\$ 467 milhões contra NCr\$ 245 milhões em 1966, reflete

crescimento nominal de 90,6% — destacam-se as Autarquias Econômicas como os principais beneficiários dos empréstimos concedidos.

Ao setor privado, o volume de créditos apresentou crescimento nominal de 38,5% — NCr\$ 3.702 milhões contra NCr\$ 2.673 milhões em 1966.

O Banco atuou decisivamente no estímulo ao desenvolvimento do setor agrícola. Os empréstimos à lavoura atingiram NCr\$ 1.515 milhões, e à pecuária, NCr\$ 436 milhões, com aumentos de 41,9% e 54,1%, respectivamente, sobre o ano anterior.

Quanto às agências no exterior, ultima o Banco providências para a instalação da sucursal em Nova Iorque.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico intensificou sua ação destinada a fortalecer a infra-estrutura econômica e a estimular a expansão das indústrias de base, utilizando, para isso, recursos internos e externos.

O montante das aplicações somou NCr\$ 714,8 milhões, sendo NCr\$ 503,9 milhões à conta do Fundo de Reparelhamento Econômico e NCr\$ 210,9 milhões à conta de seus diversos Fundos Especiais. Essa colaboração financeira teve a seguinte distribuição:

Fundo de Reparelhamento Econômico .....	NCr\$	504	milhões
I — Indústria de Transformação .....	NCr\$	319	milhões
II — Energia Elétrica .....	NCr\$	184	milhões
III — Agricultura, Pecuária, Alimentação e Abastecimento .....	NCr\$	1,7	milhões
Através dos Fundos Especiais .....	NCr\$	211	milhões
FINAME .....	NCr\$	112	milhões
FIPEME .....	NCr\$	54	milhões
FUNTEC .....	NCr\$	44	milhões
FUNDEPRO .....	NCr\$	1	milhão

Como Agente Financeiro da FINEP, o Banco autorizou aplicações de recursos no valor de NCr\$ 2,24 milhões. Além disso, concedeu garantia a operações de crédito realizadas no exterior, num montante de US\$ 44,31 milhões. Foram realizados

repasses de recursos para Bancos Regionais e Estaduais, totalizando NCr\$ 31,4 milhões e US\$ 1,9 milhões.

Foram assinados diversos convênios com entidades nacionais e estrangeiras, estando ainda outros em fase de estudos. Estes convênios ampliam a capacidade de atuação do Banco no atendimento de setores prioritários específicos e aumentam e diversificam as fontes externas de financiamento.

O orçamento regular do Banco, compreendidos os diversos Fundos Especiais, exclusive o FINAME, deverá apresentar soma de aplicações superior a NCr\$ 900 milhões, em 1968.

### A NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

O balanço do processo de industrialização no pós-guerra revela que, enquanto houve oportunidades amplas de substituir importações, foi possível ao produto industrial crescer mais rapidamente que o produto interno e a renda disponível. O estímulo ao setor industrial dependia muito menos do valor do coeficiente de importações (que era baixo no Brasil) do que da *dimensão absoluta* do mercado interno. E altas taxas de rentabilidade na indústria resultaram dessa reserva de mercado, conjugada com os amplos incentivos da política de Governo e a disponibilidade de oferta elástica de mão-de-obra.

Ao mesmo tempo que representou, sem dúvida, uma alternativa de estratégia econômica de grande dinamismo, aquele processo se caracterizou por fatores que não lhe permitiram assumir um caráter auto-sustentado, ou seja, com impulso resultante do próprio sistema, podendo-se mencionar:

a) o crescimento das diferenças setoriais de produtividade, sem que o aumento extremamente rápido da produtividade industrial se transmitisse de modo considerável aos demais setores, através dos preços relativos;

b) a absorção relativamente lenta de mão-de-obra;

c) a proteção excessiva a certas áreas, permitindo a manutenção de formas de mercado ineficientes (número excessivo de empresas, integração vertical demasiada, poder monopolístico etc.);

d) a difusão do processo, sem consideração de vantagens comparativas em sentido dinâmico, levando à produção de certos componentes, sobretudo de bens de capital ou bens de consumo duráveis, que acarretam substanciais elevações de custos nos produtos finais.

A conjugação desses fatores significou uma limitação de mercado que conduziu ao gradativo arrefecimento do processo baseado na substituição de importações. Em consequência, o crescimento industrial passou a depender, principalmente, não mais da dimensão absoluta do mercado interno, mas da taxa de expansão do mercado, interno e externo.

A análise das causas das reduções periódicas nos níveis de atividade verificadas no período 1964/66 indica haver-se agravado o debilitamento da empresa nacional, particularmente em resultado do controle de demanda e da correção de distorções, associados à política desinflacionária posta em vigor. O agravamento dos problemas de liquidez e procura, em especial, terminou por levar à redução do nível de atividades em fins de 1966, uma vez esgotado o estímulo resultante de medidas específicas, destinadas a promover a retomada do desenvolvimento. Daí as flutuações periódicas na produção industrial e no investimento privado, no período 1964/1966, como consequência do esforço de compatibilização das metas de crescimento e controle da inflação.

Levando em conta o papel reservado ao setor privado, em particular no desenvolvimento industrial, e o comportamento recente durante as fases recessivas, a tônica do esforço de recuperação, a partir de março/67, vem sendo no sentido de conciliar uma elevação rápida e sustentada no nível de atividade com a manutenção da inflação a taxas progressivamente mais baixas. Assim, criar-se-ia o clima de dinamismo indispensável ao encaminhamento da solução de problemas cruciais, como os de reorganização industrial e aumento do poder de concorrência da empresa nacional, que só num contexto de crescimento rápido podem ser resolvidos de maneira adequada.

### *Definição de Estratégia*

A conjugação do complexo de fatores apontados torna contra-indicadas as estratégias de desenvolvimento baseadas num único fator dinâmico.

Exatamente porque arrefeceu a substituição de importações e nenhuma nova estratégia *pura* terá condições de assegurar o desenvolvimento auto-sustentável, a estratégia adotada para o novo estágio objetiva a diversificação das fontes de dinamismo.

Essa diversificação, levando a uma política de desenvolvimento integrado, é que inspirou a concepção do *Programa Estratégico*, no qual se definem linhas prioritárias de ação econômica. O elemento essencial a salientar é que somente a ação simultânea naquelas áreas dinâmicas, com a ênfase adequada dada a cada uma, mobilizará, do lado da demanda e do lado da oferta, os fatores indispensáveis a um crescimento do produto da ordem de 6% ao ano.

A prioridade assegurada à indústria, nos aspectos de consolidação dos setores industriais básicos e de modernização dos tradicionais, decorre da verificação de que, não obstante o impulso a ser dado à agricultura e infra-estrutura, a retomada de uma trajetória de desenvolvimento acelerado só será viável com a intensificação do crescimento das indústrias de transformação até alcançar 7 a 8% ao ano, bem acima do crescimento do Produto Interno Bruto.

A elevação da produtividade na agricultura e no abastecimento, para assegurar taxas de aumento da renda dos setores agrícola e de comercialização de aproximadamente 5 a 6%, tem importância não apenas para a oferta de produtos agrícolas como sobre a demanda de produtos industriais.

A infra-estrutura de energia (energia elétrica, petróleo, carvão) transportes e comunicações constitui responsabilidade do setor público. De uma forma ou de outra, todos esses setores vinham enfrentando graves problemas, na fase anterior a 1964. No tocante à energia elétrica, eram principalmente os problemas de

tarifas pelo custo histórico, da situação das concessionárias estrangeiras e do atraso dos programas de transmissão e distribuição. No caso de petróleo e transporte rodoviário, era a escassez aguda de recursos para programas de investimento. No dos demais setores de transportes, era a deterioração dos serviços e toda sorte de distorções. No caso de comunicações, a estagnação por longo prazo.

A política definida nas Diretrizes de Governo é no sentido de assegurar o desenvolvimento adequado da infra-estrutura: permitir que a produção e os investimentos cresçam para atender às necessidades da taxa de desenvolvimento programada, conciliando esse objetivo com o de redução dos custos de insumos básicos, dependentes do setor público. Segundo os programas setoriais respectivos, estima-se uma taxa de crescimento médio, no período 1968/70, dos índices de produção de energia elétrica, transportes e comunicações e produção de petróleo da ordem de 9,0%, 7,0% e 13,0%, respectivamente.

No tocante à infra-estrutura social, aqui encarada em suas implicações econômicas apenas, a política de educação será orientada no sentido de suprir os recursos humanos necessários para os programas de desenvolvimento dos vários setores, e de assegurar maior progresso tecnológico. O programa de habitação é considerado do ponto-de-vista de contribuição direta ao Produto Interno Bruto e do seu elevado efeito multiplicador.

### *As Duas Fases da Estratégia*

Como já foi assinalado, a retomada de uma trajetória de desenvolvimento acelerado deverá fazer-se em dois estágios, implícitos no diagnóstico realizado: *fase de transição*, sobretudo através da absorção de capacidade ociosa ligada à insuficiência de demanda ou à sua inadequada composição setorial; e *fase de retomada* propriamente dita, em que o aumento do produto dependerá, em essência, do aumento do investimento global.

As políticas a adotar, quanto aos diferentes instrumentos de ação, deverão distinguir claramente as duas etapas, sob pena de

prolongar-se a primeira. Os problemas a enfrentar tampouco serão sempre os mesmos.

Segundo a orientação definida nas *Diretrizes de Governo*, os problemas fundamentais, na primeira fase, são: de um lado, a conciliação da necessidade de melhorar a liquidez e elevar a demanda (notadamente para as indústrias de bens de consumo); e, de outro lado, a conciliação de fortalecimento do setor privado com a preservação do dinamismo do setor público nas áreas prioritárias a seu cargo.

Tendo em vista as limitações impostas, o fortalecimento do setor privado, para absorção rápida da capacidade subutilizada, deverá ter lugar através das seguintes principais políticas:

a) política monetária estável, que evite flutuações bruscas de liquidez; redução da taxa de juros real paga pela empresa, notadamente para capital de giro; enquanto a taxa de juros para financiamento de capital fixo permanece, em geral, em níveis baixos (por depender principalmente de estabelecimentos oficiais), a taxa de juros para capital de giro tem aumentado substancialmente em termos reais, à medida que declina a inflação e as taxas de juros nominais apresentam relativa inflexibilidade;

b) manutenção ou redução da carga tributária, dependendo da evolução da execução orçamentária; controle rigoroso das despesas correntes do Governo, essencial para evitar *deficits* descontrolados ou o sacrifício de investimentos nos setores prioritários; utilização cautelosa das Obrigações do Tesouro para fins de financiamento do *deficit*;

c) contenção ou redução dos preços reais dos demais insumos básicos da indústria, dependentes direta ou indiretamente da ação do Governo (energia elétrica, transporte, óleo combustível, carvão, sal, enxofre, etc), segundo a política já definida; e

d) manutenção de nível adequado de proteção à indústria, de forma sincronizada com a obtenção de resultados:

- na elevação do nível de atividade industrial;
- na correção de distorções nos custos de insumos;

- na obtenção de condições mais vantajosas de financiamento em moeda nacional (principalmente para bens de capital); e
- na política de racionalização da atividade nos ramos industriais tradicionais

#### ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PROGRAMA ESTRATÉGICO

O Governo elaborou a proposta do Primeiro Orçamento Plurianual de Investimento, nos termos da Lei Complementar nº 3.

O total dos investimentos previstos para 1968, 1969 e 1970 exigirá um grande esforço de contenção de despesas de custeio, permitindo assim elevar substancialmente a produtividade dos gastos públicos. A introdução da sistemática do Orçamento Plurianual é de grande significação para a continuidade e maior eficiência da execução dos principais programas setoriais.

Ao mesmo tempo, ultima-se a elaboração da forma final do *Programa Estratégico de Desenvolvimento*, cujas bases foram aprovadas em julho de 1967. Aquêlê *Programa* já teve seus projetos prioritários, nas áreas a cargo do Governo, incorporados ao Orçamento Plurianual de Investimentos.

#### JUSTIÇA

A ordem jurídica foi plenamente assegurada em todo o território nacional, e disso dão atestado incontestável os numerosos casos em que os recursos à Justiça contra decisões administrativas foram decididos a favor de seus impetrantes.

O fato nôvo mais significativo, do qual, nesta área, a presente Mensagem dará notícia, é a instalação da Justiça Federal. Se-ão de tal evidência as suas repercussões na vida jurídica do País, que me parece dispensável chamar a atenção de Vossas Excelências para a importância dêsse empreendimento do Governo.

Além disso, merecem menção especial as leis complementares à Constituição elaboradas pelo Poder Executivo e rapidamente aprovadas pelo Congresso Nacional, além da reformulação do direito brasileiro codificado, da regulamentação do Código Nacional de Trânsito, dos estudos de reorganização da Polícia Federal, e da concessão de maiores subsídios à Fundação do Bem-Estar do Menor.

As eleições municipais, programadas para o corrente ano, serão realizadas com as mais amplas garantias do Poder Central, no sentido de que seja assegurado o indispensável clima de liberdade para o exercício do voto. A Justiça Eleitoral contará com o decidido apoio do Governo, no prestígio da ordem Constitucional.

#### POLÍTICA EXTERNA

Foram numerosos e profícuos os atos de natureza internacional praticado pelo Brasil, e sua participação em várias conferências veio confirmar os foros de excelência da nossa diplomacia.

Exemplo dos mais importantes é a Conferência de Punta del Este, de que se originaram as primeiras providências para a criação do Mercado Comum Latino-Americano.

Nosso País também participou das negociações sobre a cessação imediata das hostilidades na grave crise do Oriente Médio em junho último, e foi vitoriosa, na ONU, a proposta brasileira de adoção de formas de assistência às populações atingidas por movimentos militares.

O alargamento de nossas relações com o exterior ficou assinalado, inclusive, por algumas visitas de personalidades eminentes, cabendo destacar os nomes do Rei Olavo, da Noruega; do Príncipe Akihito e da Princesa Michiko, herdeiros do trono do Japão; do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Senhor Franco Nogueira; e do Secretário de Estado do Vaticano, o Cardeal Amleto Giovanni Cicognani, que nos trouxe a Rosa de Ouro concedida por Sua Santidade, o Papa Paulo VI, ao Santuário de Aparecida.

Entre os mais importantes tratados que o Brasil assinou figura o de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, o qual veio, ao mesmo tempo, assegurar o direito de produção e utilização da energia nuclear para fins pacíficos.

Na Comissão de Desarmamento de Genebra, o Brasil defendeu providência correlata, a saber: — a inclusão, no futuro Tratado Mundial de Não-Proliferação de Armas Nucleares, de medidas capazes de assegurar aos países que não dispõem de armas nucleares o direito de produzir e utilizar artefatos atômicos, com finalidades pacíficas.

Com a ONU foram assinados pelo nosso País projetos de estudos da Bacia do São Francisco, de Desenvolvimento dos Serviços Meteorológicos do Nordeste, de Levantamento do Potencial Hidrelétrico da Região Sul e de Hidrologia do Pantanal Matogrossense, bem como projetos de pesquisas sobre o Sistema de Transportes no Brasil.

Ainda por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, nosso País participou das seguintes negociações de natureza econômica: reuniões de produtores e consumidores de cacau e III Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre o Cacau; Conferência Negociadora sobre o Trigo, de que resultou o Ajuste Internacional de Cereais; negociações, no GATT, sobre a ratificação das modificações tarifárias brasileiras; Acôrdio sobre Produtos Agrícolas com os Estados Unidos para importação financiada de trigo.

Com a República Federal da Alemanha foram levados a efeito entendimentos para estágios de técnicos em organizações de extensão agrícola no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, bem como na Estação Experimental do Ministério da Agricultura, em Curitiba.

Oferece garantia de bons frutos reunião realizada em Washington com a finalidade de obter dos cientistas brasileiros radicados nos Estados Unidos sua cooperação no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Dessa reunião participaram também representantes do Ministério da Educação e Cultura.

Por fim, foi aprovado acôrdo com a Organização dos Estados Americanos, mediante o qual será criado o Centro Interamericano de Adestramento em Comercialização, que funcionará sob a orientação e responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

### FORÇAS ARMADAS

Das Fôrças Armadas, pode-se dizer que nunca estiveram mais fielmente dedicadas à sua missão constitucional, voltadas o ano todo para as tarefas específicas de cada um dos três ramos. A disciplina perfeita, a unidade e a vigilância serena na detesa da ordem pública e do regime fizeram com que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica se constituíssem na base em que assentou o Governo para trabalhar com tranqüilidade, assim como o Congresso lhe deu a sustentação política indispensável ao bom desempenho de suas tarefas.

O Estado-Maior das Fôrças Armadas pôde voltar-se para a sua função pacífica de cúpula coordenadora das três Fôrças singulares, realizando estudos sôbre problemas ligados à conjuntura brasileira e formulando soluções para questões de interesse da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Destacaram-se, entre as questões examinadas, a padronização do armamento leve de uso comum a mais de uma Fôrça, a promoção de ação cívica nos meios militares e a elaboração do Estatuto dos Militares.

Incumbiu-se o EMFA da coordenação, no Brasil, dos trabalhos do Projeto SECOR, visando à instalação, com auxílio de satélites, de uma cadeia intercontinental; e de um projeto de cooperação com a NASA, para pesquisas científicas, além da Operação Amazônia. Realizou-se a atualização de dados do planejamento com vistas à elaboração de planos militares, como o da Amazônia Ocidental.

Nossa Marinha de Guerra aumentou o poder combatente da Esquadra, com a incorporação do contratorpedeiro "Piauí". Foram construídas 41 lanchas e embarcações de pequeno porte para fins diversos, achando-se em construção o navio-tanque «Majó», 4 avisos hidrográficos e 6 navios-patrolha. Localizando

em regiões carentes de desenvolvimento o seu Sistema de Bases, para apoio às unidades de guerra e mercantes, a Marinha fez coincidir a estratégia naval com a estratégia do desenvolvimento econômico. Desenvolveu importantes atividades no âmbito dos levantamentos hidrográficos e também no campo da pesquisa, em que a iniciativa privada ainda é incipiente. Tomou medidas para melhorar o recrutamento e aperfeiçoar a formação técnico-profissional de oficiais e praças; desenvolveu amplo programa de aquisição de casa própria e prestação de assistência médica a militares e servidores civis seus dependentes; ampliou a sua rede hospitalar e cuidou das atividades esportivas, conquistando, inclusive, o Campeonato Mundial de Pentatlo Naval.

A Esquadra, as Forças Distritais e de Transportes participaram de várias operações combinadas e exercícios.

Na ação a ser desenvolvida no triênio 1968-70, destacam-se os seguintes pontos: construção de navios de tipos e portos diversos, no Plano Básico para a Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes; aquisição de helicópteros e fabricação de material aeronáutico, manutenção e padronização dos modelos, dentro do mesmo Plano; prosseguimento da construção da Base Naval de Aratu e complementação de Bases existentes, no Plano Básico para as Bases Militares e Aéreas; e outros trabalhos importantes dentro dos Planos Básicos para o Armamento, as Comunicações e a Eletrônica, a Saúde, a Hidrografia e a Navegação.

O Exército executou amplo e intenso programa, do qual se destaca a implantação da Reforma Administrativa, pelo que representa esta para a dinamização dos serviços. Criou, nas unidades que recebem conscritos, Cursos de Conhecimentos Agropecuários, com o objetivo de estimular o retorno dos mesmos a suas áreas de origem. Firmou convênios com o Ministério do Interior e com o Conselho de Segurança Nacional, para a instalação e manutenção de Colônias Militares no Oiapoque e em Tabatinga, e para a criação de outras, futuramente, na faixa de fronteira.

Ampliou e intensificou sua participação relevante no Plano Nacional de Alfabetização, utilizando recursos e instalações de

tôdas as Guarnições. Construiu quartéis e levantou residências num total de 619 unidades, das quais 167 em Brasília. Continuou a trabalhar no âmbito da Engenharia, através dos batalhões rodoferroviários, cujas missões atuais atingem 1.182 km de ferrovias e 7.133 km de rodovias, integradas no Plano Nacional de Viação.

O Exército realizou manobras de grande envergadura em todo o País e tomou a Guerra Revolucionária como tema e objeto de exercícios nas diferentes áreas, com a participação da Marinha, da Aeronáutica e das Fôrças Auxiliares.

Para o triênio 1968-70, são os seguintes alguns de seus objetivos básicos: a interiorização de quartéis, o estímulo à pesquisa tecnológica para fins militares, a formação de pessoal técnico de nível médio, o reequipamento material de setores críticos, a continuação do trabalho das unidades de Engenharia e o levantamento e mapeamento do território nacional.

A Aeronáutica cuidou de reaparelhar a FAB com equipamentos modernos, tendo adquirido no exterior 73 aviões de treinamento de diversos tipos, além de 227 nacionais, para treinamento primário básico. Com o Exército e a Marinha, participou da Operação Unitas, em cooperação com as Fôrças Aéreas da Argentina, Estados Unidos e Uruguai. Fêz mais de 3.000 horas de vôo em operações de busca e salvamento e continuou a desempenhar a patriótica missão do Correio Aéreo Nacional, transportando mais de 7 mil toneladas de carga e 415 toneladas de correspondência oficial, inclusive do DCT, além do transporte de mais de 100 mil civis e militares através do território nacional.

Para atender às necessidades crescentes da aviação civil e da militar, a Aeronáutica deu prosseguimento a trabalhos relevantes para adaptar e ampliar a infra-estrutura — trabalhos que atingiram mais de 30 aeródromos, constantes do Plano Aeroviário Nacional. Ampliou serviços e equipamentos no sistema de proteção ao vôo e participou intensamente do esforço nacional pelo desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, realizando 20 sondagens bem sucedidas com foguetes lançados da Base de Barreira do Inferno; e planejando no seu Centro Técnico a cons-

trução de moderno turboélice, adaptado às condições brasileiras.

Eis alguns dos pontos principais de sua ação, programada para o triênio 1968-70: ultimação da atual fase do Plano Básico de Renovação do Material Aéreo, quando será reforçada a capacidade de transporte na Amazônia, inclusive com a reformulação do Correio Aéreo Nacional; descentralização da administração dos aeroportos civis da esfera federal para a estadual, municipal ou para a iniciativa privada; reformulação do Plano Aeroviário Nacional, tendo em vista principalmente a Amazônia, sua ocupação e defesa; início das obras de construção do aeroporto internacional, para as grandes aeronaves a jato; adequação da rede de comunicações à velocidade das aeronaves modernas, tendo em vista a necessidade de atualizar o Serviço de Proteção ao Vão.

#### AGRICULTURA

Como é impossível imaginar uma sólida política de bem-estar social sem uma agricultura forte, servida por abastecimento eficaz, o Governo dedicou atenção especial ao desenvolvimento agrícola e à modernização do sistema de abastecimento, cujos órgãos passaram a funcionar em regime de estreita vinculação ao Ministério da Agricultura, havendo obedecido ao mesmo pensamento a subordinação do Programa da Reforma Agrária ao mesmo Ministério e o exercício, por um representante seu, da Presidência da Comissão de Crédito Rural do Conselho Monetário Nacional.

A produção agrícola foi vivamente estimulada, sobretudo no relativo ao crédito para a produção e comercialização de alimentos e matérias-primas, e ofereceu resultados também favoráveis, apresentando em 1967 crescimento superior a 8%.

Concedeu-se maior flexibilidade à política de preços mínimos, para o efeito de atingir cada vez maior número de produtos e permitir a integração, no mercado, das áreas agrícolas mais remotas. A política de preços mínimos foi levada ao Nordeste mediante entendimentos com Governos estaduais e entidades regionais.

Merecem também registro especial a elaboração da *Carta de Brasília*; a ampliação e a criação de escolas, laboratórios e silos; a obrigatoriedade, para os bancos privados, de aplicar em créditos rurais 10% dos seus depósitos; o estabelecimento do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária, mediante a aplicação de NCr\$ 256 milhões e a assinatura do 7º Acôrdo do Trigo, em decorrência do qual serão destinados à agricultura cêrca de NCr\$ 100 milhões.

## TRANSPORTES

O objetivo do Govêrno, neste setor, é dotar o País de uma infra-estrutura adequada às suas necessidades atuais e futuras e promover, nas várias modalidades de transporte, uma operação integrada, capaz de reduzir os custos dos serviços e aumentar a produtividade de todo o sistema.

No tocante às ferrovias o Govêrno procura dar continuidade aos programas que encontrou em execução, visando corrigir a deterioração a que haviam chegado as nossas ferrovias em março de 1964, quer do ponto-de-vista econômico, quer do ponto-de-vista financeiro. O propósito, já agora, é aumentar-lhes a eficiência e melhorar-lhes os serviços. Dentre as iniciativas em 1967 enumerarei como as mais importantes: a) entrega ao tráfego do trecho, em bitola métrica, Divinópolis — Costa Pinto (181 km); b) conclusão do sistema de *terry-boat* sôbre o São Francisco, que tornou possível a integração ferroviária Norte — Sul; c) entrega ao tráfego da variante Floriano — Agulhas Negras (16 km), em que se usaram dormentes de concreto e trilhos soldados, o que permite velocidade de 120 km/h; d) remodelação de 1.000 km de via permanente; substituição de 200 km de trilhos; soldagem de 300 km de trilhos; e) utilização de 665 vagões metálicos novos, 69 locomotivas diesel elétricas, 47 trens elétricos (141 carros) para o serviço suburbano do Rio de Janeiro, com um aumento diário de 30.000 passageiros; f) suspensão de tráfego em 123 km de ramais antieconômicos.

Quanto ao transporte rodoviário, além de concluir a duplicação da rodovia Presidente Dutra, o Govêrno aplicou — NCr\$ 599 mi-

lhões na construção e melhoramentos de 2.493 km, pavimentação de 1.026 km, restauração de 5.105.308 m<sup>2</sup> e obras de arte no total de 8.505 m.

No setor da Marinha Mercante a ação retificadora do Governo se exerceu mais rapidamente, graças à feliz associação dos interesses da indústria de construção naval às necessidades de expansão do transporte marítimo. Achem-se em construção nos estaleiros nacionais 117 embarcações. Um conjunto de linhas regulares foi estabelecido para a navegação de cabotagem, com a frequência adequada à procura dos serviços; condições mínimas foram fixadas para a sua concessão, criaram-se incentivos para a baixa de navios anti-econômicos, estabeleceu-se linha regular de passageiros na rota Rio - Santos e, por fim, estimulou-se a formação de *pools* de empresas. O transporte fluvial, preocupação constante do Governo, tem sido dinamizado sobretudo nas bacias do Amazonas, São Francisco e Prata.

O transporte aéreo caracterizou-se por uma acentuada recuperação financeira das empresas, cujo *deficit* na operação das linhas domésticas se reduziu de NCr\$ 20,9 milhões, em 1966, para . . . . . NCr\$ 8 milhões, em 1967. No setor internacional foi obtido equilíbrio, eliminando-se o *deficit*, que atingira NCr\$ 5 milhões em 1966.

## EDUCAÇÃO

A Educação em todos os seus ramos e graus foi objeto de esforços especiais, precisamente por estarem na área da ação educativa os instrumentos criadores de que o Brasil precisa tão urgentemente e por serem lentos e tardios os seus frutos.

As transferências de recursos federais aos Estados e Municípios, para a expansão e manutenção da rede escolar primária, superaram a cifra de NCr\$ 29 milhões, nela incluídos cerca de NCr\$ 15 milhões da quota federal do salário-educação.

Cursos intensivos de recuperação de professores leigos atenderam a 17 mil mestres; e cursos para pessoal administrativo e docente especializado do nível de ensino primário treinaram, e

aperfeiçoaram outros 1.429 profissionais. Foram entregues aos estudantes mais de 300 milhões de merendas e 200 milhões de almoços, nos 3.966 Municípios do País; prepararam-se ainda 3.862 especialistas em educação e assistência alimentar, distribuíram-se mais de 550 mil unidades de material para cantinas escolares e construiu-se uma fábrica de alimentos em Niterói.

A União prosseguiu subsidiando o consumo, mediante venda a preço abaixo do custo, de cerca de 300 mil cadernos de exercício, 500 mil obras de consulta e 11,5 milhões de unidades de outros itens de material escolar. Doou ainda às escolas primárias cerca de 17 mil bibliotecas, com livros selecionados cuidadosamente.

Foram transferidos aos Estados, para expansão e manutenção dos seus sistemas de ensino médio, mais de NCr\$ 11 milhões. Esse apoio financeiro da União tem sido a causa principal do notável incremento de matrículas nas escolas de nível médio: dados preliminares assinalaram, para 1967, a existência de 2.737.313 alunos, contra 2.483.212 em 1966.

No ramo industrial, verificou-se um incremento de mais de 11%, indicativo do esforço nacional no campo da formação de pessoal para alicerçar a retomada do processo de desenvolvimento.

Igualmente relevante foi o crescimento de matrículas no curso secundário: de 1.805.247, em 1966, chegou-se a 2.002.893, em 1967, o que corresponde a aumento de cerca de 11%. O Governo fez distribuir, por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, cerca de 90 mil bolsas de estudos aos dependentes de trabalhadores sindicalizados.

Ampliaram-se os cursos mantidos pela União para formar professores de disciplinas específicas dos colégios industriais, agrícolas e comerciais; o treinamento de mestres especializados para os ginásios orientados para o trabalho prosseguiu em ritmo acelerado.

No campo de treinamento de mão-de-obra industrial, em programa intensivo de elevado nível, o Ministério da Educação e Cultura formou 13.500 operários semiquilificados e qualificados.

7.582 supervisores e 8.381 técnicos diversos, perfazendo o total de 29.463 matriculados.

O incremento de matrículas no ensino superior, grandemente influenciado pela absorção de cerca de 7.000 excedentes, foi realmente expressivo, tendo atingido cerca de 18%: de 180.109 alunos, em 1966, passou-se a 213.741.

Objetivando reforçar as Universidades, o Governo firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 25 milhões. O programa federal de livros-texto estendeu-se ao ensino universitário, cujas unidades foram contempladas com a doação de 589 bibliotecas de alto valor pedagógico.

A comprovação prática da prioridade conferida à Educação encontra-se na abertura de créditos especiais e suplementares ao Ministério da Educação e Cultura no montante de ..... NCr\$ 147.700.918; na obtenção de novos empréstimos externos no valor de US\$ 65 milhões e no aumento de 41,3% em relação a 1967, das verbas para Educação no Orçamento da União para 1968.

Por fim, desejo assinalar a importância da *Operação Rondon*, que associou a juventude à missão de integrar a Amazônia, ao mesmo tempo que ofereceu aos estudantes a oportunidade de tomar contato com alguns dos problemas típicos do Brasil.

## TRABALHO E PREVIDENCIA

Neste setor foi o Governo orientado pela preocupação de implantar uma política social fundada na verdade e na justiça, capaz de dar ao trabalhador a consciência de seus direitos e deveres, tanto nas questões relativas à Previdência e ao salário como na questão sindical.

Procurou-se conduzir os Sindicatos à conquista efetiva e definitiva da liberdade de ação, como órgãos verdadeiramente representativos da classe. Necessário nos parece atastá-los, igualmente, dos vícios do *peleguismo* e das lideranças espúrias, empenhadas em fazê-los instrumentos da subversão. O número

de entidades sindicais sob intervenção, que atingira 425, reduziu-se a 42 no fim de 1967. Ultima-se no Ministério do Trabalho a elaboração de Portaria reguladora das eleições sindicais, com base em sugestões das diferentes categorias profissionais e econômicas, através de seus órgãos de cúpula.

No campo da proteção social, integrou-se o seguro de acidentes na Previdência, atendendo-se a uma aspiração legítima que vinha sendo manifestada havia mais de trinta anos. Instalou-se a Comissão Diretora do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e instituiu-se comissão encarregada de estudar o pagamento, pela Previdência, do salário devido à empregada nos períodos imediatamente anterior e posterior ao parto — medida que atenderá a uma convenção internacional. E ultimaram-se as medidas para incorporação imediata, à legislação previdenciária, da conquista da aposentadoria da mulher aos trinta anos de serviço.

Procurou-se consolidar a unificação da Previdência Social, com a implantação do INPS, de modo a que não sofressem solução de continuidade os diferentes serviços dos Institutos extintos.

Consolida-se, melhora-se e amplia-se a rede de assistência hospitalar.

Integrado o IPASE no sistema financeiro da habitação, deu-se prioridade à construção de moradias com recursos do BNH, por meio de convênio, subindo a 4.000 o número de unidades projetadas em vários Estados.

Com auxílio da USAID, foram concedidas 90.000 bolsas, para cursos de nível médio, a filhos de trabalhadores sindicalizados, num total de 34 milhões de cruzeiros novos.

#### POLÍTICA SALARIAL

Além da correção já efetuada, elevando de 50% (de 10 para 15%), num período de inflação declinante, a taxa de residuo inflacionário, preocupa-se o Governo em aperfeiçoar a fórmula de ajustes salariais, a fim de que, dando exato cumprimento aos objetivos da política vigente, se assegure em sua plenitude a manutenção do salário real.

Cogita-se no momento de instituir um processo de gradual correção dos níveis salariais que tenham sido eventualmente comprimidos, a começar pelo salário mínimo, tendo presente, entretanto, a preocupação de evitar que os salários possam concorrer para o agravamento da inflação.

## SAÚDE

Por força de sua influência imediata no bem-estar do povo, os problemas de saúde pública absorvem atenção, cuidados e recursos cada vez maiores.

O Governo está empenhado na reformulação da política tradicionalmente seguida, tendo em mira a integração de recursos humanos e financeiros, para que se estenda à totalidade da população o direito efetivo à assistência médica. Para tal efeito, estão em andamento estudos e pesquisas para fundamentação do Plano Nacional de Saúde, cujas diretrizes foram recentemente lançadas ao debate público, em âmbito nacional.

Protegeram-se diretamente contra a malária mais de 18,5 milhões de habitantes. Cerca de 20.000 postos de notificação e 81 laboratórios de campo funcionaram em todo o País. Borrifaram-se mais de 3,7 milhões de casas, 80% a mais do que no ano anterior. Os investimentos na Campanha de Erradicação da Malária, de NCr\$ 5,5 milhões em 1963, atingiram NCr\$ 36,7 milhões em 1967.

No decorrer de 1967, foram também vacinadas ou revacinadas mais de 6 milhões de pessoas contra a varíola:

As atividades de combate à esquistossomose concentraram-se, em 16 Estados, na profilaxia, na assistência medicamentosa e nos exames de laboratório.

Vitimando mais de 3 milhões de habitantes e sem terapêutica específica, a cardiopatia chagásica afeta os grupos etários de 20 a 50 anos, comprometendo a capacidade produtiva de importante faixa de mão-de-obra nacional. Para eliminar o inseto transmissor, borrifaram-se 870.000 residências em 1967.

Outras doenças transmissíveis, como a febre amarela, o tracoma, a lepra, a poliomielite, a febre tifóide, o tétano e a raiva, mereceram cuidados especiais do Governo, que deu assistência técnica e financeira a centenas de unidades dispensariiais; inspecionou localidades e prédios, promoveu o exame de núcleos populacionais afetados e distribuiu vacinas em todo o País.

A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública atuou em 13 Estados, prestando serviços, em 190 Municípios, a uma população estimada em 5.508.610 habitantes, e prosseguiu nos trabalhos de cooperação técnica em mais 5 Estados.

Verificando que as condições dos serviços de assistência médica não correspondem às necessidades da população, o Ministério da Saúde elaborou programa de ampla envergadura, para que se estenda a todo o povo o direito de ter e escolher médico ou hospital.

Segundo esse plano, o Ministério da Saúde, a Previdência Social, os Estados e os Municípios participarão, em escala de prioridade, do custo dos serviços médicos e hospitalares, devendo a participação do contribuinte verificar-se de acordo com sua receita e responsabilidades familiares. As atividades de assistência médica serão essencialmente de natureza privada, sem prejuízo do estímulo e da coordenação do poder público e do custeio parcial por meio de recursos oficiais.

#### MINAS E ENERGIA

A potência instalada no País dobrou-se, graças à política vigente desde o advento da Revolução. Assim, em 1967, foram acrescentados mais 700 MW ao parque gerador, que atingiu mais de 8.000 MW.

Trinta usinas elétricas estão sendo construídas ou ampliadas e a capacidade instalada atingirá o total de 12.000 MW em 1971.

De outra parte, em 1967 foram construídos 5.000 quilômetros de linhas de transmissão em todo o País e, dessa forma, a

energia de Paulo Afonso chegou a Mossoró, a uma distância de 735 quilômetros. O Governo conta construir, no presente exercício, mais 4.000 quilômetros, o que tornará possível, na Região Centro-Sul, a interligação dos vários sistemas existentes.

Já foram iniciados estudos preliminares para a implantação da primeira usina nuclear, que terá a capacidade de 500 MW e será localizada na Região Centro-Sul.

No setor do petróleo, a produção teve aumento de 25,4% sobre a do ano anterior, com o total de 8.465 mil metros cúbicos contra 6.749 em 1966. Foram perfurados 247.000 metros em poços exploratórios e 110.000 em poços em desenvolvimento. Registraram-se novas ocorrências de petróleo na Bahia, e foi confirmada como produtora a área de Riachuelo, em Sergipe, havendo boas perspectivas quanto à bacia do Maranhão.

A PETROBRAS refinou 17,2 milhões de metros cúbicos, dos quais 48,8% de petróleo nacional, contra 41,6% em 1966. A produção de petroquímicos apresentou bons resultados e a criação da PETROQUISA, subsidiária da PETROBRAS, abriu novas perspectivas para o desenvolvimento do setor.

No campo de produção mineral, cujas possibilidades de expansão foram grandemente ampliadas pelo novo Código de Mineração, solicitaram-se 2.532 autorizações para pesquisas, número jamais alcançado anteriormente, e que bem traduz o interesse por esse setor fundamental para a economia do País.

A Companhia Vale do Rio Doce, graças ao esforço pela conquista de mercados, está hoje incluída entre os seis maiores exportadores de minério de ferro do mundo. As suas vendas para o exterior atingiram 10,6 milhões de toneladas, com acréscimo de 20% em relação a 1966. Dando execução ao seu programa de ampliação, a Vale do Rio Doce aplicou NCr\$ 20,7 milhões nas obras da usina de pelotização e NCr\$ 18 milhões em instalações de britagem, peneiramento e classificação de minérios, e na conclusão da dragagem do Porto de Tubarão, o que permitirá o carregamento de navios de até 100.000 TDW.

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A par da atuação de caráter normativo, no que respeita às atividades manufatureiras, comerciais e de seguros do setor privado, apresentou o Ministério da Indústria e do Comércio resultados altamente positivos quanto à supervisão dos órgãos jurisdicionados.

Na Comissão de Desenvolvimento Industrial, foram instalados os Grupos Executivos da Indústria de Material de Construção Civil (GEIMAC), das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG) e da Indústria de Material Elétrico e Eletrônico (GEINEE), com atribuição de administrar a concessão de estímulos fiscais para a instalação e ampliação dos setores respectivos.

Quanto ao setor de Seguros, o fato mais importante, e que sintetiza a atuação do Instituto de Resseguros do Brasil, é o declínio das cessões de prêmios ao mercado externo, através da continuação da política de fortalecimento do nosso mercado.

No que se refere à Propriedade Industrial, registra-se a modernização e a racionalização dos serviços, possibilitando-se maior eficiência e rapidez no exame dos pedidos de registro de marcas e patentes.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O ano de 1967 constituiu importante etapa na consolidação da experiência brasileira em desenvolvimento regional.

Apesar de haver dado o Governo ênfase especial ao Nordeste e à Amazônia, sua preocupação não se restringiu às áreas-problemas, dirigindo-se, antes, para a integração delas no contexto do desenvolvimento nacional.

A criação da SUFRAMA, entre outras medidas, abriu perspectivas animadoras ao progresso da Amazônia Ocidental. Mas a criação da SUDECO e a extensão das atividades da SUDESUL aos três Estados sulinos marcaram o interesse governamental em apoiar concretamente o desenvolvimento regional programado.

A implantação do sistema de atuação da SUDAM, com a adoção da política de incentivos fiscais até então exclusiva da área

da SUDENE, proporcionou aumento substancial dos recursos depositados no Banco da Amazônia S. A., oriundos de deduções do Imposto de Renda, para projetos econômicos na região.

No ano de 1967 foram aprovados 35 projetos de natureza industrial, no valor de mais de NCr\$ 69 milhões provenientes dos incentivos, num investimento de NCr\$ 109 milhões. Nos onze projetos ainda em estudo deverão ser utilizados mais NCr\$ 60 milhões de recursos tributários para um investimento superior a NCr\$ 97 milhões. Para o setor primário foram aprovados projetos no total de NCr\$ 272 milhões de investimentos, com acentuada preferência para as atividades pecuárias e madeireiras. No corrente exercício estão previstos cerca de NCr\$ 140 milhões de incentivos para a região.

A SUDAM celebrou convênios com entidades diversas para a aplicação de recursos na infra-estrutura econômica da área, os quais atingiram NCr\$ 32 milhões.

Nos primeiros dez meses do ano, com o estabelecimento da Zona Franca, a média das exportações alcançou NCr\$ 2.693 milhões e a das importações, NCr\$ 1.227,0 milhões, com significativo saldo favorável. O aspeto de Manaus alterou-se. Instalaram-se 1.182 novas firmas comerciais, que absorveram contingente apreciável de mão-de-obra. A concorrência está propiciando a redução do custo de vida e aumentando a capacidade de atração da cidade.

Com a SUFRAMA, deu-se novo impulso ao processo de desenvolvimento da região. A experiência iniciada, no sentido de contrabalançar pólos de atração econômica dos países vizinhos da Amazônia, em detrimento da região brasileira, revelou-se vitoriosa em curto espaço de tempo.

O tratamento fiscal diferenciado que o Governo dispensa à Região Nordeste tem-se constituído, indubitavelmente, no mais eficaz instrumento de dinamização do setor privado.

Eis alguns dos resultados: enquanto no período 1962/1966 foram depositados NCr\$ 805,1 milhões, a preços de 1967, somente

nesses últimos anos os depósitos alcançaram NCr\$ 352 milhões. E, no tocante à aprovação de projetos, enquanto no período antes mencionado o montante das inversões previstas atingia NCr\$ 1.360,3 milhões, a preços de 1967, só nesse último exercício o valor dos projetos aprovados alcançou NCr\$ 1.093,5 milhões.

Outro aspecto importante é o fato de que 1967 marcou, praticamente, o início de vigoroso impulso na implementação dos projetos até então aprovados. A propósito, enquanto em 1962/66 foram liberados NCr\$ 71,0 milhões, a preços de 1967, nesse último o total foi de NCr\$ 124,4 milhões.

Deu a SUDENE continuidade à execução do III Plano Diretor do Nordeste (1966/68), à conta do qual foram investidos recursos orçamentários no montante de NCr\$ 121,5 milhões.

Na distribuição dos investimentos os setores de infra-estrutura econômica — energia e transporte — absorveram, ainda, a maior parcela. O setor agropecuário foi também contemplado, dispensando-se atenção ainda maior à infra-estrutura social — saneamento, habitação, educação e saúde.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas aplicou cerca de NCr\$ 82,6 milhões.

As obras de açudagem foram as que mereceram maior atenção, tendo sido absorvidos nesses empreendimentos cerca de 53% dos recursos aplicados. Em seguida foram contemplados os setores de agropecuária (20%), saneamento (13%), energia (10%) e transporte (4%).

Pela SUVALE foram aplicados NCr\$ 30 milhões na agropecuária, na saúde, no saneamento, transporte e energia.

O Banco do Nordeste do Brasil iniciou, por sua vez, incisiva política de financiamento à pequena e média empresa, abrindo, assim, perspectivas para a interiorização do desenvolvimento e absorção de emprego, e seu capital social foi elevado de NCr\$ 3,8 milhões para NCr\$ 15,2 milhões.

Suas operações até 5 de setembro já haviam alcançado, em saldos devedores, cerca de NCr\$ 409,5 milhões, contra NCr\$ 291,4

milhões durante todo o exercício de 1966. Espera-se que esses saldos atinjam aproximadamente NCr\$ 707,3 milhões em 1968.

## COMUNICAÇÕES

Implantado o Ministério das Comunicações, em menos de um ano de atividades foi elaborado o Plano Nacional de Telecomunicações e promoveu-se o entrosamento com os Governos dos Estados para o desenvolvimento das redes regionais e suas conexões com o sistema de todo o País.

Teve início imediato a implementação, pela EMBRATEL, dos Troncos Básicos do Sistema Nacional de Telecomunicações. Até 1971 estarão operando os diferentes sistemas regionais, que permitirão, já a partir de 1969 (em relação ao Tronco Sul), a interligação, por microondas de alta capacidade, dos Estados e algumas das principais cidades brasileiras.

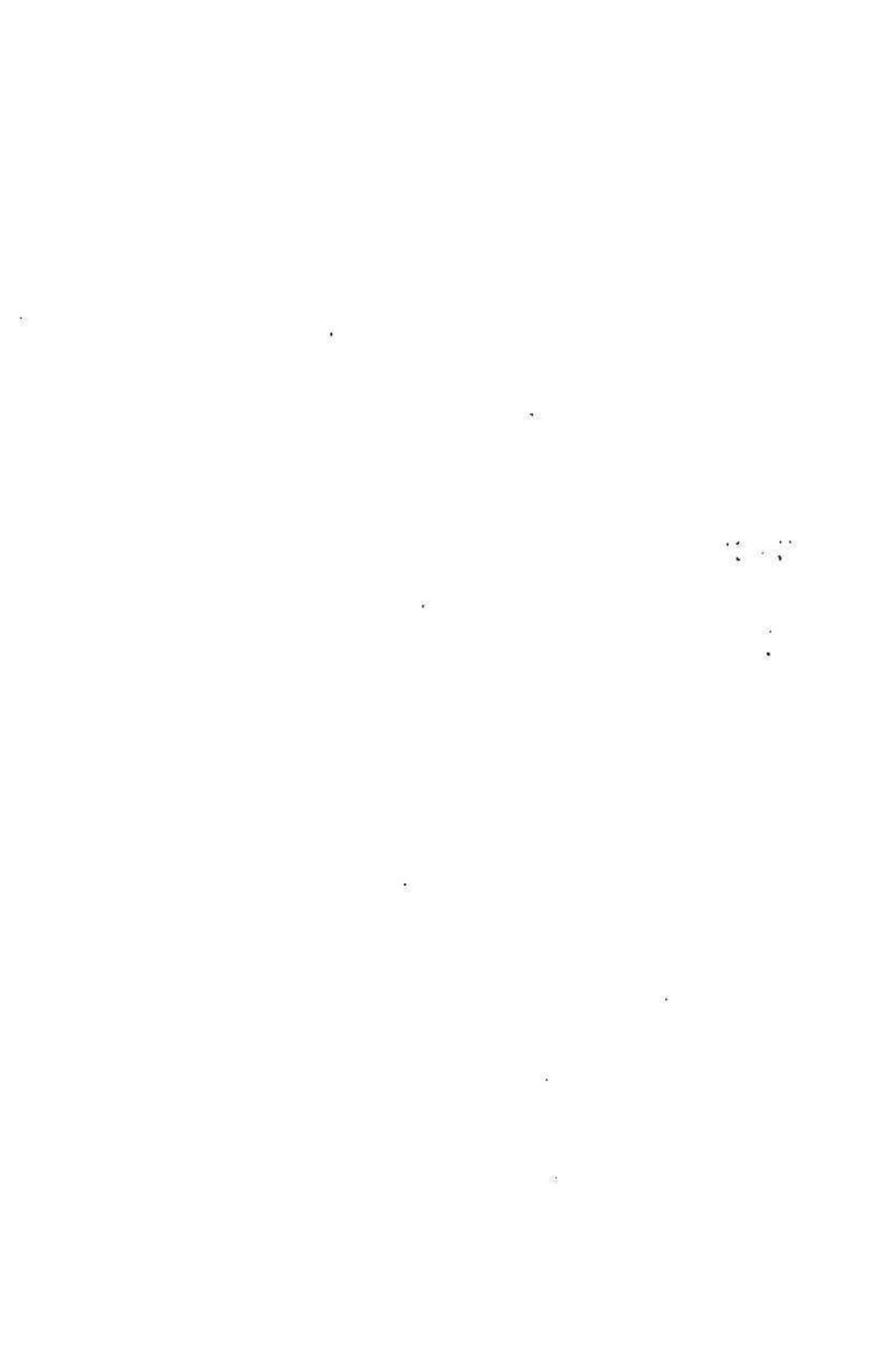
Para substituir o atual enlace de microondas, de 360 canais, entre o Rio e São Paulo, será instalado um novo sistema com dois canais de radiofrequência, com a capacidade de 1.800 canais telefônicos.

Foi determinada a construção da estação terrena brasileira do Sistema Internacional de Comunicações por Satélite, em Itaborai, no Estado do Rio. Esse sistema possibilitará ligações diretas entre o nosso e nove países das Américas e da Europa e, através destes, com as demais nações.



**PARTE II**

**EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO  
DE DESENVOLVIMENTO**



A 14 de julho de 1967, o Governo definiu as suas *Diretrizes* e o *Programa Estratégico de Desenvolvimento*, destinado a concentrar as atenções e os recursos do Executivo num conjunto de medidas objetivas e prioritárias, com o fim de:

atacar vigorosa e diretamente as causas de elevação de custos;

eleva a eficiência do sistema produtivo e, de modo especial, a do setor público;

possibilitar a expansão da produção, procurando enfrentar e resolver as principais deficiências e pontos de estrangulamento da infra-estrutura; e

habilitar o homem brasileiro para o processo de desenvolvimento.

Dentro dessa orientação geral, o *Programa* concentra-se em áreas estratégicas:

- elevação da produção e da produtividade agrícolas;
- ruptura das barreiras do abastecimento;
- eliminação das principais deficiências e pontos de estrangulamento existentes na infra-estrutura econômica, compreendendo especialmente :

recuperação do transporte marítimo, fluvial e ferroviário;

aceleração do programa de rodovias prioritárias;

modernização e especialização da estrutura de transportes; instalações portuárias e transportes especializados, frota de graneleiros, etc.;

aumento da produtividade do transporte aéreo; melhoria da qualidade dos serviços aeroportuários e de proteção ao voo;

aceleração dos programas prioritários de comunicações: expansão das redes de telefones e teléx; recuperação do sistema telegráfico e postal;

apoio aos programas em curso nos setores de petróleo e energia elétrica;

- *contenção ou redução dos custos básicos que se encontram sob controle direto ou indireto do Governo;*
- *consolidação do mercado interno e externo, notadamente para a produção industrial, com vistas à economia de escala;*
- *consolidação das indústrias básicas: siderurgia, metais não-ferrosos, química, bens de capital, mineração de ferro;*
- *aumento da eficiência do setor público: desburocratização e dinamização da Administração Federal;*
- *estímulo à pesquisa científica e tecnológica, como instrumento de aceleração do desenvolvimento; e*
- *efetivação de programas prioritários nos setores de educação, saúde e habitação (meta-homem).*

A ação de caráter estratégico empreendida no tocante à área setorial foi igualmente adotada em relação ao desenvolvimento regional.

Apresentam-se, a seguir, os aspectos principais da execução do *Programa Estratégico*.

## Áreas Estratégicas

### AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

#### Ação em 1967

O desenvolvimento agrícola e a modernização do sistema de abastecimento constituem as duas primeiras áreas estratégicas nas *Diretrizes de Governo*.

A primeira área estratégica refere-se à elevação da produção e da produtividade agrícolas, pela transformação da agricultura tradicional mediante mudança de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos; expansão das facilidades de crédito; e fortalecimento do poder de compra da população rural. A segunda área estratégica envolve a ruptura das barreiras do abastecimento, solução dos principais problemas ligados à estrutura e ao funcionamento da comercialização de alimentos.

O fortalecimento do Ministério da Agricultura, ao qual se atribuiu o comando central da atuação do setor agrícola, eliminando a dispersão e o paralelismo anteriormente existentes, veio permitir mais objetividade nas ações do Governo neste setor. A vinculação, ao Ministério da Agricultura, dos órgãos ligados ao abastecimento possibilitou ação mais objetiva das entidades encarregadas dos programas de aumento da produção e produtividade agropecuárias. Ao mesmo tempo, a subordinação do Programa de Reforma Agrária a esse Ministério permitiu a mobilização de novos recursos técnicos e financeiros, junto com recursos específicos do IBRA, para o prosseguimento dos projetos prioritários de reforma agrária e colonização.

Através da Comissão Consultiva do Crédito Rural do Conselho Monetário Nacional, presidida pelo representante do Ministério da Agricultura, formulou-se uma política de crédito que tem em vista os objetivos básicos do desenvolvimento agrícola, canalizando recursos tanto para custeio como para investimento, nas áreas recomendadas pela política do setor. A vinculação do crédito agrícola à assistência técnica será intensificada com o aperfeiçoamento progressivo da política agropecuária.

A Reforma Administrativa consolidou as providências iniciais de unificação de comando e racionalização da ação governamental,

com base na centralização das tarefas de planejamento e descentralização das ações executivas, ao nível dos Estados e da iniciativa privada. É essa a orientação geral que presidiu à recente reforma estrutural do Ministério da Agricultura, com o objetivo de dinamizar-lhe substancialmente a ação e elevar sua produtividade. Ressalta, como aspecto fundamental, a nova filosofia de atuação do Ministério, ao desenvolver ação mais indireta de coordenação de estímulos econômicos e financeiros, restringindo-se as ações executivas aos setores de estrita competência do poder público.

### **Programação Técnica e Financeira**

A reestruturação básica do Ministério da Agricultura em 1967, com a transferência para a Capital Federal dos órgãos de direção superior e de planejamento, e os estudos levados a efeito para as modificações de estrutura técnica e administrativa não impediram a execução dos projetos prioritários, que tiveram prosseguimento normal, tais como os de pesquisa agrícola, defesa sanitária, mecanização, extensão rural e outros. Cabe salientar os estudos realizados em todo o País com a participação de técnicos federais, estaduais e representantes das classes produtoras, objetivando definir a política agrícola setorial, consubstanciada no documento que veio a intitular-se *Carta da Produção e do Abastecimento*.

Procurou-se aperfeiçoar o sistema de programação financeira e de elaboração do orçamento-programa, em estreita colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Ao mesmo tempo, medidas foram adotadas no âmbito dos órgãos de administração direta do Ministério da Agricultura e da Administração Descentralizada que a ele se vinculam, a fim de aperfeiçoar planos e projetos e de torná-los mais objetivos e racionais:

## Pesquisa Agrícola

Os Institutos Regionais desenvolveram trabalhos com a finalidade principal da melhoria genética das culturas alimentares básicas, e intensificaram as pesquisas zootécnicas e veterinárias, dentro do programa geral de desenvolvimento da produção animal, e no campo das tecnologias pedológica e de alimentos. Coordenaram-se efetivamente as pesquisas em âmbito nacional, articulando-se entidades federais, regionais e estaduais para alcançar maior aproveitamento dos recursos disponíveis. Nos projetos de pesquisa agrícola foram aplicados NCr\$ 27 milhões.

## Defesa Sanitária

Tiveram prosseguimento acelerado as atividades de defesa sanitária animal e vegetal, através da execução de projetos específicos que têm estreita cooperação de organismos estaduais. A campanha de vacinação contra a febre aftosa estendeu-se a todo o território nacional; de grande importância foram também as campanhas contra a raiva dos herbívoros e contra a brucelose. No setor vegetal prosseguiu o combate ao cancro cítrico, doença que vinha causando graves prejuízos à citricultura nacional, com a erradicação de cerca de 1 milhão de plantas. Foi empreendido combate à *cigarrinha dos canaviais*, praga que vinha gerando sérios prejuízos à agro-indústria canavieira do Nordeste, operando o Ministério em colaboração com o Instituto do Açúcar e do Alcool e os produtores.

## Produção Animal

Foi dada especial atenção ao setor da produção animal, iniciando-se de maneira efetiva a implementação do projeto de melhoria da pecuária de corte, com a cooperação financeira do Banco Mundial. Serão aplicados NCr\$ 256 milhões, com recursos provenientes do Governo brasileiro, dos produtores e do Banco Mundial.

## Extensão Rural

Foram ampliados os Escritórios de Extensão Rural, através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, entidade colaborada dos Governos Federal e Estaduais, e sob a coordenação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Em dezembro de 1967 o número de municípios abrangidos pelos Serviços de Extensão Rural alcançava 1.285, esperando-se sua ampliação para 1.800, até 1970. É importante salientar que 1.600 técnicos trabalham no campo, em colaboração direta com os produtores, devendo-se intensificar os programas de assistência técnica, notadamente os vinculados ao crédito.

## Reforma Agrária

O Governo prosseguiu nos trabalhos fundamentais da Reforma Agrária que visam corrigir defeitos da estrutura fundiária. Ressalte-se mais uma vez que o objetivo básico da Reforma não é o da simples distribuição territorial. Embora se pretenda facilitar a posse da terra pelos agricultores, a Reforma apresenta finalidades mais amplas, no sentido do aproveitamento mais adequado das terras, do fortalecimento do meio rural e da transformação tecnológica.

Além da continuação do cadastro rural e da implementação do mecanismo tributário, foram implantados, entre outros, os Distritos de Colonização «Alexandre de Gusmão», em Brasília, com 1.500 hectares e 121 contratos de compra, venda e colonização; «Quatis», no agreste pernambucano, com 800 hectares e 87 títulos de propriedade distribuídos a prazeiros; e «Caxangá», na Zona da Mata de Pernambuco.

Pretende o Governo iniciar em 1968, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, amplo contato com proprietários de imóveis rurais não devidamente aproveitados e que se localizam em regiões próximas aos grandes mercados, nas zonas decretadas prioritárias para efeito de Reforma Agrária, a fim de interessá-los no aproveitamento adequado de suas terras.

## **Desenvolvimento Rural**

Dois programas do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário mereceram especial atenção: a colonização e a eletrificação rural, os quais se desenvolvem em estreita articulação com o programa de Reforma Agrária.

O programa de colonização tem como objetivo principal titular os ocupantes dos atuais núcleos sempre que houver condições técnicas para a emancipação. Pretende-se em 1968, de acôrdo com o plano de trabalho do Ministério da Agricultura, iniciar de maneira efetiva o programa de emancipação, com positivas repercussões sociais e econômicas.

No tocante à eletrificação rural, além dos convênios assinados pelo INDA em vários Estados, com cooperativas e empresas de eletricidade, envolvendo aplicação de NCr\$ 21 milhões e construção de 5.000 Km de linhas, pretende-se imprimir cunho mais amplo e coordenado ao setor, por meio de estreita articulação do Ministério das Minas e Energia com o Ministério da Agricultura. ...

## **Desenvolvimento da Pesca**

O Governo procurou impulsionar o setor da pesca através do mecanismo dos estímulos financeiros concedidos pelo Código de Pesca, que estabeleceu incentivos fiscais para investimentos no setor pesqueiro. Nesse sentido aparelhou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca para examinar os projetos das empresas privadas que se habilitem a utilizar o mecanismo estabelecido, já estando aprovados e em execução projetos no valor de NCr\$ 50 milhões.

Ao mesmo tempo, procurou-se dar maior impulso ao projeto de reorganização e dinamização do setor pesqueiro no País, com a colaboração do Fundo Especial das Nações Unidas e assistência técnica da FAO. O projeto encontra-se praticamente concluído em sua primeira fase; em 1968 deverá iniciar-se a segunda etapa, que terá como um dos principais objetivos o incentivo à pesquisa, com im portação de 4 barcos especializados a serem operados sob contrólé da SUDEPE.

## Desenvolvimento Florestal

A fusão do Instituto Nacional do Pinho com o Departamento de Recursos Naturais Renováveis de que resultou a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, vinculado ao Ministério da Agricultura, veio proporcionar maior racionalização à ação governamental na política do reflorestamento, utilização adequada e preservação das riquezas da flora e da fauna. Consoante a nova política florestal, estímulos foram concedidos à iniciativa privada, por meio de deduções tributárias, o que vem atraindo investimentos privados para o reflorestamento. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal já aprovou cerca de 160 projetos de florestamento e reflorestamento, com área total superior a 50 mil hectares, do que resultará o plantio de aproximadamente 100 milhões de árvores.

## Política de Abastecimento

Através da Campanha de Defesa da Economia Popular — CADEP — a SUNAB manteve estreita articulação com o comércio atacadista e varejista, com a finalidade de evitar bruscas alterações nos preços ao nível dos consumidores. Esse objetivo foi plenamente alcançado em 1967, tendo o custo da alimentação, de janeiro a dezembro, apresentado na Guanabara uma variação de apenas 14 %; em Porto Alegre, de 10,7 %; e em São Paulo, de 18,8 %.

Utilizando-se o mecanismo de preços mínimos e estoques reguladores, impediram-se flutuações acentuadas de preços ao nível dos produtores — política essencial à ampliação do volume de investimentos para a melhoria tecnológica do setor agrícola.

O Conselho Nacional de Abastecimento equacionou os principais problemas do setor. Cabe salientar a decisão, adotada em caráter temporário, de prosseguir na política de intervenção no mercado da carne, com o objetivo de normalizá-lo, evitando excessiva flutuação de preços, quer no sentido da alta exagerada, como na sustentação de um nível favorável ao produtor.

A Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL — manteve estoques básicos de gêneros alimentícios e sua ação permitiu plena normalidade dos mercados em 1967. Resaltam no âmbito dessa empresa as providências para regularizar os antigos Serviços do SAPS, que a ela foram transferidos.

#### **Armazenagem**

Foram concluídos os estudos básicos referentes ao projeto de armazenagem ao nível dos produtores, intermediários e portuários, a ser apresentado ao Banco Mundial. Esse projeto prevê a remodelação dos silos e armazéns existentes e a construção de outros em zonas de produção carentes de sistemas de armazenagem. A política no setor, executada pela CIBRAZEM, visa transferir à iniciativa privada ações executivas, reservando-se o órgão oficial às tarefas técnicas de estudo de incentivos especiais e outras que lhe são próprias. Medidas de ordem técnica vêm sendo promovidas para aperfeiçoar os métodos de armazenagem, evoluindo-se do sistema de sacaria para a forma a granel, mais racional e econômica.

#### **Preços Mínimos**

A política de preços mínimos experimentou grande impulso. Pela primeira vez, verificou-se sua efetiva aplicação nas Regiões Norte e Nordeste. O sistema de financiamento integral a 180 dias, em vez da fórmula de aquisição dos produtos, mostrou-se mais eficaz, favorecendo os agricultores. Modificações introduzidas na forma de cálculo dos preços mínimos, de maneira a fixá-los em níveis líquidos nas zonas de produção, beneficiaram igualmente os lavradores. A ação conjunta da Comissão de Financiamento da Produção com o Banco do Brasil permitiu melhor execução da política de preços mínimos.

#### **Sistema de Apoio ao Setor Agrícola**

Constituiu preocupação constante do Governo assegurar aos agricultores um nível de renda adequado e sem flutuações bruscas, de forma a favorecer os investimentos na área. Para este fim

procurou o Governo organizar e desenvolver em 1967 um sistema de apoio econômico e financeiro ao setor agrícola. Promoveu-se sensível aperfeiçoamento do crédito agrícola oficial, através de medidas adotadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil. Foram ampliados os volumes de crédito, que se tornaram extralimites nas operações destinadas às culturas alimentares básicas, alcançando-se maior irradiação do crédito às zonas produtoras, com a criação de novas agências e o deferimento de maiores recursos para as operações.

As mesmo tempo, a regulamentação das aplicações de recursos dos bancos privados no crédito agrícola, de acôrdo com a legislação vigente, virá permitir acentuada ampliação dos meios financeiros para o setor. As operações do Banco Nacional de Crédito Cooperativo tiveram grande impulso, havendo suas aplicações alcançado em 1967 a importância de NCr\$ 100 milhões.

É importante assinalar o desenvolvimento verificado nas operações de crédito vinculadas à assistência técnica, notadamente nos financiamentos que visam à ampliação dos investimentos em unidades agropecuárias. O Governo está imprimindo grande impulso a êsse programa, mobilizando técnicos de diversas entidades para prestação de assistência ao meio rural, paralelamente ao incremento das operações de crédito para investimento e custeio.

O sistema de apoio econômico e financeiro ao setor agrícola abrange, ainda, uma série de medidas que foram postas em prática em 1967 e serão dinamizadas em 1968. Prevê contínuo aperfeiçoamento do crédito, novas linhas para investimentos e elaboração de projetos agrícolas, com vistas à utilização de recursos de agências externas de financiamento, aperfeiçoamento das políticas de mercados e incremento à exportação de produtos agrícolas.

### **Modernização do Sistema de Abastecimento**

Dentro da política de incentivos à agricultura e corporificando o sistema de apoio econômico e financeiro ao setor agrícola, procura-se modernizar o sistema de abastecimento, com incentivos especiais à construção de centrais de abastecimento, mercados re-

gionais e mercados terminais, a serem operados de preferência pela iniciativa privada. Nesse sentido, foi criado Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a concessão de estímulos específicos para a modernização do sistema de abastecimento. Encontram-se em fase final projetos para remodelação, complementação e construção de centros de abastecimento em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Pôrto Alegre, Niterói, Recife, Fortaleza e Curitiba.

### Ação Programada

A Carta de Produção e do Abastecimento — *Carta de Brasília* — definiu a ação do Governo no campo da agropecuária.

Deverá ser desenvolvida, de maneira ampla, a pesquisa agrícola, mobilizando institutos federais e organismos estaduais e privados em grande esforço de melhoramento tecnológico voltado para as culturas e criações prioritárias. Procurará o Ministério da Agricultura implementar um programa nacional de sementes melhoradas, através da expansão das empresas privadas e do reaparelhamento dos órgãos oficiais para o aumento da produção de sementes básicas.

A expansão da indústria nacional de fertilizantes deverá permitir a elevação dos níveis de consumo de fosfatados, nitrogenados e potássicos, a preços mais acessíveis aos produtores.

Grande esforço será realizado para elevar as taxas de expansão da pecuária e eliminar o *deficit* na oferta de produtos de origem animal. O programa de aumento da produtividade do setor animal compreenderá projetos de modernização da produção pecuária, com recursos internos e externos, amplo controle profilático, melhoramento de pastagens, expansão da suinocultura e avicultura e desenvolvimento da pesca.

A mecanização agrícola será estimulada nas áreas apropriadas e, nesse sentido, serão estudados novos incentivos financeiros à aquisição de tratores e implementos pelos agricultores.

Serão igualmente objeto de máxima atenção do Governo os programas de irrigação, de eletricidade e de industrialização de produtos agropecuários no próprio meio rural, fatores essenciais à modernização tecnológica e à incorporação da população rural à economia de mercado.

A Reforma Agrária terá prosseguimento com o objetivo básico de corrigir defeitos da estrutura fundiária. Usar-se-á o estatuto da desapropriação somente em condições de imperiosa necessidade para resguardar o interesse coletivo.

A montagem de uma infra-estrutura econômica e financeira de apoio ao setor agrícola constituirá um dos aspectos fundamentais do programa governamental, compreendendo a expansão e reformulação do crédito agrícola, a política de mercados agrícolas e de modernização do sistema de comercialização de produtos agropecuários.

## INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

### TRANSPORTES

#### Política Geral de Transportes

Ao estabelecer a atual política de transportes, o Governo teve em mente dotar o País de uma infra-estrutura adequada às necessidades imediatas e futuras, bem como promover a integração das várias modalidades de transporte, objetivando reduzir os custos operacionais dos serviços e aumentar a produtividade de todo o sistema.

Definiu o Governo, assim, as diretrizes em cada setor, determinando rigorosa seleção dos investimentos segundo critérios econômicos, tanto para a expansão da infra-estrutura como para a operação dos serviços, ressalvadas apenas as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional e aquelas de caráter social imprescindível. No que respeita à política tarifária e ao sistema tributário específico de transportes, a orientação foi dirigida no sentido de

que os custos reais dos serviços, em regime de eficiência, se reflitam nos preços pagos pelos usuários, a fim de livrar o Tesouro Nacional do pesado ônus da cobertura dos *deficits* de operação.

### Setor Ferroviário

Tanto do ponto de vista econômico como financeiro, chegaram as ferrovias brasileiras em março de 1964 a um elevado grau de deterioração, com profundos reflexos negativos de ordem psicológica e administrativa. O Governo anterior tomou uma série de medidas que permitiram a correção de certos desequilíbrios. Procura o Governo atual dar continuidade aos programas que encontrou em andamento e agir no setor das ferrovias de forma a aumentar a sua eficiência e melhorar a qualidade dos serviços. Consciente de que os investimentos necessários à modernização do sistema ferroviário não trarão os benefícios esperados, caso não sejam adotadas medidas precisas e urgentes no campo operacional e administrativo, fixou o atual Governo as diretrizes fundamentais para essa atualização, baseadas nos estudos ferroviários concluídos, prevendo-se sua implementação no período 1968-1970.

Além do estabelecimento dessas medidas de caráter operacional e administrativo, realizou-se uma série de investimentos em 1967, destacando-se os seguintes:

- entrega ao tráfego da Variante Floriano — Agulhas Negras (16 km), na Estrada de Ferro Central do Brasil, com dormentes de concreto e trilhos soldados ao longo de toda a extensão da nova linha, possibilitando velocidade de 120 km/h;
- entrega definitiva ao tráfego, em bitola métrica, do trecho Divinópolis — Costa Pinto (181 km), na Viação Férrea Centro — Oeste;
- conclusão do sistema de *ferry-boat* sobre o Rio São Francisco, possibilitando a integração ferroviária Norte — Sul, já com um intercâmbio de mais de 200 vagões mensais;
- assentamento da linha de bitola métrica na ligação Ambai — Campos Eliseos (16 km), na Estrada de Ferro Leopoldina;

- conclusão das pontes sôbre os rios Fofô (Rêde Viação Cearense), Irajá (Estrada de Ferro Leopoldina) e dos viadutos de Vespasiano e Figueira de Melo (Estrada de Ferro Central do Brasil);
- conclusão das novas estações das Estradas de Ferro Central do Brasil e Leopoldina em Triagem, Penha e Santíssimo, subúrbios do Rio de Janeiro;
- remodelação de via em 1.000 km de linha; substituição de 200 km de trilhos; soldagem aluminotérmica e elétrica de 300 km de trilhos;
- recebimento de 665 novos vagões metálicos e baixa de 316 vagões obsoletos; de 69 locomotivas diesel elétricas e baixa de 302 locomotivas a vapor; de 47 composições elétricas (141 carros) para o serviço suburbano do Rio de Janeiro, propiciando um aumento diário de 30.000 passageiros;
- início da instalação da nova linha de claros do oleoduto da Estrada de Ferro Santos — Jundiá;
- aquisição do primeiro armazém plástico a ser utilizado nos piques de safra; e
- suspensão de tráfego em 123 km de linhas de baixa densidade de transporte.

Para 1968 estão previstos, entre outros, os seguintes empreendimentos:

- remodelação de 820 km de via;
- aquisição de cofres de carga, guindastes, manobreadores de pátios, cavalos-mecânicos e reboques;
- remodelação do sistema eletrificado suburbano do Rio de Janeiro;
- aquisição de 500 vagões novos e recuperação de 600 antigos;
- assentamento da segunda linha de claros do oleoduto da Estrada de Ferro Santos — Jundiá;
- conclusão da Variante de Hulhas Negras (Viação Férrea, Rio Grande do Sul); e
- abertura ao tráfego da ligação Ambai — Campos Eliseos.

No que diz respeito à construção de novas linhas, destaca-se o Tronco Sul, projeto em que se concentraram 71% dos recursos destinados às novas linhas. Prevê-se para 1968 a mesma ênfase, com aplicação de NCr\$ 61,2 milhões, sendo intenção do Governo entregar o Tronco Sul concluído até fins de 1970. Serão aceleradas, ainda, as construções de novas linhas, cuja viabilidade econômica esteja demonstrada.

### Setor Rodoviário

Dada a importância do setor rodoviário no sistema de transporte brasileiro e tendo em conta o elevado volume de recursos que absorve, iniciou o Ministério dos Transportes uma série de estudos visando ao aumento da eficiência administrativa, redução de custos e melhoria da qualidade das obras executadas. A política de transportes prevê a concepção unificada do sistema rodoviário nacional, para efeito de planejamento e execução de obras, delegando-se a construção e manutenção das rodovias a fim de reduzir as atividades executivas dos órgãos centrais.

Em 1967, concluíram-se várias obras rodoviárias, ressaltando a duplicação da Rodovia Presidente Dutra. Os trabalhos realizados nesse ano envolveram a aplicação de NCr\$ 599 milhões, com os seguintes resultados:

— implantação e melhoramentos .....	2.493 km
— pavimentação .....	1.026 km
— restauração .....	5.105.308 m <sup>2</sup>
— obras de arte .....	8.505 m

Com a conclusão dos estudos dos planos diretores, prevê-se uma aplicação mais racional dos recursos disponíveis para obras rodoviárias. Paralelamente, efetuaram-se vários estudos de viabilidade que pela primeira vez não objetivaram somente a obtenção de recursos externos, mas também a melhor orientação no emprego dos recursos internos. Procurar-se-á concentrar os meios disponíveis nas obras consideradas prioritárias, de forma a permitir que sua execução se faça em prazos adequados, eliminando-se os elevados custos econômicos resultantes de múltiplas frentes de trabalho em obras inacabadas, cuja execução se arrasta por vários anos.

## Setor de Marinha Mercante

Conseguiu-se, nesse setor, associar os interesses da indústria da construção naval às necessidades reais de expansão dos serviços de transporte marítimo. A ação catalizadora do Governo possibilitou substanciais encomendas aos estaleiros nacionais pelo setor privado e pelas empresas estatais de navegação, permitindo aos mesmos desenvolver suas atividades em níveis eficientes no próximo quadriênio.

Abertas as perspectivas ao setor privado nacional na navegação de longo curso, e adotada a política de maior participação da bandeira nacional nesses serviços, tornou-se possível uma encomenda de 24 modernos *liners* de 12.000 TDW, havendo recursos para mais 300.000 TDW de graneleiros. Aham-se em construção nos estaleiros nacionais 117 embarcações, sendo 106 para transporte de carga, totalizando 643.535 TDW, 9 rebocadores e 2 navios para passageiros.

Tornou-se necessário denunciar as antigas Conferências de Fretes, bem como todos os acordos prejudiciais aos interesses do País, estabelecendo-se, em clima de cooperação internacional, novas conferências e novos acordos, tendo sempre em vista a reciprocidade de vantagens e deveres.

Relativamente à navegação de cabotagem, manteve-se em funcionamento um conjunto de linhas regulares com frequência conveniente à demanda dos serviços. Fixaram-se as condições mínimas para a concessão de linhas aos armadores e estabeleceram-se incentivos para a baixa de navios considerados antieconômicos. Incentivou-se ainda a formação de *pools* de empresas, de modo a reduzir o número de armadores.

Com relação à navegação interior, vem promovendo o Governo a dinamização do transporte fluvial, principalmente nas bacias Amazônica, do Prata e do São Francisco, realizando-se estudos de levantamento de potencial de carga.

No setor do reparo naval, a Empresa Costeira iniciou as atividades como sociedade de economia mista, procedendo a uma série de reestruturações internas, de forma a permitir uma política

agressiva no mercado de serviços de reparos a partir do presente exercício. É intenção do Governo estabelecer uma estreita coordenação entre os programas de reparações no Lloyd e na Fronape e os programas a serem desenvolvidos pela Costeira, de forma a se utilizarem plenamente os recursos desta empresa.

No setor hidroviário prevêem-se os seguintes objetivos principais:

- ampliação, de maneira agressiva, da participação da bandeira brasileira no longo curso, transportando percentagem substancial do nosso comércio exterior e servindo como instrumento da política nacional de expansão desse comércio;
- recuperação e expansão da cabotagem, através de medidas para consolidar as empresas de navegação de cabotagem, permitindo a formação de grupos com maior capacidade econômico-financeira; com a formação de *pools*, será reduzido o elevado número de empresas existentes, obtendo-se ainda melhor qualidade dos serviços, maior regularidade nas linhas, menores custos fixos e maior utilização efetiva dos navios, graças à melhor conjugação de linhas, navios e carga;
- desenvolvimento e integração do transporte fluvial e lacustre no sistema de transporte do País, através de medidas com o propósito de estimular e favorecer o transporte hidroviário interior; e
- consolidação da indústria naval, mediante: incentivo aos armadores para realização de encomendas aos estaleiros nacionais; adoção de medidas no sentido de reduzir o custo da construção naval, a fim de fazer desaparecer o prêmio através de análise dos índices de nacionalização, subsídios, isenção de tributação fiscal e programação de construção a longo prazo; tomada de decisões com vistas a incentivar e tornar viável a exportação de navios construídos no Brasil para o exterior, principalmente para os países da ALALC; e aceleração das providências que se destinam à implantação da indústria de reparos

navais, de modo que a Marinha Mercante possa ser apoiada eficientemente, tanto ao longo de nossa costa como nas zonas interiores.

### Setor de Portos e Vias Navegáveis

A partir de 1964 adotaram-se medidas drásticas, conseguindo-se restabelecer a disciplina de trabalho e uma confiança maior nos serviços portuários. O Governo fixou diretrizes para a modernização e aumento da eficiência nos serviços portuários, em harmonia com as medidas tomadas no setor de navegação. Pretende dar maior autonomia aos portos, permitindo a participação do usuário na sua administração.

De acordo com essas diretrizes foi criada a Companhia Docas do Pará e encontram-se em vias de implantação as Companhias Docas do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Entre as principais obras realizadas destacam-se as seguintes:

- construção de 200 m de cais em Maceió — Alagoas, no valor de NCr\$ 3,7 milhões, já executados 34%;
- prosseguimento da complementação do molhe de proteção do porto de Ilhéus — Bahia, no valor de NCr\$ 11 milhões, já executados 53%;
- prosseguimento da construção da barragem eclusada do Anel de Dom Marcos, no rio Jacuí, com 195 m, no valor de NCr\$ 8,5 milhões, estando realizados 30% do total da obra, que deverá ser concluída em 1970;
- início da construção de eclusas na Barragem de Boa Esperança, Rio Parnaíba, obra contratada com a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, no valor de NCr\$ 15,5 milhões, e cujo término está previsto para 1969;
- construção de armazéns e estação nos portos de Mucuripe, Cabedelo, Recife, Paranaguá e Itajaí;

- dragagem nos canais de acesso e bacias de evolução dos portos de Natal, Recife, Rio de Janeiro, Santos, Paranguá, Antonina, Pôrto Nôvo e outros, alcançando o volume dragado 3.487.000 m<sup>3</sup>.

Foram executadas obras de regularização, proteção de margens e limpeza nos rios Paraíba, Mearim, Tietê, Jacui, Parnaíba, Paraná, entre outros, no sentido de possibilitar a utilização regular das vias de navegação interior.

Quanto aos terminais para sólidos, o de Tubarão está em plena operação e com excelentes resultados; o da Companhia Siderúrgica Paulista — COSIPA — em fase de implantação, enquanto se analisam outros projetos.

Para 1968 prevê-se a elaboração de estudos visando à reforma tarifária e sua implantação em função dos custos dos serviços.

Em relação aos portos de Santos, Rio de Janeiro e Recife, será iniciada a execução dos planos diretores, para os quais tenciona o Govêrno obter recursos externos.

## Transporte Aéreo

A indústria de transporte aéreo no País até 1964 caracterizava-se pelas elevadas subvenções concedidas e por uma política governamental de apoio indiscriminado a novos investimentos. Dando prosseguimento às medidas corretivas, no Programa Estratégico de Desenvolvimento foram fixadas as seguintes diretrizes que nortearão a ação do Govêrno:

- análise técnica e econômica antes da execução de obras, compra de equipamentos e estruturação das linhas;
- estabelecimento do processo de retribuição pelo uso das instalações dos aeroportos e dos serviços de apoio à navegação aérea;
- coordenação dos serviços das várias empresas, a fim de reduzir custos; e
- eliminação gradativa das subvenções governamentais diretas e indiretas à aviação civil.

Com relação à supressão gradativa das subvenções governamentais, conseguiram-se resultados ponderáveis no exercício: no setor doméstico, o *deficit* caiu de NCr\$ 20.9 milhões, em 1966, para NCr\$ 8 milhões, em 1967. Deve-se considerar que nesse resultado financeiro estão computados os serviços não rentáveis das linhas de integração nacional. No setor internacional, conseguiu-se o equilíbrio entre a receita e a despesa operacional, eliminando-se o *deficit*, que em 1966 atingiu NCr\$ 5 milhões.

Simultaneamente com a acentuada recuperação da situação financeira das empresas de transporte aéreo, expandiram-se os serviços e elevaram-se os padrões de eficiência e qualidade. No campo da coordenação das atividades das empresas, conseguiu-se estabelecer maior disciplina no desenvolvimento da aviação de pequeno porte, mormente de táxi aéreo, beneficiando os usuários.

Para melhorar as condições dos terminais terrestres, inclusive os serviços de proteção ao voo, foram criadas taxas aeroportuárias, tencionando o Governo dar maior autonomia administrativa e financeira aos aeroportos. Para o próximo exercício está prevista uma subvenção total ao transporte aéreo de NCr\$ 7,5 milhões e mais NCr\$ 16,6 milhões para o reequipamento das empresas. De acordo com as diretrizes traçadas para o setor, os recursos para reequipamento serão aplicados segundo estudos de viabilidade técnica e econômica, continuando-se com a política de vincular esse reequipamento à cláusula de alienação e exportação dos equipamentos excedentes.

Salvo nos serviços considerados de interesse social ou estratégico, estabelecer-se-ão tarifas em níveis que permitam cobrir os custos totais dos serviços em regime de eficiência.

## COMUNICAÇÕES

### Política de Telecomunicações

Com a criação do Ministério das Comunicações, o Governo completou o sistema administrativo necessário à execução dos programas nacionais na área específica.

Em menos de um ano de atividades, o novo Ministério promoveu a elaboração do Plano Nacional de Telecomunicações e o entrosamento com os Governos dos Estados para o desenvolvimento das redes regionais e suas conexões com o sistema de todo o País. Tendo em vista a maior racionalização dos serviços, foram estabelecidas as bases para que empresas de âmbito estadual, públicas ou privadas, possam gradativamente associar-se para operação de concessões municipais.

### Sistema Nacional de Telecomunicações

Teve início em 1967 a implementação, pela EMBRATEL, dos Troncos Básicos do Sistema Nacional de Telecomunicações.

*Sistema de Telecomunicações — Tronco Sul.* Este programa visa à integração, por meio de um tronco de microondas de alta capacidade, dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Partindo de Porto Alegre, o sistema atingirá as cidades de Curitiba e São Paulo, derivando-se de Curitiba um ramal para interligação do Estado de Santa Catarina através das cidades de Joinville, Blumenau e Florianópolis. O Tronco Sul disporá inicialmente de 660 canais telefônicos entre São Paulo e Curitiba, 330 entre Curitiba e Porto Alegre e 120 no Ramal de Santa Catarina. Iniciado no primeiro semestre, deverá entrar em operação comercial em março de 1969.

*Novo Sistema de Comunicações — Rio-São Paulo.* Em substituição ao atual enlace de microondas, de 360 canais, operado pela Companhia Telefônica Brasileira, entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o Ministério das Comunicações fará instalar um novo sistema de alta capacidade, com dois canais de radiofrequência, cada um para 1.800 canais telefônicos. A execução do novo sistema deverá ter início no primeiro trimestre do corrente ano, estando prevista para o primeiro semestre de 1969 a sua inauguração.

*Sistema de Telecomunicações — Rio-Belo Horizonte-Brasília.* Também entre o Rio de Janeiro e Brasília, a EMBRATEL substituirá por um novo enlace de alta capacidade o atual sistema de microondas que serve as cidades de Belo Horizonte, Uberabá,

Uberlândia e Brasília. Inicialmente serão instalados 900 canais telefônicos entre Rio e Belo Horizonte e 420 entre Belo Horizonte e Brasília, estando prevista a utilização de equipamentos para discagem automática à distância. O projeto começou a ser implementado em fins de 1967, devendo as operações iniciar-se em 1969.

*Sistema de Telecomunicações — Tronco Nordeste.* Para atender às necessidades de telecomunicações de toda a Região Nordeste do País, a EMBRATEL instala no momento o Tronco Nordeste, que, partindo de Belo Horizonte, atingirá as cidades de Governador Valadares, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza. A primeira etapa do projeto, ligação Belo Horizonte-Recife, deverá ser entregue ao público em meados de 1969. A segunda etapa, entre Recife e Fortaleza, será iniciada ainda em 1968 e estará concluída em 1970.

*Sistema de Telecomunicações — Tronco Oeste.* Para integrar a Região Oeste do Brasil ao Sistema Nacional de Telecomunicações, será instalado um sistema de microondas de alta capacidade que, partindo da cidade de São Paulo, atenderá as cidades de Sorocaba, Bauru, Botucatu, Marília, Presidente Prudente e Campo Grande. O tronco terá uma capacidade de até 960 canais telefônicos por canal de radiofrequência, estando prevista inicialmente a instalação de 420 canais, com entrada em serviço calculada para 1970.

*Sistema de Telecomunicações — São Paulo-Uberaba-Brasília.* O programa visa estabelecer uma rota alternativa para escoamento do tráfego de Brasília e de Belo Horizonte para São Paulo.

*Sistema de Telecomunicações — Rio-Vitória.* Para integrar o Estado do Espírito Santo ao Sistema Nacional de Telecomunicações, a EMBRATEL construirá um sistema de microondas de alta capacidade entre Vitória e Rio de Janeiro, atendendo também as cidades de Campos e Cachoeiro do Itapemirim.

*Programa Satélite* — Para a conexão do Sistema Nacional de Telecomunicações com o exterior, o Governo determinou a construção da estação terrena brasileira do Sistema Internacional de Comunicações por Satélite, em Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro. Já foram realizados os trabalhos preliminares necessá-

rios ao estabelecimento da estação, devendo a construção ter início nos primeiros meses de 1968. O sistema possibilitará ligações diretas entre o Brasil e nove países das Américas e Europa e, através destes, às demais nações.

### Serviços Telefônicos

Durante o triênio 1968/1970 serão instalados pela CTB mais de 450.000 novos terminais telefônicos nas Capitais e interior dos Estados, representando um aumento superior a 50% sobre o número de seus terminais em operação ao fim de 1967. Serão realizados investimentos da ordem de NCr\$ 520 milhões, sendo a maior parte dos recursos obtida através do autofinanciamento. Dentro deste esquema deverão ser instalados 150.000 novos terminais no Rio de Janeiro, 200.000 na cidade de São Paulo, 26.000 em Niterói e 30.000 em Belo Horizonte. Em Vitória já estão em operação 2.000 novos terminais.

Em março de 1967 a CTB e suas subsidiárias dispunham de 5.500 circuitos interurbanos em funcionamento; em novembro do mesmo ano o total já se elevava a 6.000, com o conseqüente aumento de 500 novos circuitos, dos quais 180 de microondas na rota Rio-São Paulo.

O último levantamento realizado apurou que existe em funcionamento um total de 890 empresas telefônicas, consideradas apenas as de maior importância. Esse alto número origina uma elevação dos custos operacionais e uma dispersão negativa de esforços, com notórios prejuízos para o usuário. Visando a eliminar esses fatores negativos, procurou-se aplicar uma política de telecomunicações fundamentada no princípio básico de que a supervisão global de todo e qualquer processo de telecomunicações é atribuição exclusiva do Governo Federal, que a exercerá plenamente, através do Ministério das Comunicações.

### Departamento dos Correios e Telégrafos

No que diz respeito aos serviços postais-telegráficos, os principais programas e projetos executados em 1967 foram:

— *Fixação do Custo Industrial do Serviço Postal.* A apuração do custo operacional de cada serviço é medida obrigatória,

sobretudo atendendo à futura transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em órgãos da Administração Indireta. Os estudos que o Departamento empreenderá permitirão o conhecimento correto dos custos operacionais e possibilitará a fixação de tarifas reais, tendo em vista o equilíbrio financeiro do órgão.

— *Centros de Triagem Postal.* Para atender o considerável desenvolvimento dos serviços postais e o aumento do volume de correspondência expedida, o DCT constrói o Centro Automático de Triagem Postal em São Paulo, estando também prevista a implantação, em futuro próximo, de mais dois outros, respectivamente, no Rio de Janeiro e Porto Alegre.

— *Rêde Telegráfica.* Durante o ano de 1967 foram lançados 311 km de novas linhas, Carrier, duplicados 225 km e estabelecidos 1.245 km de circuitos de corrente contínua.

— *Rêde de Telex.* A maior parte do programa de expansão da Rêde Nacional de Telex já foi realizada. Das nove centrais a se implantarem, quatro já estão concluídas, estando as cinco restantes com os trabalhos bastante adiantados e com o início de operações previsto para o primeiro trimestre de 1968. Concluíram-se em 1967 os projetos de ampliação de sete centrais já existentes: É bastante significativo o crescimento do número de terminais instalados nos últimos 3 anos. Assim, em 1964 havia 740 assinantes; em 1965, 840; em 1966, 1.040 e, em 1967, 2.640, representando incrementos cumulativos de 13,5%, 23,95% e 154,0%, respectivamente.

## ENERGIA

### **Petróleo**

#### **CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO**

As atividades do Conselho Nacional do Petróleo orientaram-se por duas linhas mestras de ação, no cumprimento das *Diretrizes de Governo* e no estudo e equacionamento de problemas específicos da economia do petróleo.

O *Programa Estratégico de Desenvolvimento* estabeleceu, como objetivo básico para o setor do petróleo, a garantia do abastecimento nacional de combustíveis líquidos. Este objetivo é desdobrado, para a exploração e produção de petróleo bruto, na descoberta de reservas que permitam a produção necessária ao abastecimento nacional do produto e, para a indústria do refino, na adaptação e ampliação das refinarias, a fim de colocá-las em condições de processar todo o petróleo brasileiro e eliminar da pauta de importações os poucos derivados dela ainda constantes.

Quanto à segunda linha de ação, o problema que exigiu maiores cuidados do Conselho em 1967 foi o da regularidade do abastecimento de derivados ao mercado consumidor, procurando-se introduzir medidas que venham a melhorar a eficiência do sistema.

O programa de atividades do Conselho Nacional do Petróleo para 1968 compreende, de um lado, a adequação da estrutura e dos processos de trabalho à filosofia básica da Reforma Administrativa e, de outro, à implantação e revisão de normas de funcionamento do setor petróleo, dentre as quais cabe mencionar as resoluções destinadas a regulamentar a distribuição e comércio do gás liquefeito, disciplinar a distribuição de derivados do petróleo no território nacional e fixar a capacidade obrigatória das instalações para armazenamento de petróleo e derivados dispondo sobre os níveis de estoque mínimo de cada base de abastecimento.

### PETROBRAS

A PETROBRÁS, em 1967, obteve importantes êxitos em suas atividades exploratórias. Assim, registraram-se na Bahia novas ocorrências de petróleo e, em Sergipe, confirmou-se como produtora a área de Riachuelo. Na bacia do Maranhão, o número de poços testados ainda não permite uma conclusão definitiva sobre a avaliação dessa área, muito embora as perspectivas sejam bem favoráveis. As operações de estimulação dos campos da Bahia e Sergipe e a eletrificação do campo de Carmópolis permitiram em 1967 uma produção total superior em 25,4% à do ano anterior.

*Exploração* — Segundo as diretrizes fixadas, as atividades exploratórias da PETROBRAS concentraram-se nas áreas consideradas mais favoráveis à descoberta de petróleo e que pudessem responder, a curto prazo, às técnicas de prospecção atualmente utilizadas. Foram perfurados 247 mil metros em poços exploratórios (152 mil em 1964, 171 mil em 1965 e 178 mil metros em 1966) e 110 mil metros em poços de desenvolvimento (100 mil em 1964, 123 mil em 1965 e 214 mil metros em 1966).

*Produção* — A produção de petróleo bruto, em 1967, alcançou 8.465 mil metros cúbicos, em confronto com o total de 6.749 mil metros cúbicos em 1966. A Bahia participou aproximadamente com 7.800 mil metros cúbicos, Sergipe com 633 mil e Alagoas com 30 mil. No tocante ao gás natural, registrou-se um volume de produção de cerca de 883 milhões de metros cúbicos (532 milhões em 1964, 683 milhões em 1965 e 793 milhões de metros cúbicos em 1966).

*Reservas de Petróleo e Gás* — As reservas nacionais de petróleo estão avaliadas em 111,73 milhões de metros cúbicos de óleo (97,27 para a Bahia e 14,46 para Alagoas e Sergipe) e 24.998 milhões de metros cúbicos de gás (23.031 para a Bahia e 1.967 para Sergipe e Alagoas). Como perspectiva, podem ser referidas novas possibilidades de aumento das reservas na Bahia, com as seguintes descobertas: Fazenda Santo Estêvão nº 1, Araçás nº 3, Massuí nº 9, Massapé nº 4, Candeias nº 162; na bacia de Sergipe—Alagoas, o poço Sirizinho nº 1; finalmente, em Barreirinhas esperam-se resultados favoráveis.

#### **Refinação, Petroquímica e Industrialização do Xisto**

Em 1967, as refinarias da PETROBRAS processaram 17,2 milhões de metros cúbicos de petróleo, dos quais 8,4 milhões se reterem a petróleo de procedência nacional, correspondendo a 48,8% daquele total. Em 1965 e 1966 êsse processamento alcançou, respectivamente, 14,6 milhões e 16,8 milhões de metros cúbicos, sendo que a participação do óleo nacional no total processado pelas refinarias foi de 37,1% e 41,6%, respectivamente.

No tocante à produção de petroquímicos, os resultados obtidos em 1967 podem ser considerados bastante satisfatórios. Diversificou-se a produção de fertilizantes, com um expressivo índice nas quantidades de nitrocálcio especial, novo derivado obtido na Unidade de Fertilizantes da Refinaria Presidente Bernardes, e que contém maior teor de nitrogênio. Na produção de borracha sintética, incluíram-se igualmente novos tipos de elastômeros.

Quanto à industrialização do xisto, prosseguiram os trabalhos de construção da Usina Protótipo de Irati, em São Mateus do Sul, que irá processar os xistos do Paraná. Foi concluída a montagem da primeira caldeira e praticamente terminada a da segunda. No que diz respeito às atividades de mineração, continuou-se o descapecamento das camadas superiores das jazidas de xistos da formação Irati.

#### **Mercado de Derivados de Petróleo**

Em 1967, continuou a tendência de expansão do consumo de derivados já verificada no ano anterior, assinalando-se crescimento de 8% em relação a 1966.

Aumentaram de forma marcante, no ano que findou, as quantidades consumidas de asfalto (+ 29,3%), óleos lubrificantes (+ 14,7%), gás liquefeito de petróleo (+ 12,4%), querosene (+ 10,3%), óleo diesel (+ 9%) e gasolinas automotivas (+ 8,8%). A progressiva substituição das aeronaves convencionais pelas movidas a turbina continua a se refletir na expansão do consumo de querosene para jato, cujo incremento em 1967 atingiu 20,5%.

#### **Importação de Petróleo**

Apesar do aumento verificado no consumo de produtos petrolíferos em 1967 com relação a 1966, houve uma diminuição de 600 mil metros cúbicos no volume total de petróleo importado, em virtude do crescimento obtido na produção interna. Em decorrência, porém, do aumento de fretes internacionais, os gastos com a importação de petróleo ainda se situaram em US\$ 175 milhões, sem embargo da política seguida de diversificação das fon-

tes de suprimento dessa matéria-prima. Enquanto em 1954 somente a Venezuela nos fornecia petróleo, em 1967 nove países exportaram petróleo para o Brasil, sendo que a Arábia Saudita foi o maior fornecedor, seguindo-se a Venezuela, o Iraque, o Kuwait, a Nigéria e a União Soviética.

#### Importação de Derivados

*Gás Liquefeito de Petróleo* — Em virtude do incremento do consumo desse produto, a importação, em 1967, atingiu 282 mil t, contra 229 mil t em 1966, nos valores, respectivamente, de US\$ 14,8 milhões e US\$ 12,7 milhões.

*Combustível de aviação (gasolina e querosene para jato)* — A importação desse derivado alcançou 371 mil t em 1967, contra 424 mil t em 1966, nos valores de US\$ 15,3 milhões e US\$ 14,4 milhões, respectivos.

*Óleos Lubrificantes* — A PETROBRAS importou, no ano findo, 297,8 mil metros cúbicos de óleos lubrificantes básicos a granel, no valor de US\$ 21,9 milhões. Em 1966, foram adquiridos 311,8 mil metros cúbicos, no valor de US\$ 22,6 milhões.

*Parafina* — Foram adquiridas, no exterior, 18,8 mil t de parafina, no valor de US\$ 3,4 milhões, em confronto com as 19,3 mil t no valor de US\$ 2,8 milhões, importadas em 1966.

*Resíduos Aromáticos* — A fim de complementar a produção nacional, foram importadas 34,6 mil t, no valor de US\$ 1 milhão (24,6 mil t e US\$ 565 mil, em 1966).

*Solventes* — As importações, em 1967, atingiram 2,7 mil t (1,8 mil em 1966), no valor de US\$ 1,2 milhões (US\$ 118 mil em 1966).

*Butadieno e Estireno* — Para o abastecimento de sua fábrica de borracha sintética (FABOR), a PETROBRAS importou, em 1967, 22,6 mil t de butadieno, no valor de US\$ 5 milhões, e 8,4 mil t de estireno, no valor de US\$ 1,4 milhões.

Em 1968 entrará em fase de produção, definitivamente, a Unidade de Butadieno da FABOR, com capacidade de 38 mil t/ano, cessando a partir de então as importações dessa matéria-prima.

## ENERGIA ELÉTRICA E NUCLEAR

O Governo deu continuidade à execução e ao aprimoramento da política de energia elétrica inaugurada em 1964.

A potência instalada elevou-se de 700MW, ultrapassando um total de 8.000MW. As obras em andamento compreendem 30 usinas das mais variadas características e localizações, representando 6.800MW, a entrar em operação até 1974. A capacidade instalada de geração atingirá 12.000MW até 1970. Ênfase especial está sendo dada aos programas de transmissão e distribuição, visando a compensar os atrasos decorrentes de distorções verificadas no passado. Em 1967 foram construídas cerca de 5.000 km de linhas de transmissão de diversos níveis de tensão, além de ampliadas e reforçadas as redes de distribuição dos principais centros, devendo estes programas prosseguir com a devida prioridade a fim de harmonizar a estrutura do setor.

Pelo Decreto nº 60.824, de 7 de junho de 1967, foi definido o Sistema Nacional de Eletrificação. Estabeleceram-se as áreas de competência dos diversos órgãos, ressaltando a adaptação da estrutura do setor de energia elétrica às normas de descentralização preconizadas pela Reforma Administrativa. Nesse sentido, e buscando reduzir os custos operacionais, realizou-se a fusão de várias empresas concessionárias cujas áreas de atuação se superpunham.

Quanto à energia nuclear, com a vinculação da Comissão Nacional de Energia Nuclear ao Ministério das Minas e Energia, passou aquele Ministério a controlar as atividades da área, desde a prospecção de materiais físséis e férteis até seu aproveitamento, para fins pacíficos, sob forma de radioisótopos e de energia. O desenvolvimento das pesquisas realiza-se através do Departamento de Exploração Mineral e do Instituto de Energia Atômica de São Paulo, do Instituto de Engenharia Nuclear da Guanabara e do Instituto de Pesquisas Radioativas de Belo Horizonte. O programa de desenvolvimento da produção de energia de origem nuclear foi lançado com a realização dos estudos técnico-econômicos necessários e o estabelecimento de um convênio ELETROBRAS—

CNEN para instalação, na Região Centro-Sul, de um reator de potência de 500 MW que, uma vez em operação (1975), projetará o País na era nuclear.

As principais obras de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica a cargo de empresas subsidiárias e associadas da ELETROBRAS, e para as quais esta concorreu com recursos, são as seguintes:

— Segundo plano de expansão da Companhia Hidrelétrica de São Francisco, que incluiu, em 1967, a instalação de duas unidades geradoras de 80MW, cada uma, devendo a terceira entrar em operação no corrente ano. O terceiro plano de expansão dessa empresa, representando a instalação de 660MW em sua etapa final, está em condições de ter sua primeira etapa (330MW) executada, contando para isso com recursos internos e externos.

— Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, com potência inicial de 108MW e final de 216MW, destinada a abastecer, através de seu sistema de transmissão, as principais cidades dos Estados do Maranhão e Piauí, além do oeste do Ceará. Seu início de operação está previsto para fins de 1968.

— Usina Hidrelétrica do Estreito, em construção no rio Grande, no Estado de Minas Gerais, com capacidade instalada de 600MW em sua etapa inicial e 900MW na final. Deverá entrar em operação no final de 1969.

— Usina Hidrelétrica do Funil, no rio Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, com potência de 210MW, sendo prevista sua entrada em operação em fins de 1968.

— Usina Termelétrica de Santa Cruz, com potência de 160MW, que entrou em operação em 1967, permitindo a intensificação dos trabalhos de mudança de frequência no Estado da Guanabara.

— Usina Hidrelétrica de Jupia, no rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso, com potência final de 1.400MW. Deverão entrar em operação, de fins de 1968 até 1972, 1.200MW.

— Usina Hidrelétrica de Jaguará, no rio Grande, Estado de Minas Gerais, com potência final de 600MW, estando seu início de funcionamento previsto para fins de 1970.

— Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, no rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso, com capacidade inicial de 1.750MW e final de 3.200MW, tendo sua construção iniciada em 1967 e devendo entrar em operação a partir de 1974.

— Usina Hidrelétrica de Capivari — Cachoeira, no rio Capivari, Estado do Paraná, com 250MW de capacidade instalada, devendo entrar em operação em fins de 1969.

— Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, no Estado de Goiás, em ampliação, atingindo 560MW em sua etapa final.

— Usina Hidrelétrica de Passo Real, no rio Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul, com potência final de 250MW, cujos contratos de financiamento estão sendo ultimados.

— Usina Termelétrica de Alegrete, de 66MW, e respectivo sistema de transmissão, com início de operação em 1968.

— Usina Termelétrica de Miramar, em Belém, Estado do Pará ampliada de 30MW para 80MW, em 1967. No mesmo Estado encontra-se, em início de construção, a Usina Hidrelétrica do Curuá—Una, próxima a Santarém, com 20MW iniciais.

A colaboração financeira da ELETROBRAS somou .....  
NCr\$ 1,13 bilhões, assim divididos:

Participação societária .....	NCr\$ 370 milhões
Financiamentos .....	NCr\$ 620 milhões
Empréstimos a curto e médio prazo .....	NCr\$ 140 milhões

Aquêle total inclui as inversões financeiras da ELETROBRAS, mais reinvestimentos e correção monetária de aplicações.

## CARVAO

O Governo empenhou-se em estabelecer as bases para um planejamento integrado das ações necessárias à recuperação da indústria do carvão nacional. Os estudos executados resultaram na formulação de uma política geral que abrange tôdas as fases do

ciclo econômico do produto, e da qual decorreram as diretrizes a serem adotadas para o ano de 1968 e os seguintes. Para consolidar a ação governamental, foram estabelecidos, através de decreto, os pontos fundamentais da reestruturação do complexo carbonífero de Santa Catarina.

Em 1967, os trabalhos da Comissão do Plano do Carvão Nacional, cuja estrutura foi reformulada, objetivaram principalmente a continuação das pesquisas geológicas das reservas brasileiras, o planejamento da mecanização das minas, a maior definição dos mercados de consumo e o acompanhamento da implementação dos projetos relativos às empresas Usina Termelétrica de Figueira, Sociedade Termelétrica de Capivari, Siderúrgica de Santa Catarina S/A e Aços Finos Piratini S/A.

O programa para 1968 prevê a expansão das áreas onde se fazem estudos e levantamentos, a ampliação de inversões nas empresas consumidoras e a mecanização das lavras nos três Estados carboníferos.

## REDUÇÃO DE CUSTOS BASICOS

A redução dos custos básicos foi objeto de especial atenção nas *Diretrizes de Governo* quando se tratou da revitalização da economia, da política antiinflacionária e do aumento do poder competitivo da indústria nacional, de vez que os altos custos da nossa produção revelam pesados fatores negativos: a utilização inadequada de recursos na economia, os elevados custos financeiros, o exagerado custo operacional de algumas empresas governamentais e, em geral, o descaso pelos padrões de eficiência.

Algumas causas dos altos custos básicos se acham tão enraizadas na nossa economia que só serão corrigidas através de um esforço sistemático e perseverante de remoção dos pontos de estrangulamento, de reorganização administrativa, de melhoria operacional e de formulação criteriosa da política de preços.

A redução dos custos dos insumos básicos industriais é condição necessária para o alcance de um desenvolvimento auto-sustentado, ao configurar oportunidades de investimento para eliminação de pontos críticos e criar economias externas para a indústria. Tal redução constitui importante elemento na política de combate à inflação, na medida em que as elevações de custos deixem de ser fator autônomo de aumento de preços. A maior eficiência na produção de bens e serviços conduzirá a custos reais mais baixos, evitando, no caso das empresas governamentais, a transferência dos ônus de ineficiência para o Tesouro Nacional ou o setor privado. Por outro lado, a redução de custos básicos concorrerá para estabelecer, no setor industrial, os fundamentos de um efetivo poder de concorrência da produção nacional, interna e externamente, com o maior aproveitamento dos benefícios da política de expansão de mercado externo.

Finalmente, contam-se os efeitos que deverão espalhar-se em toda a economia, por contato ou demonstração, oriundos de formas mais aperfeiçoadas de operação e gerência do capital.

### **Custos Financeiros**

As elevadas taxas vigentes no mercado financeiro constituíam uma das causas fundamentais dos altos custos da produção nacional. Em razão do nosso mecanismo de comercialização de produtos industrializados, a indústria tem a seu cargo parcela importante do ônus do financiamento, além de responsabilidade de comércio, decorrente da própria natureza de sua atividade. Num mercado financeiro de limitada capacidade, no qual o próprio Governo concorreu para financiar parte dos seus *deficits* orçamentários, as taxas de juros mantinham-se altas, apesar da redução das taxas de aumento de preços, em face da demanda insatisfeita de capital de giro.

Ao mesmo tempo em que permitiu maior expansão do crédito ao setor privado, como uma das políticas adotadas para restabelecer os níveis de produção, baixos em consequência da recessão ocorrida no primeiro trimestre, iniciou o Governo um trabalho sistemático para a redução das taxas de juros e dos custos operacionais das instituições financeiras.

Inicialmente foram reduzidas as taxas aplicadas pelo Banco do Brasil e pelos fundos especiais de financiamento. Quanto às instituições privadas, as Autoridades Monetárias estimularam a fusão de bancos comerciais, com o objetivo de racionalizar as operações e reduzir custos. Ao fim do exercício, as taxas de juros das sociedades financeiras já haviam caído sensivelmente e os bancos comerciais operavam a 2% ao mês, redução substancial em relação às taxas aplicadas no início do exercício, superiores a 3% ao mês.

### **Transportes**

Em conseqüência dos desequilíbrios encontrados no setor de transportes, considerável parcela dos fluxos de intercâmbio se movimentava segundo modalidades e serviços antieconômicos. Os esforços feitos a partir de 1964 no sentido de corrigir as principais distorções na estrutura tarifária resultaram em melhor estruturação da demanda dos serviços. O Governo empenha-se em remover os desequilíbrios ainda existentes, havendo obtido resultados ponderáveis, principalmente no setor marítimo.

O aumento de eficiência no transporte marítimo trouxe maior equilíbrio financeiro às empresas de navegação e às organizações portuárias, melhorias na qualidade dos serviços e decorrente redução dos custos para os usuários. A conclusão da duplicação da Rodovia Presidente Dutra e de outros empreendimentos rodoviários prioritários conduziu a um descongestionamento de tráfego e conseqüente diminuição de custos operacionais para os transportadores.

Dar-se-á continuidade às iniciativas de aumento de eficiência no setor, seja em relação à parte operacional, seja quanto à alocação de recursos em projetos de alto rendimento. A partir deste ano, especialmente no setor ferroviário, serão adotadas medidas agressivas visando à melhoria da qualidade dos serviços e ao aumento da eficiência.

### **Energia Elétrica**

A par de um suprimento adequado, busca-se manter o preço da energia elétrica dentro de níveis que, assegurando rentabilidade suficiente para a expansão do setor, atentem para o papel desse insumo

como elemento de política econômica. Nesse sentido, instalou-se, nos termos do Decreto nº 60.848, de 9 de junho de 1967, um Grupo de Trabalho destinado a propor medidas relativas às normas sobre energia elétrica e à utilização da tarifa como instrumento de promoção do desenvolvimento.

Os estudos empreendidos têm em conta, por um lado, o fato de que as tarifas devam ser entendidas como a remuneração de um serviço pelo seu custo e, por outro, a necessidade de garantir ao setor os recursos necessários à manutenção das instalações e à expansão gradual da capacidade geradora existente. A política consiste em manter os preços da energia em níveis compatíveis com os vários ramos de atividades econômicas, em função do fator de carga dos consumidores e da sua incidência como parcela na formação dos custos de produção.

### **Óleo Combustível**

A atuação governamental fixou-se na confirmação e ampliação das medidas que já vinham sendo tomadas para aumentar o diferencial de preços entre o óleo combustível e os demais derivados de petróleo, aproximando os preços desse importante insumo industrial dos níveis internacionais. Com esse objetivo, a Portaria de 29 de março de 1967 do Conselho Nacional de Petróleo determinou uma primeira redução no preço do óleo combustível. No último reajustamento de preços dos derivados do petróleo, manteve-se fixo o do óleo combustível, ao nível de NCr\$ 67,00/t, o que corresponde a mais uma redução, em termos reais.

### **Enxôfre**

A indústria nacional enfrenta o problema da importação do enxôfre a preços elevados, dada a escassez dessa matéria-prima no mercado mundial. Assim, teve prioridade o estudo da implantação de projetos relativos à exploração das reservas brasileiras, merecendo especial atenção o xisto da formação Irati, as piritas marciais de Ouro Preto e as piritas do carvão catarinense. Foi também estu-

dado o aproveitamento dos gases residuais das refinarias de petróleo e das reservas de gipsita assinalada no Nordeste. A PETROBRAS e várias empresas privadas trabalham em projetos de larga envergadura; o conjunto dessas iniciativas poderá fazer com que a nossa produção atinja 16.000 t em 1969, para crescer até 112.000 t em 1970.

O preço do enxôfre importado situa-se atualmente em cêrca de US\$ 50,00/t, devendo o enxôfre de fontes nacionais custar o correspondente a US\$ 35,00/t, o que ressalta a importância das soluções encaminhadas.

### Sal

Várias iniciativas de vulto marcaram a atuação do Governo no tocante ao sal, matéria-prima básica para a indústria química da barrilha, da soda cáustica e do cloro.

Foi criado, no Ministério da Indústria e do Comércio, a Comissão Executiva do Sal, com atividade normativa, para a formulação da política econômica desse produto.

Da atuação em todos os níveis, espera-se que até 1970 haja uma redução do preço CIF na região Centro — Sul para . . . . . NCr\$ 32,00/t, a preços de dezembro de 1967, comparável ao do produto importado, redução que se deverá, principalmente, às soluções dadas aos problemas de escoamento da produção.

Até 1970, deverá ser reduzido em 40% o custo de transferência do sal do atêrro para os navios, com os investimentos programados nos terminais salineiros de Macau e Areia Branca, matéria de protocolo assinado em 1967 entre o Governo, através do Ministério dos Transportes, e os industriais salineiros. Os estudos de viabilidade técnico-econômica dos terminais foram aprovados, contando-se que os projetos venham proporcionar condições de escoamento em bases econômicas. Os custos atingirão cêrca de NCr\$ 20 milhões por terminal, sendo que a de Areia Branca poderá contar com financiamento do BNDE para 75% do seu valor. Ao mesmo tempo foram realizados estudos para melhoria das instalações de descarga dos portos recebedores, os quais deverão ser implementados antes da entrada em operação dos terminais do Rio Grande do Norte:

Relativamente a transporte, foram encomendadas à indústria nacional, em 1967, 2 graneleiros de 23.000 TDW, completando a série de pedidos dos anos de 1964 e 1965. No tocante a frete marítimo, em razão da substancial redução do tempo de carregamento e descarga e da conseqüente utilização racional dos graneleiros, está prevista a redução de 60% no custo do frete entre a região produtora do Rio Grande do Norte e o pôrto de Santos.

Paralelamente aos investimentos referidos, está sendo fechado o ciclo de aumento de produtividade, através de um programa de assistência técnica aos produtores, objetivando racionalizar a produção com a mecanização progressiva das salinas.

Por outro lado, as jazidas de sal-gema de Sergipe e Alagoas constituem atualmente objeto de pesquisa, desenvolvendo-se os respectivos estudos de aproveitamento. Pelo Decreto nº 61.157, de 16 de agosto de 1967, o Governo Federal tornou reserva nacional a região das jazidas de Sergipe, estando os trabalhos de pesquisa sendo efetuados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério das Minas e Energia, para determinar o verdadeiro valor das ocorrências de sal-gema e sais de potássio na região. Quanto às jazidas de Alagoas, a pesquisa se faz por particulares, sob concessão do Governo Federal. Em futuro próximo, além destas, será dedicada especial atenção às jazidas de sal-gema da Bahia e do Amazonas.

## **Borracha**

Cuidou o Governo de aperfeiçoar a legislação sobre as atividades relacionadas com a produção, importação, estocagem, comercialização e industrialização da borracha. Foram criados o Conselho Nacional da Borracha, subordinado ao Ministério da Indústria e do Comércio e com o encargo de formular, orientar e coordenar a política do setor, e a Superintendência da Borracha, com a atribuição de executá-la, extinguindo-se o monopólio estatal anteriormente exercido pelo Banco da Amazônia S/A.

Dentre as atividades do Conselho Nacional da Borracha e da Superintendência da Borracha em 1967, ressaltam a reestruturação

da comercialização, a elaboração do zoneamento e cadastro dos produtores e comerciantes, a fixação dos preços de garantia ao produtor da borracha vegetal e dos preços de borracha sintética, além da preparação do programa global do uso de borrachas vegetal e sintética para 1968, distribuindo-se as quotas pelas 600 fábricas de artefatos existentes.

### Álcool

Devido à importância do álcool na indústria química, como matéria-prima para a produção de polietileno, borracha sintética e derivados acéticos, foi criado um Grupo Especial de estudo dos problemas concernentes à determinação de seu preço para a indústria.

Os trabalhos do Grupo têm em vista a plena utilização da produção nacional de álcool etílico, através da fixação de critérios de preços capazes de estimular a expansão do consumo na indústria química. O Grupo deverá terminar seus trabalhos no início de 1968, e a política proposta, uma vez adotada, tornará exequíveis uma série de investimentos na indústria química derivada do álcool.

## CONSOLIDAÇÃO DE INDÚSTRIAS BÁSICAS

### Mineração

O novo Código de Mineração, aprovado pelo Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, veio ampliar os horizontes da indústria de mineração, constituindo instrumento compatível com a realidade brasileira no campo dos minérios.

No ano de 1967 o Departamento Nacional da Produção Mineral recebeu 2.532 pedidos para autorização de pesquisas, número jamais alcançado em outras épocas. Cerca da metade do número de autorizações solicitadas referiu-se a pesquisas nos Estados do Amazonas e Pará e nos Territórios de Rondônia e Roraima, o que indica o início da fase de aproveitamento de minerais na Região Amazônica. A cassiterita (Rondônia), os minérios de ferro (Pará), ouro (principalmente no Pará), cobre (Bahia), diamantes

(Bahia) e sal-gema (Bahia) foram os recursos que responderam por 70% do total de pedidos.

O Governo Federal vem apoiando esse incremento nas atividades mineradoras, contribuindo para o desenvolvimento de projetos de avaliação de recursos minerais. O Ministério das Minas e Energia celebrou convênio com a USAID para a execução de 5 projetos básicos de mineração, havendo assinado com a PETROBRAS e a SUDENE documento relativo à pesquisa de ocorrências de sais de potássio na região de Carmópolis, Estado de Sergipe. Através do BNDE, financiamentos têm sido concedidos à indústria extrativa mineral, especialmente para projetos de pequena e média mineração, voltados para o atendimento do mercado interno.

No setor da mineração, beneficiamento e transporte de minério de ferro, destaca-se a atuação da Companhia Vale do Rio Doce. Devido ao grande esforço de conquista de mercados, a CVRD está hoje incluída entre as seis maiores empresas exportadoras de minério de ferro no mundo. Em 1967, sua exportação atingiu 10,6 milhões de toneladas, com aumento de 20% em relação a 1966, produzindo um faturamento de US\$ 75 milhões. Considerando o mercado interno, o montante de vendas da CVRD totalizou 11,5 milhões de toneladas em 1967

Em continuação a seu programa portuário, a CVRD investiu no Pôrto de Iubarão NCr\$ 18 milhões, que foram aplicados na conclusão da dragagem, possibilitando o carregamento de navios de até 100.000 TDW, e em instalações de britagem, peneiramento e classificação de minérios. Aplicaram-se ainda ..... NCr\$ 20,7 milhões nas obras da usina de pelotização.

### Siderurgia

Ao tomar posse, o Governo encontrou o setor siderúrgico carente de decisões fundamentais quanto às metas de expansão, ao necessário saneamento financeiro e à sua reorganização, dentro de uma política global de ação.

Em vista disso, e considerando a importância da siderurgia dentro da economia nacional e dos programas governamentais,

criou o Governo, através do Decreto nº 60.642, de 27 de abril de 1967, o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica, sob a presidência do Ministro da Indústria e do Comércio e coordenação do BNDE, com a responsabilidade de elaborar relatório conclusivo que permitisse ao Governo estabelecer uma política governamental a curto, médio e longo prazo.

O trabalho deste Grupo resultou em substancial relatório apresentado em janeiro de 1968. Suas conclusões serão incorporadas ao *Programa Estratégico*, de forma a dar à siderurgia nacional, estatal e particular, a segurança necessária para o desenvolvimento de sua plena potencialidade.

Paralelamente a êsse trabalho de planejamento, o Governo, coordenando e dinamizando a administração das empresas estatais, promoveu apreciável aumento da sua eficiência e produtividade, conseguindo finalmente dar adequada utilização à capacidade de produção instalada no conjunto dessas empresas, que hoje representam mais de 60% da produção nacional.

Por outro lado, as empresas estatais, liderando notável esforço de nossa siderurgia no sentido da exportação, conseguiram alargar o mercado externo do aço brasileiro, o qual antes se restringia à área da ALALC. Este esforço resultou, ao final do ano, em mais de 300 mil toneladas, exportadas pela Companhia Siderúrgica Nacional, USIMINAS, COSIPA e ACESITA, em valor superior a US\$ 30 milhões.

Do ponto de vista global, a siderurgia brasileira, impulsionada pelas medidas postas em prática pelo Governo, conseguiu recuperar-se da fase recessiva que se prolongou de setembro de 1966 a fevereiro de 1967, voltando a médias mensais comparáveis às melhores obtidas em 1966, o que possibilitou alcançar, ao final de 1967, uma produção global da ordem de 3,7 milhões de toneladas de aço em lingotes. Além disso, a siderurgia muito contribuiu na luta do Governo para a contenção do processo inflacionário, com reconhecido sacrifício, mantendo-se os preços a um nível mínimo, com reajustamentos inferiores aos que permitia a legislação vigente.

Em decorrência das medidas tomadas, o ano de 1968 deverá marcar o início de nova época de expansão da siderurgia brasileira.

## Metais Não-Ferrosos

O Governo vem apoiando e incentivando projetos que têm como objetivo a consolidação e o desenvolvimento das indústrias de metais não-ferrosos no País.

Com relação à indústria de alumínio, foram aprovados pelo Grupo Executivo para as Indústrias Metalúrgicas — GEIMET projetos de instalação de uma usina produtora de alumínio em lingotes, no valor de US\$ 57,5 milhões, de aumento da capacidade de produção de alumínio em lingotes, no montante de NCr\$ 25,6 milhões, de aquisição de novos equipamentos, totalizando NCr\$ 5,2 milhões, e três projetos de expansão de fábricas produtoras de cabos, somando NCr\$ 5,4 milhões. Como dado altamente expressivo do desenvolvimento da metalurgia dos não-ferrosos no Brasil em 1967, registra-se o crescimento de 15,5% na produção de alumínio primário.

No tocante ao cobre, cujo principal problema para o desenvolvimento da produção no Brasil reside na disponibilidade de recursos minerais, foram intensificados os trabalhos de pesquisas e prospecção do minério nas principais áreas de ocorrência, nos Estados de Mato Grosso, Bahia e Rio Grande do Sul.

Continuaram as pesquisas e prospecções de cassiterita no Território de Rondônia, trabalhos essenciais para que o Brasil possa tornar-se, em futuro próximo, exportador de estanho.

Quanto ao zinco, foi aprovado pelo GEIMET projeto destinado à produção de zinco eletrolítico em Três Marias, no Estado de Minas Gerais.

## Química e Petroquímica

O setor químico, um dos setores básicos da economia, mereceu por parte do Governo especial atenção no decorrer de 1967. Assim, foi mantida a política de estímulos à implantação de novas unidades, principalmente das que viessem substituir importações ou eliminar pontos críticos no desenvolvimento da indústria.

Esta política de estímulos e orientação foi implementada essencialmente pelo Grupo Executivo da Indústria Química — GEIQUIM — subordinado à Comissão de Desenvolvimento Industrial. Nesse sentido foram aprovados, no decorrer do ano de 1967, 16 novos projetos, representando inversões que montarão a NCr\$ 426,3 milhões, o que dá bem uma idéia do vulto do desenvolvimento do setor.

No tocante à infra-estrutura, o Governo vem tomando uma série de medidas de modo a proporcionar à indústria a disponibilidade de insumos a preços internacionais.

Na indústria de álcalis sódicos, ressalta a aprovação pelo GEIQUIM de projeto que permitirá o aproveitamento do cloreto de sódio das jazidas de sal-gema do Nordeste, para produção de soda cáustica a custos competitivos com os do mercado internacional, eliminando a dependência do suprimento externo. Também a Companhia Nacional de Álcalis, que deu atendimento a toda a demanda do mercado interno por barrilha, está elaborando projeto de ampliação de sua capacidade de produção para 200 mil t/ano, a partir de 1970.

O caráter de livre concorrência da indústria petroquímica foi reafirmado pelo Governo com a criação da PETROQUISA, nos termos do Decreto nº 61.981, de 28 de dezembro de 1967. Esta companhia, subsidiária da PETROBRAS, poderá associar-se livremente a outras empresas, permitindo atrair maiores investimentos para essa importante indústria.

No setor de fertilizantes foram iniciadas pesquisas para o exato dimensionamento das jazidas de potássio de Sergipe, cuja exploração poderá redundar na nossa auto-suficiência quanto a este componente, até o momento totalmente importado. Os trabalhos de incentivo à produção de nitrogenados prosseguem, com a acelerada construção de uma unidade em Santos, São Paulo, de capacidade nominal de 500 toneladas diárias de amônia anidra, e o prosseguimento das obras de construção da unidade da PETROBRAS na Bahia, para a produção de amônia e uréia.

Para os fertilizantes fosfatados, o Governo definiu sua política, amparando as empresas produtoras de superfosfatos com

proteção aduaneira coerente, através de resolução do Conselho de Política Aduaneira, e prosseguindo na suplementação dos custos de transportes do fosfato bruto de produção nacional, por meio de subsídios do FUNFERTIL.

### **Mecânica, Elétrica e Bens de Capital**

O setor mecânico e elétrico, compreendendo ramos tipicamente produtores de bens de consumo duráveis e bens de capital, responsável pela geração de cerca de 6,5% do Produto Interno Bruto, tem desempenhado, ao longo do processo de industrialização brasileiro, importante papel como pólo de assimilação de índices tecnológicos mais elevados e de absorção de mão-de-obra qualificada. Tal tendência, logrados os objetivos esperados de crescimento do mercado interno e de aumento das exportações de produtos industrializados, deverá acentuar-se nos próximos anos. Os resultados da produção de 1967 e as perspectivas para 1968 assim o evidenciam.

Do mesmo modo que no último triênio, durante 1967 procurou-se atingir maiores níveis de produtividade. Medidas operacionais de redução de estoques e melhor utilização de matérias-primas, bem como de elevação da produtividade da mão-de-obra, foram correntes nas atividades das indústrias mecânicas e elétricas. Por outro lado, realizou-se no ano findo significativo montante de inversões, destinadas a eliminar pontos de estrangulamento e garantir a racionalização dos métodos de produção.

Os subsetores de bens de capital e bens de consumo duráveis, que em 1966 haviam experimentado considerável expansão, reagindo desta maneira à fase recessiva por que passou o setor industrial em 1965, aumentaram ou mantiveram durante 1967 seus níveis de produção. Os próximos anos, no entanto, deverão marcar a consolidação dos dois subsetores, estimulada por medidas governamentais de apoio à produção e aos investimentos.

Os ramos industriais dedicados à produção de bens de capital, correspondendo ao ritmo de investimentos dos demais setores da economia, mantiveram em 1967 o volume de produção de 1966,

equivalente a um acréscimo de 11% em relação a 1965. O ramo de construção naval tem sua capacidade empenhada para o próximo quadriênio, fruto das encomendas da Comissão de Marinha Mercante aos estaleiros nacionais. Tal impulso no ramo da construção naval deverá ser acompanhado da expansão de outros ramos produtores de bens de capital, na medida em que o Governo fôr efetivando ou estimulando investimentos em energia elétrica, petróleo, petroquímica, siderurgia e outras indústrias básicas, cumprindo seus objetivos de consolidação desses setores da economia.

Os ramos de automóveis e utilitários, autopeças e utilidades domésticas, produtores de bens de consumo duráveis, apresentaram resultados de produção semelhantes aos de 1966, muito embora em alguns meses o nível de suas atividades tenha sido superior ao observado no ano passado. O total de produção física em 1966 representou um acréscimo da ordem de 22% em relação a 1965, sendo mantidos durante 1967 os elevados índices de produção de 1966. Dentro do subsetor, o ramo de automóveis e utilitários foi o que registrou resultados de produção mais significativos, além de haver passado por importantes modificações estruturais que, pela associação de recursos, têm promovido a racionalização de linhas e redução de custos, entre outros benefícios.

A retomada dos investimentos governamentais em infra-estrutura garantiu à indústria de bens de capital encomendas suficientes para que sua produção se mantivesse aos níveis de 1966. Por outro lado, o financiamento das vendas, através de organismos internacionais e do FINAME, realizado em montante superior ao observado em 1966, indica o elevado nível de investimentos em diversos setores da economia no ano passado. O total das operações do FINAME, que em 1966 foi de NCr\$ 73,6 milhões, atingiu NCr\$ 111,8 milhões em 1967, o que significa um acréscimo de 11,7% em termos de valores deste último ano. Em 1966/67, o FINAME contemplou com financiamentos aproximadamente 20% das vendas de bens de capital, acompanhando, portanto, a expansão da demanda de maquinaria e equipamentos de alguns ramos da indústria mecânica e elétrica.

O Governo concedeu estímulos aos investimentos da indústria mecânica e elétrica, seja através da utilização de recursos finan-

ceiros destinados à aplicação nas áreas da SUDENE e da SUDAM, seja através de isenções do imposto de importação e da taxa aduaneira, relativos aos bens de capital importados sem similar nacional. Tais isenções, concedidas após a aprovação dos projetos de investimento pelo GEIMEC, são solicitadas pela quase totalidade de empresários que realizam investimentos de médio ou grande porte. Enquanto em 1966 o volume de investimentos aprovados por aquele Grupo foi de NCr\$ 168,1 milhões, em 1967 alcançou NCr\$ 456,7 milhões, o que representou um acréscimo da ordem de 109% em termos reais.

Dentre as medidas governamentais de maior importância, resalta a regulamentação do conceito de similar nacional, desde muito exigida pelo atual estágio de produção de maquinaria e equipamentos no País. O Decreto nº 61.574, de 23 de outubro de 1967, deu elementos ao Conselho de Política Aduaneira para que os julgamentos sobre o similar se façam em termos da nova estrutura industrial, tornando viável a realização de investimentos financiados pelo exterior quando de interesse nacional. A aplicação correta e oportuna dessa regulamentação trará à indústria mecânica e elétrica a necessária segurança operacional, sem acarretar o desinteresse pelo nível tecnológico e pela economia da produção.

### **Indústria de Construção Civil e de Materiais de Construção**

A indústria de construção civil recebeu decisivo impulso com o desenvolvimento do programa de obras públicas e, principalmente, com o programa habitacional. No que concerne às obras públicas, cabe mencionar as relacionadas com os setores de energia, transporte, saneamento e educação. A regulamentação e a institucionalização do mercado de hipotecas de habitações pelo Banco Nacional de Habitação estão contribuindo para permitir mais rápida ativação da indústria de construções residenciais e de seus insumos, independentemente das outras linhas de operação do Banco.

Em decorrência dessa expansão da construção civil, a indústria de materiais de construção civil teve as atividades grandemente aumentadas, principalmente a de cimento, cuja produção alcan-

çou 6.405.700 toneladas, correspondendo em 1967 a um crescimento de 6% em relação a 1966. Pelo Decreto nº 61.970, de 22 de dezembro de 1967, o Governo estabeleceu incentivos fiscais para o desenvolvimento do setor, tendo em vista as perspectivas de um continuado acréscimo dos investimentos em construção.

Também com aquêlê mesmo objetivo, o Banco Nacional da Habitação aprovou o Programa de Financiamento de Materiais de Construção — FIMACO, compreendendo vários subprogramas, entre os quais os de financiamento ou refinanciamento do consumidor de materiais de construção — RECON, e o subprograma de financiamento ou refinanciamento do investimento no ativo fixo das empresas produtoras e distribuidoras de materiais de construção — REINVEST.

Os projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria de Material de Construção Civil — GEIMAC — é pela SUDENE, destinados à indústria de materiais de construção, representam aplicações que totalizam NCr\$ 183 milhões.

## REFORMA ADMINISTRATIVA

### Ação em 1967

A Reforma Administrativa do Serviço Público Federal tem por objetivo elevar-lhe a eficiência. O aumento da produtividade do setor público, não só no que se refere propriamente à burocracia como no tocante ao funcionamento das empresas e autarquias sob direção ou controle do Governo, representa objetivo altamente prioritário, com profundas repercussões na política de contenção de custos e aceleração do desenvolvimento.

As diretrizes básicas da Reforma Administrativa estão consubstanciadas no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, de cuja elaboração participou decisivamente o atual Ministro do Planejamento, que se vem empenhando em lhe dar versão prática desde abril do ano findo.

Durante o ano de 1967 promoveu-se a realização da primeira etapa da reforma, caracterizada pela deflagração, em todos os Ministérios, da chamada Operação Desemperramento e pela instalação, no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, do Escritório da Reforma Administrativa — ERA, órgão central coordenador dos trabalhos.

#### Delegação de competência

O propósito fundamental da Operação Desemperramento foi o de promover em toda a Administração Pública um processo de desconcentração e descongestionamento da autoridade executiva, principalmente através de delegações de competência.

O processo iniciou-se com uma série de delegações do próprio Presidente da República, transferindo para a esfera ministerial a decisão de casos individuais de solução razoavelmente padronizada, os quais, por força da legislação vigente, eram ainda encaminhados ao Planalto.

A Operação Desemperramento foi empreendida através da atuação de Grupos de Trabalho instalados em cada Ministério; sob a orientação central do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. O sucesso obtido pode ser medido pelo número de atos de delegação expedidos nos vários Ministérios durante o ano de 1967, envolvendo a transferência de 1.732 atribuições diferentes. Esses atos trouxeram alívio, para as autoridades delegantes, de carga de trabalho representada pela decisão final ou interlocutória de cerca de dez milhões de processos por ano. Além disso, as delegações de competência, embora revestidas de grande simplicidade em sua maioria, vêm acelerando notavelmente a solução dos processos administrativos.

A decisão dos assuntos de rotina está sendo progressivamente transferida para os escalões intermediários da administração, que estão na intimidade do fato, conferindo-se maior autoridade e responsabilidade a chefes e funcionários antes reduzidos à situação de simples informantes.

O propósito da Operação Desemperramento — que prosseguirá com intensidade crescente — é reduzir gradativamente a distância entre o requerente e a decisão, acelerando a solução das questões de interesse do público, reduzindo custos administrativos e simplificando procedimentos burocráticos.

#### Simplificação de rotinas básicas

Além da descentralização executiva, vem sendo realizado importante trabalho de levantamento e simplificação de rotinas básicas.

Muito embora a desconcentração da autoridade signifique por si mesma uma simplificação de rotinas, tornou-se indispensável atacar, de imediato, um grande número de rotinas burocráticas extremamente emperradas por encaminhamentos e controles desnecessários, que causam à clientela do serviço público, e às próprias repartições, as maiores dificuldades.

Em todos os Ministérios foram selecionadas mais de 600 rotinas, que estão sendo estudadas e simplificadas. Turmas de *levantadores de rotinas*, organizadas pelo ERA com estudantes dos cursos de administração pública, realizaram o levantamento e análise de mais de 100 rotinas prioritárias.

Muitos procedimentos administrativos foram simplificados apenas pela ação interessada junto aos órgãos executores, sem ter havido nenhum ato oficial para revogar os obstáculos existentes. A experiência vem mostrando que maus hábitos, arraigados há muitos anos no trato de processos administrativos, são, mais do que as leis ou decretos, os grandes causadores do emperramento da máquina do Governo.

São exemplos de simplificação burocrática, já obtida:

— no Ministério do Trabalho e Previdência Social, redução de 700 para menos de 10, por dia, do número de atendimentos de trabalhadores, usuários da movimentação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, em virtude da diminuição, de 23 para 6, das hipóteses de intervenção do Ministério no assunto. Reduziu-se,

também, de 5 dias para 1 hora, o atendimento de cada trabalhador. Com essa medida, estima-se que 5.000 pessoas por dia não mais terão necessidade de procurar o Ministério para tratar de interesses relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Ainda nesta Pasta, encurtou-se o prazo de fornecimento da carteira profissional, na Delegacia da Guanabara, de um ou dois meses para meia hora;

— no Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, redução, de 6 para 1 mês, na solução dos requerimentos em que empresas de energia elétrica solicitam autorização para funcionar no País ou, se já instaladas, construir novas linhas de transmissão;

— no Ministério da Educação e Cultura, delegação de competência do Ministro, a autoridades dos escalões inferiores, para exame e despacho de cerca de 17.000 processos por ano, pertinentes a registro de diploma de curso de nível superior, registro de professor secundário, aprovação de concorrências, tomada de preços e convites;

— na Diretoria-Geral da Fazenda, delegação a Diretores e Chefes para exame e decisão de casos individuais, num total de 220.000 processos por ano; e economia avaliada em NCr\$ 100 mil, com a reformulação das fichas de controle.

### Regionalização

Por meio dos Grupos de Trabalho instalados nos diversos Ministérios, deu-se início ao estudo de alterações de dispositivos legais que visam obter a descentralização dos serviços, não só dos níveis superiores para os intermediários, mas também dos órgãos centrais para os órgãos regionais ou periféricos.

Como um dos objetivos principais da reforma administrativa, foi dada ênfase à regionalização dos órgãos ministeriais, que ainda enfrentam dificuldades decorrentes da inexistência de chefias com a necessária qualificação e de instalações adequadas.

Vários Ministérios estão transferindo para as suas Delegacias Estaduais e Regionais grande parte de suas atribuições. Exemplo significativo é o do registro de professores no Ministério de Educação e Cultura, hoje feito nas Inspetorias localizadas nos Esta-

dos, mas que antes estava centralizado no Rio de Janeiro, resultando excessiva concentração de trabalho, dificuldades e prejuízos para os interessados, que esperavam, geralmente, mais de um ano pela decisão.

O Ministério da Agricultura acaba de ser inteiramente reestruturado, apontando-se como nota dominante a descentralização e a regionalização das providências e decisões de natureza executiva.

#### Escritório da Reforma Administrativa

Pelo Decreto nº 61.383, de 19 de setembro de 1967, foi criado no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral o Escritório da Reforma Administrativa — ERA, incumbido de coordenar a implantação da Reforma e prestar aos Ministérios e demais órgãos da Administração Federal a assistência técnica necessária.

Embora ainda não esteja inteiramente equipado, dada a carência de elementos especializados e experientes, o Escritório já está em ativo funcionamento, desenvolvendo-se de modo sensível os trabalhos da Reforma a partir de sua instalação.

O ERA passou a constituir o centro de consulta e orientação para todos os atos de estruturação e reestruturação dos órgãos públicos federais, agindo diretamente, por intermédio de sua equipe de técnicos, ou assessorando os órgãos ministeriais da Administração Direta e os da Administração Indireta na elaboração e execução de projetos de reforma, da iniciativa de cada um.

Além de participar da formulação das diretrizes gerais que resultaram, nos diversos Ministérios, em grande número de portarias, resoluções, ordens de serviço e avisos, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral contribuiu para o preparo de 54 decretos relacionados com a reforma administrativa, podendo-se citar entre eles, pela sua importância, os referentes aos seguintes assuntos:

— organização das Inspetorias Gerais de Finanças, no Ministério da Fazenda;

— vinculação das entidades de Administração Indireta aos Ministérios em cuja área de competência se inclui sua principal atividade;

— redistribuição dos órgãos da Administração Direta antes subordinados à Presidência da República;

— implantação do sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria e das Inspetorias Gerais de Finanças dos Ministérios Cívicos;

— autorização ao Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal para praticar os atos necessários à imediata instalação, funcionamento e consecução dos objetivos da autarquia;

— transferência para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal das atribuições do extinto Instituto Nacional do Mate;

— transferência para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária do acervo a que se refere o item III do art. 1º do Decreto-lei nº 224, de 28 de fevereiro de 1967;

— transferência para o Instituto Nacional do Livro das atividades culturais constantes do Regimento do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura;

— criação da Comissão de Planejamento e Coordenação do Combate ao Contrabando — COPLANC;

— ajustamento da estrutura administrativa do Instituto Brasileiro do Café, tendo em vista o disposto no art. 177 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

— reorganização da Secretaria-Geral da Comissão de Desenvolvimento Industrial, no Ministério da Indústria e do Comércio;

— extinção da Caixa de Amortização do Ministério da Fazenda;

— aprovação do Regimento da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA;

— aprovação do Regimento da Superintendência do Vale do São Francisco — SUVALE;

— alteração dos estatutos das Centrais Elétricas S. A. — ELETROBRAS;

— subordinação direta ao Ministro da Saúde da Campanha de Erradicação da Variola;

— aprovação do modelo de ficha de qualificação para emissão de carteira profissional pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social;

— alteração do Regulamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social; e

— aprovação do Regimento da Comissão de Marinha Mercante.

#### **Transferência para Brasília**

A Lei nº 5.793, de 30 de novembro de 1967, fixou normas para a mudança de órgãos federais para Brasília, estabelecendo que deverão ser transferidos apenas os Núcleos Centrais dos órgãos da Administração Federal

Empenha-se agora o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral na definição desses Núcleos Centrais, de modo a que se desloquem somente os funcionários responsáveis em cada Ministério pela formulação de diretrizes gerais de política, pelo planejamento global e pelo controle e supervisão geral.

A mudança para o Distrito Federal, como vinha sendo feita, poderia converter-se em perigoso instrumento de desarticulação dos serviços públicos e de aumento excessivo de seu custo operacional, não só pelo risco de duplicação de serviços como pela indesejável transferência de atividades meramente executivas para a Capital da República.

Como conseqüência, procede-se à tarefa de definir a estrutura local dos Ministérios no Estado da Guanabara, tendo em vista o fato de que os órgãos aí estabelecidos ainda estão organizados e dimensionados de forma centralizada.

Medida de importância fundamental para normalizar o processo de transferência e acelerar as obras residenciais foi a criação da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília — CODEBRAS.

### **Ação Programada**

O Ministério do Planejamento e Coordenação Geral realiza, em articulação com o Departamento de Administração do Pessoal Civil, os estudos necessários para quantificar os cargos em comissão e funções gratificadas, bem como as lotações de pessoal, a fim de corrigir as distorções existentes, em face das novas estruturas e do princípio de descentralização, fundamental à Reforma Administrativa.

Os Grupos de Trabalho dos Ministérios se empenham na simplificação de cerca de 1.000 rotinas no corrente ano.

As delegações de competência estão sendo revistas, intensificadas e estendidas a outros órgãos federais da Administração Direta ou Indireta, orientando-se sempre que possível no sentido da maior regionalização dos serviços públicos.

Já a partir de 1968 estarão mais evidentes os resultados desse trabalho de transformação fundamental dos processos administrativos do serviço público, indispensável para a aceleração do desenvolvimento nacional.

## **PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

### **Ação em 1967**

O ano de 1967 constitui marco decisivo no tocante às medidas de coordenação e estímulo ou de ação direta do Governo na área de pesquisa científica e tecnológica.

Reconhecendo a importância, para o desenvolvimento econômico, da existência de maior autonomia em pesquisa científica e tecnológica, atribuiu o Governo grande prioridade a uma ação efetiva, visando equacionar soluções para acelerar o progresso do setor. Quatro entidades foram selecionadas para, sem prejuízo de outras que vierem a ser definidas, receber recursos financeiros

de forma concentrada e prioritária: Conselho Nacional de Pesquisas, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Comissão Nacional de Atividades Espaciais e Fundo Técnico-Científico (FUNTEC), que opera no BNDE. Está prevista uma reformulação deste esquema, com a possível criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para assegurar a execução de um plano básico e facilitar a concentração de recursos de origem interna e externa. Entrementes, tratar-se-á de reforçar as disponibilidades financeiras do próprio FUNTEC.

### CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

O Conselho Nacional de Pesquisas realizou em 1967 intensa atividade em cumprimento de seus encargos e, tendo concluído o inventário dos recursos humanos e materiais com que conta a pesquisa brasileira, elaborou seu plano quinquenal para o desenvolvimento científico e tecnológico. Com a execução dos vários programas setoriais, espera o CNPq facilitar o entrosamento da pesquisa nacional com a cooperação científica estrangeira, contribuindo para o progresso técnico-científico do País.

O CNPq aplicou 46% de seus recursos na concessão de bolsas; com vistas à formação, ao aperfeiçoamento e à pós-graduação de pesquisadores — assegurando exercício da atividade científica em regime de dedicação exclusiva — bem como ao financiamento de projetos executados diretamente pelas instituições de pesquisa do País. As bolsas foram usufruídas em institutos universitários ou não, e se distribuíram pelos seguintes setores de atividades científicas: Agricultura, Biologia e Ciências Médicas, Ciências Sociais, Ciências da Terra, Física e Astronomia, Matemática, Química, Tecnologia e Veterinária.

### COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

A política brasileira de energia nuclear visa a promover no País, com prioridade, a utilização pacífica da energia nuclear sob todas as suas formas, servindo ao nosso desenvolvimento econômico, científico e cultural.

A CNEN vem dando ênfase crescente à solução dos problemas de ensino, tendo em vista que a formação de pessoal de nível técnico e científico é condição indispensável para que se atinja o esperado desenvolvimento no campo da energia nuclear. Com esse objetivo, deu prosseguimento ao programa estabelecido para incentivar a formação de especialistas, através da concessão de bolsas de estudo, no Brasil e no estrangeiro; foram distribuídas 117 bolsas no País, beneficiando 18 instituições.

Cabendo à CNEN a responsabilidade de efetuar um inventário dos recursos brasileiros em matérias-primas necessárias à produção e utilização da energia nuclear, foi atribuída ênfase aos trabalhos de prospecção, visando à descoberta de concentrações econômicas naturais de minérios de urânio, uma vez que as reservas brasileiras de tório e das demais substâncias usadas nos reatores são consideradas razoáveis para as necessidades atuais.

Foi ultimada a cubagem das jazidas de areias monazíticas das regiões de Barra de Itabapoana e Cumuruxatiba; iniciado o reaparelhamento das usinas, já em fase bem adiantada; providenciada a aquisição de uma rede de radiotelefonia; e medidas foram tomadas para acelerar a conclusão do Terminal Marítimo de Cumuruxatiba, que propiciará o escoamento da ilmenita.

Acham-se em fase de conclusão as tarefas do Grupo de Trabalho encarregado para arrolamento do acervo das usinas, com vistas à criação da COMAMBRA, empresa para processamento de materiais fisséis.

Vem-se aperfeiçoando, progressivamente, o Instituto de Energia Atômica da CNEN, com a realização de estudos, experiências, construção de instrumentos, entre outras atividades que atestam o alto nível de seus técnicos e estagiários.

Durante o exercício de 1967, o Instituto de Engenharia Nuclear da CNEN prosseguiu nos trabalhos programados, havendo desenvolvido 29 projetos de maior importância.

O Instituto de Pesquisas Radioativas da Universidade Federal de Minas Gerais, ligado à CNEN, e com seu campo de ação

voltado para as aplicações mais imediatas da energia atômica, praticamente veio complementar as atividades dos Institutos de Energia Atômica e de Engenharia Nuclear.

#### COMISSÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS

O Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE) desenvolveu grande atividade relacionada com estudo, construção e lançamento de foguetes experimentais para observação da ionosfera e da atmosfera.

Ficou concluída, definitivamente, a fase de implantação da CNAE, em decorrência da utilização adequada de recursos em equipamento e em pessoal científico, que passará a ter ação mais independente.

#### FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Para efeito de apoio à formação técnico-científica e à pesquisa tecnológica, o Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico passou a operar no BNDE. Assinale-se o recente convênio celebrado com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no valor de NCr\$ 12,1 milhões, destinado à execução de programa quinquenal de cursos de pós-graduação em Ciências Básicas e realização de pesquisas no campo de Telecomunicações e das Ciências dos Materiais.

Ainda através do FUNTEC, será prestada colaboração financeira ao Instituto de Física Teórica de São Paulo, um dos mais modernos do mundo, no total de NCr\$ 120 mil; à Universidade Federal do Rio de Janeiro, no montante de até NCr\$ 20,5 milhões, para realização de um programa quinquenal de pós-graduação em Engenharia, que formará, no período, 800 doutores em ciências; ao Departamento de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no valor de NCr\$ 540 mil e US\$ 2 milhões, para implantação de um laboratório de física nuclear; e, já em fase final de aprovação, colaboração financeira

de NCr\$ 13,8 milhões, à conta do FUNTEC, para o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

Ao Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, serão concedidos NCr\$ 421,9 mil, para a execução do projeto de pesquisa tecnológica destinada a identificar processos de utilização de componentes do xisto pirobetuminoso como matéria-prima da indústria química, de grande interesse para a PETROBRAS.

### **Ação Programada**

O CNPq elaborou detalhado programa de atividades a ter início em 1968, em cumprimento à decisão do Governo de acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico do País. O programa permitirá ampliação dos quadros científicos nacionais, a adequação dos melhores centros de pesquisas às exigências da ciência e da tecnologia modernas, a execução de projetos prioritários, bem como propiciará condições que assegurem a mobilização dos mais destacados pesquisadores, inclusive os que se encontram no exterior.

Com a plena execução do programa, o CNPq elevará para 2.015, ainda em 1968, o número mínimo de pesquisadores em regime de dedicação exclusiva, mediante a concessão de bolsas de iniciação científica, aperfeiçoamento, pós-graduação e contrato de cientistas.

Terão início em 1968 alguns programas integrados, entre os quais ressaltam:

— inventário científico da Região Amazônica, a ser executado de modo sistematizado;

— estudo da plataforma continental, que será realizado por oceanógrafos brasileiros, dos institutos de pesquisas especializados e do Ministério da Marinha;

— início da instalação da rede nacional de documentação e informação científica;

— intensificação das pesquisas visando à utilização dos cerrados para a agricultura;

— início do levantamento da geotransversal Norte-Sul, a partir do Estado do Pará;

— intensificação de pesquisas fitoquímicas;

— realização de encontros indústria-pesquisa; e

— elaboração de estudos pelos centros tecnológicos nacionais, com vistas ao desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

Dentre as tarefas prioritárias de ação estratégica a serem executadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, assinalam-se a formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-científico; incentivo às pesquisas e ao desenvolvimento tecnológico; prospecção, exploração e beneficiamento de minérios nucleares; produção e aplicação de radioisótopos; e início das medidas para a construção de uma Central Nuclear na Região Centro-Sul do País.

O programa de ação da CNAE inclui os seguintes projetos, que deverão estender-se além do triênio 1968/1970:

— estudos de meteorologia com utilização de satélites e de foguetes;

— estudos aeronômicos e de telecomunicações com foguetes; do magnetismo terrestre; da absorção de ondas de rádio pelo método do ruído cósmico; da interferência do ruído atmosférico em radiocomunicação;

— em exame, o levantamento de áreas com sensores remotos e adoção de sistemas de comunicação e TV educativa com satélite;

— recepção de telemetria de satélites científicos de observação solar; formação de doutores nos ramos da Física Espacial, Radiociência e Comunicações Educacionais; e

— estudos da ionosfera para aplicação em comunicação em alta frequência de radioastronomia; de previsão de frequências ótimas para comunicações.

## INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

### EDUCAÇÃO

#### Ação em 1967

A ação do Governo Federal no campo da Educação, em 1967, reflete sua perfeita compreensão do momento histórico e da importância do setor educacional para os destinos do Brasil.

Dentro do objetivo prioritário de valorização do homem brasileiro, ampliaram-se as oportunidades de acesso ao sistema de ensino, no intuito para formar os recursos humanos necessários aos setores de produção, colocando-se a educação a serviço do desenvolvimento integral do País.

#### Administração e Planejamento

O Ministério da Educação e Cultura elaborou em 1967 o plano global de sua Reforma Administrativa, segundo as diretrizes do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Para o seu âmbito passaram os estabelecimentos de ensino anteriormente vinculados ao Ministério da Agricultura e os sistemas escolares dos Territórios. Por outro lado, iniciou-se a implantação dos Centros Federais de Educação, que têm por objetivo coordenar as atividades diretas do Governo Central nos Estados.

Intensificaram-se os programas de assistência técnica aos Estados, Universidades e órgãos de Administração Descentralizada, num esforço de racionalização que contou com o apoio do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e a colaboração de organismos de outros países e de entidades internacionais.

#### Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Ensino

##### *Ensino Primário*

Embora o ensino primário seja da competência dos Estados, cabendo à União apenas função supletiva, a ação do Governo Fe-

deral fêz-se sentir intensamente em 1967. As transferências de recursos aos Estados e Municípios para a expansão e manutenção da rede escolar primária superaram a cifra global de NCr\$ 29 milhões, aí incluídos cêrca de NCr\$ 15 milhões da quota federal do salário-educação. Além disso, foram incrementados em todo o território nacional os programas mantidos pela União no interêsse do ensino primário.

As atividades de treinamento e aperfeiçoamento do corpo docente e administrativo e as referentes ao fornecimento de alimentação e material escolar continuaram a merecer acentuada ênfase. Os cursos intensivos de recuperação de professôres leigos atenderam 17 mil mestres, os dirigidos ao pessoal administrativo e docente especializado do nível de ensino primário treinaram e aperfeiçoaram outros 1.429 profissionais, e os especialistas em educação e assistência alimentar prepararam 3.862 técnicos. Foram entregues mais de 300 milhões de merendas e 200 milhões de almoços, nos 3.965 Municípios do País, e distribuídas mais de 550 mil unidades de material para cantinas escolares, tendo sido construída uma fábrica de alimentos em Niterói. A União prosseguiu subsidiando o consumo de material escolar, através de venda, a preço abaixo do custo, de 300 mil cadernos de exercício, 500 mil obras de consulta e 11,5 milhões de unidades de outros artigos. Doou ainda às escolas primárias cêrca de 17 mil bibliotecas. Na implementação dos programas de treinamento de pessoal, alimentação escolar e livros-texto, o Govêrno brasileiro recebeu ajuda de outros países e de organismos internacionais.

Ainda no campo da educação de base, o Govêrno iniciou os estudos e tomou as medidas essenciais no sentido de obter os recursos indispensáveis para deflagrar um movimento de alfabetização funcional e educação de adultos, o qual se concretizará primeiramente nas Capitais dos diversos Estados Brasileiros.

### *Ensino Médio*

Ao nível do ensino médio a ação foi igualmente intensa no ano findo. Foram transferidos aos Estados, para expansão e manutenção dos seus sistemas de ensino médio, mais de NCr\$ 11 milhões.

Esse apoio financeiro da União foi responsável pelo incremento de matrículas nas escolas de nível médio: dados preliminares registram 2.737.313 alunos em 1967, contra 2.483.212 em 1966. Esse crescimento de cerca de 11% verificou-se especialmente na rede de estabelecimentos públicos, significando, pois, expansão de oportunidades de ensino gratuito. O aumento foi também significativo no ramo industrial, no qual o atendimento atingiu 102.234 alunos, em 1967, em comparação com 91.518 em 1966, representando um acréscimo de mais de 11%, característico do empenho na formação do pessoal necessário ao processo de desenvolvimento do País. Igual êxito verificou-se no curso secundário dos ginásios orientados para o trabalho, que aliam ao ensino tradicional a sondagem de aptidões e o preparo para o exercício profissional; em unidades desse tipo houve 2.002.893 matrículas em 1967, cujo confronto com as 1.805.247 de 1966 registra um aumento de aproximadamente 11%.

Medidas de assistência ao estudante foram adotadas ou ampliadas, tais como a distribuição de alimentação escolar (embora em parcelas modestas em relação ao atendimento no ensino primário), a venda, a preço abaixo do custo, de material escolar, e a distribuição de 5.410 bibliotecas aos estabelecimentos de ensino médio. Tiveram prosseguimento os programas de bolsas de estudo para o ensino médio, beneficiando mais de 100.000 estudantes.

Atenção especial vem sendo dada ao treinamento intensivo do pessoal docente do ensino médio, que precisa crescer e aperfeiçoar-se. Crescer para acompanhar a explosão demográfica e aperfeiçoar-se para duplo fim: preparar melhor os jovens destinados ao curso superior e tornar mais aptos os que se encaminharão diretamente ao trabalho. Foram ampliados os cursos de formação de professores de disciplinas específicas dos colégios industriais, acelerados os treinamentos do pessoal dos ginásios orientados para o trabalho, e intensificadas as atividades dos centros de aperfeiçoamento de professores de ciência.

Visando melhorar o nível qualitativo do ensino industrial e adequá-lo à nova tecnologia que se está implantando no Brasil, foram

firmados convênios vultosos para reequipar os estabelecimentos que o ministram.

No campo do treinamento de mão-de-obra industrial, o Ministério da Educação e Cultura formou no ano findo, em programa intensivo, 13.500 operários semiquualificados e qualificados, 7.582 supervisores e 8.381 técnicos diversos.

Ainda no ensino médio, prosseguiram as atividades de assistência técnica, consistindo no envio de missões pedagógicas aos vários estabelecimentos de ensino e na realização de cursos, seminários, reuniões e conferências.

### *Ensino Superior*

O primeiro problema que o Govêrno teve de enfrentar ao instalar-se foi o gerado pela desproporção entre o número de vagas e o de candidatos habilitados. Providências imediatamente tomadas redundaram na matrícula de mais 7.000 alunos. Estudando posteriormente outras soluções, puderam-se criar mais 22 escolas de nível superior, além de novos cursos e licenciaturas.

A expansão de matrículas no ensino superior em 1967 foi realmente expressiva, atingindo índice de 18%: de 180.109 alunos, em 1966, passou-se a 213.741. Esse aumento foi muito pronunciado em ramos profissionais que interessam de modo especial ao desenvolvimento econômico do País e ao bem-estar da população: Medicina, Engenharia, Veterinária, Enfermagem e Bioquímica.

O Govêrno Federal, objetivando revigorar as Universidades, firmou contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 25 milhões, para promover o reequipamento e ampliação de estabelecimentos federais, estaduais e privados de ensino superior.

O programa federal de livros-texto estendeu-se ao ensino universitário, cujas unidades foram contempladas com a doação de 589 bibliotecas.

*Em resumo*, 1967 foi um ano extremamente proveitoso no setor educacional e marcado pela preocupação de superar os obstáculos

que se antepõem aos objetivos do sistema nacional de ensino. A comprovação prática dessa prioridade conferida à educação reflete-se na abertura de créditos especiais e suplementares ao Ministério da Educação e Cultura no montante de NCr\$ 147,7 milhões, na obtenção de novos empréstimos externos no valor de US\$ 65 milhões e no aumento de 41,3%, em relação a 1967, das verbas para Educação no Orçamento da União para 1968. O interesse do Governo pode ser igualmente atestado pelo volume de recursos aplicados nos setores primário e médio, atingindo a quantia total de NCr\$ 93,4 milhões.

### Ação Programada

No triênio 1968-1970, o Governo Federal continuará dando especial ênfase ao setor educacional.

No ensino primário, orientará as transferências de seus recursos aos Estados e Municípios por critérios que visem certas metas consideradas de prioridade absoluta: o cumprimento da obrigatoriedade escolar para a população de 7 a 14 anos das Capitais e grandes centros urbanos das várias Unidades da Federação e a erradicação de analfabetismo em tôdas as Capitais estaduais. Serão incrementados os cursos para treinamento de professores e administradores escolares e ampliar-se-á o atendimento ao estudante, através dos programas de alimentação, material escolar e livros-texto.

No ensino médio de 1º ciclo serão criadas condições para uma expansão quantitativa sem precedentes, a qual se fará através da implantação de ginásios orientados para o trabalho; ampliar-se-ão os programas de assistência aos estudantes e será intensificado o treinamento e aperfeiçoamento de professores. No ensino médio colegial, além dos programas de treinamento de docentes para as matérias específicas dos cursos técnicos e para o ensino de ciências, proceder-se-á ao reequipamento da rede escolar, com modernas oficinas, laboratórios e salas ambiente.

No ensino superior terá prosseguimento a reforma universitária, que apresenta inúmeras facetas. Modificar-se-á o esquema de acesso a esse nível de ensino, implantando o ciclo básico nos insti-

tutos correspondentes; será promovido um movimento de assistência técnica às Universidades, de modo a aumentar sua produtividade, pelo melhor aproveitamento dos professores e utilização mais racional de espaços e instalações disponíveis; procurar-se-á também criar condições mais justas para a remuneração dos professores universitários.

Implementada a programação trienal, estarão cobertos e preenchidos os hiatos que ainda persistem no sistema de formação de recursos humanos no Brasil. Iniciado ao nível de aprendizagem, o treinamento de mão-de-obra terá seguimento com a formação de operários semiqualeificados e qualificados, supervisores e auxiliares-técnicos. Os técnicos de nível médio serão preparados nos colégios industriais, comerciais e agrícolas. Serão instituídas carreiras curtas de nível superior, após estudos aprofundados para definir os tipos de profissionais intermediários, entre os técnicos de nível médio e profissionais universitários, tão reclamados no mercado de trabalho do País. No estágio final do sistema de ensino educacional, formar-se-ão os docentes para o ensino superior e os pesquisadores, os quais, através do seu poder multiplicador e criador, deverão contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento do próprio sistema educacional e para o progresso nacional nos campos científico e tecnológico.

Em síntese, o Governo reitera seu intuito de promover a melhoria da educação, colocando-a decisivamente a serviço do desenvolvimento integral da sociedade brasileira.

## HABITAÇÃO

### Ação em 1967

O ano de 1967 foi de fundamental importância para todo o Sistema Financeiro de Habitação. Do lado do setor público, a receita das contribuições do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço permitiu ao Banco Nacional de Habitação aumentar de maneira apreciável os recursos disponíveis. Do lado do setor

privado, as sociedades de crédito imobiliário demonstraram ser excelentes instrumentos de captação de poupança popular para emprego na construção de novas moradias.

Em virtude do notável aumento dos recursos coletados, o BNH ganhou em 1967 nova dimensão. O valor dos financiamentos concedidos através de convênios e contratos foi 7,4 maior do que o verificado em 1966. As aplicações, atingindo NCr\$ 756 milhões, superaram mais de 7 vezes o montante corrigido do que havia sido aplicado pelo Banco desde sua fundação, em 1964, até o fim do ano de 1966.

Cabe destacar que, em 26 anos de operação no setor habitacional, a Fundação da Casa Popular e as Caixas Econômicas Federais financiaram a construção de 120.000 residências, enquanto somente em 1967 o BNH autorizou empréstimos para 167.291 novas residências, cujo valor total é da ordem de NCr\$ 2.021 milhões.

O custo operacional, que representava cerca de 17% das aplicações em 1965, e 8,6% em 1966, baixou para menos de 2% em 1967.

Todos os recursos vêm sendo aplicados de forma judiciosa, distribuídos pelas diversas faixas de renda familiar, nas várias regiões do País. Daí os diversos programas, seja de habitação, fomento à indústria, saneamento e planejamento urbano.

Da mesma forma que existe a preocupação de distribuir os recursos pelas diversas faixas, caracterizadas por níveis de renda, há também o propósito de atender às diversas Regiões do País, proporcionalmente à demanda de habitações. No ano de 1967, as 167.291 habitações financiadas assim se distribuíram:

Norte .....	6.911
Nordeste .....	19.256
Leste .....	58.114
Sul .....	66.756
Centro — Oeste .....	16.254

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, principal fonte de recursos à disposição do BNH, é arrecadado sobretudo nos grandes centros industriais, o que justifica a aplicação de parcela ponderável nesses mesmos centros.

### Ação Programada

Em consonância com as Diretrizes de Governo, é a seguinte a programação prevista para o triênio 1968/1970, compreendidos os recursos orçamentários da administração centralizada:

Programa de Governo	1968	1969	1970	Triênio 1968/1970
Investimentos em NCr\$ milhões	1.564,3	1.784,3	2.008,6	5.357,2
1.000 Unidades .....	178,1	245,7	290,7	714,6

A execução do programa indicado permitirá ao Sistema Financeiro da Habitação atender cerca de um terço das necessidades totais de habitação no triênio.

O investimento a cargo do Sistema Financeiro da Habitação, acrescido da parcela induzida na área do setor privado, e levando ainda em conta o esforço privado autônomo para a construção de residências, representará uma inversão global correspondente a cerca de 4% do Produto Interno Bruto. Ou seja, o dôbro do que foi investido até há pouco tempo, quando não havia efetiva contribuição do setor público na solução do problema habitacional do País.

## SAÚDE

### Ação em 1967

O Governo concentrou-se na prevenção e combate aos males endêmicos, na assistência à maternidade e à infância, com o objetivo de reduzir os elevados índices de mortalidade de crianças, e

em providências básicas de saneamento do meio, notadamente nas zonas rurais e pequenas localidades do interior.

O Ministério da Saúde está empenhado na reformulação global da política tradicionalmente seguida, com vistas à integração de recursos humanos e financeiros, para que se estenda à totalidade da população o acesso efetivo à assistência médica. Nesse sentido, estão em andamento estudos e pesquisas para fundamentação de um Plano Nacional, cujas diretrizes foram recentemente lançadas ao debate público.

No campo tradicional de sua atuação, relacionam-se a seguir as principais atividades do Ministério da Saúde.

#### Erradicação de Doenças Transmissíveis

*Malária* — Fazendo funcionar 20.000 postos de notificação, mantendo em atividade 81 laboratórios e borrifando 3,7 milhões de casas — 80% a mais que em 1966 — o Ministério deu efetiva proteção a cerca de 18,5 milhões de habitantes. Os investimentos na Campanha de Erradicação da Malária, de NCr\$ 5,5 milhões em 1963, atingiram NCr\$ 36,7 milhões no ano passado. Em 1968 tôdas as zonas sujeitas à malária serão objeto de direta atuação, com o que ficará antecipada de dois anos uma etapa anteriormente programada para 1970.

*Variola* — Foram reformulados em maio de 1967 os planos de combate a essa doença, que ainda causa mais de 3.000 vítimas por ano. No decorrer de 1967 foram vacinadas, ou revacinadas, 6,5 milhões de pessoas. Prevê-se que no próximo triênio esteja vacinada tôda a população, o que significará a erradicação da variola no Brasil.

*Esquistossomose* — Trata-se de problema de saúde pública dos mais complexos, em virtude das dificuldades práticas de aplicação de métodos profiláticos e do elevado número de pessoas acometidas. As atividades concentraram-se na profilaxia planorbídea, na assistência medicamentosa e na realização de exames de laboratório, cobrindo 16 Estados.

*Doença de Chagas* — Vitimando mais de 3 milhões de habitantes, a cardiopatia chagásica afeta os grupos de 20 a 50 anos;

comprometendo a capacidade produtiva de importante faixa da mão-de-obra nacional. Para eliminar o inseto transmissor, vulnerável à ação de inseticida tóxico-residual, borrifaram-se 870.000 prédios em 1967, providência sobremodo importante, dado ainda não se conhecer uma terapêutica específica.

*Combate a outras doenças transmissíveis:*

*Febre amarela* — Foram feitas 2.917.666 vacinações.

*Tracoma* — Realizaram-se trabalhos em 3.275 localidades e 407.558 exames em pessoas, dos quais 135.775 positivos.

*Lepra* — Concedeu-se auxílio a Governos estaduais e apoio à Campanha Nacional Contra a Lepra.

*Tuberculose* — Prestou-se assistência técnica e financeira a cerca de 400 unidades dispensariiais.

*Leishmaniose* — Atuou-se por meio de exames de pessoas, medicação e desinsetização.

*Filariose* — Realizaram-se trabalhos em 7 Estados e exames de 346.514 amostras de sangue, dos quais 8.172 positivos.

*Peste* — Inspeccionaram-se 1.086.000 prédios, em 10.934 localidades.

*Poliomielite* — Forneceram-se 8.931.015 doses de vacina Sabin.

*Febre tifóide* — Forneceram-se 2.317.000 doses de vacina.

*Tétano* — Distribuíram-se 428.660 doses de específico toxóide.

*Raiva* — Destinaram-se aos Estados 75.900 doses de vacina para uso humano e 185.000 para uso canino.

#### Assistência Médico-Sanitária

No decorrer de 1967 vários surtos epidêmicos e calamidades públicas exigiram maior concentração de esforços do Ministério da Saúde.

A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública atuou em 13 Estados, prestando serviços médico-sanitários em 190 Municípios.

a uma população estimada em 5.508.610 habitantes, e prosseguiu nos trabalhos de cooperação técnica em mais 5 Estados.

Merecem referência as seguintes atividades:

*Câncer* — Executaram-se obras de ampliação e melhorias no Instituto Nacional do Câncer.

*Doenças Mentais* — Prestou-se maior assistência psiquiátrica aos 12.000 doentes mentais internados nos estabelecimentos especializados federais, em todo o território nacional.

*Assistência à Maternidade e Infância* — Beneficiaram-se 453.000 gestantes, nutrizes, lactentes e pré-escolares, mediante a distribuição de leite, mistura farinácea C.S.M. e *Soleim*.

*Formação e Aperfeiçoamento* — A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública promoveu sete cursos. Para a formação de pesquisadores em ciências médico-biológicas, o Instituto Oswaldo Cruz concedeu bôlsas de estudo e recebeu estagiários em seus laboratórios. A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública promoveu 38 cursos, em 23 cidades, manteve a Escola de Entermagem de Manaus e concedeu 857 bôlsas de estudo.

*Pesquisa* — O Instituto Oswaldo Cruz realizou pesquisas nos mais variados campos, tendo sido inaugurado em 1967 o Pavilhão de Microbiologia e Imunologia. Destacam-se igualmente as atividades do Instituto de Leprologia, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, em seus centros de Belo Horizonte, Recife e nos núcleos em Salvador e na Guanabara, além das pesquisas desenvolvidas pela Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, sobretudo através do Instituto Evandro Chagas, em Belém.

### **Ação Programada**

As condições dos serviços de assistência médica não correspondem ainda às necessidades da população, deixando de prestar-lhe benefícios que se coadunem com um mínimo aceitável. Em decorrência, o Ministério da Saúde, está estudando a elaboração de um programa de envergadura, com o propósito de eliminar o privilégio do atendimento médico segundo categorias profissionais ou classes sociais e de estender os benefícios do serviço a todo o povo.

Segundo o plano em estudos, o Ministério da Saúde, a Previdência Social, os Estados e os Municípios participariam, em escala prioritária, do custo dos serviços médicos e hospitalares, efetuando-se a contribuição do interessado de acordo com sua receita e responsabilidades familiares. As atividades de assistência médica seriam preferencialmente confiadas à administração privada ou a entidades comunitárias, sem prejuízo do estímulo e da coordenação do poder público e do custeio parcial mediante recursos oficiais.

Os ensaios experimentais do plano já se acham programados, esperando-se determinar no primeiro semestre de 1968 suas peculiaridades funcionais. Dependendo dos resultados dessa fase, o sistema poderá vir a ser gradativamente implantado em todo o País.

### SANEAMENTO BASICO

O ano de 1967 caracterizou-se pela reformulação da Política Nacional de Saneamento. Duas medidas adotadas marcam a importância da nova orientação do Governo: a criação do Conselho Nacional de Saneamento e a do Fundo de Financiamento de Saneamento — FISANE.

O Conselho Nacional de Saneamento foi estabelecido pela Lei nº 5.318, de 26 de setembro de 1967, com vinculação ao Ministério do Interior.

O FISANE, criado pelo Decreto nº 61.160, de 16 de agosto de 1967, destina-se a prover recursos para o financiamento de estudos e projetos, execução de obras ou serviços de assistência técnica, necessários à implantação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário, podendo, na medida das disponibilidades, financiar investimentos em outros setores do saneamento e em obras de irrigação. A gestão do Fundo é exercida pelo Banco Nacional de Habitação, através de Superintendência especializada, sob a orientação do Conselho Nacional de Saneamento.

Os recursos do empréstimo da USAID ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento estavam sendo geridos em 1967 por

um Grupo Executivo (GEF), que aprovou um total de NCr\$ 59 milhões de financiamento a 2 Governos estaduais e a 18 Prefeituras. Os empréstimos a Estados beneficiaram Paraná e Minas Gerais, nos montantes respectivos de NCr\$ 5 milhões e NCr\$ 28 milhões.

Em 1968 a ação governamental deverá consolidar a política traçada, que se baseia nos seguintes pontos:

- implementação do sistema de planejamento e coordenação da atividade governamental;
- criação de novas fontes de recursos para investimentos;
- ampliação do sistema de financiamento das obras de saneamento básico; e
- concentração de recursos em projetos prioritários.

Um grande passo foi dado no sentido da criação de novas fontes de recursos para investimento, com a destinação de parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para o financiamento de obras.

Em 1968 deverão ser aplicados os primeiros recursos componentes do Fundo Especial de Serviços Públicos e Investimentos Municipais (FESPIM), criado pelo Decreto-lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e constituído de 30% da renda líquida da Administração do Serviço de Loteria Federal. Destina-se o mesmo a financiar a construção ou melhoria de sistema de abastecimento de água ou esgotos sanitários, cujos projetos tenham sido aprovados pela Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. Os empréstimos serão concedidos pelas Caixas Econômicas Federais, de acordo com a orientação do seu Conselho Superior.

A ampliação do sistema financeiro de obras de saneamento básico contribuirá para disciplinar a consignação indiscriminada de recursos orçamentários a fundo perdido, que ficará restrita a áreas que não tiverem capacidade financeira de amortizar os empréstimos recebidos. Atendendo às condições de cada lugar, os financiamentos serão totais ou parciais, sendo neste caso a diferença coberta por verba orçamentária, federal ou não.

Dentro do critério de dar prioridade às áreas do País mais carentes de serviços de saneamento, 90 cidades serão beneficiadas com abastecimento de água, 35 com esgôto sanitário, 16 com obras de combate a secas e inundações, além de serem realizados diversos trabalhos de regularização de cursos de água.

Quanto à atuação do Ministério da Saúde, que, através da Fundação SESP, executa obras de saneamento básico, foram implantados ou ampliados serviços de abastecimento de água em 188 cidades, com população entre 5 mil e 40 mil habitantes, abrangendo 16 Unidades da Federação. O Departamento Nacional de Endemias Rurais realizou obras em 11 cidades, no setor de suprimento de água. Foi realizada a perfuração de 83 poços tubulares e a construção de sistemas elementares de abastecimento em 43 Municípios, em convênio com Prefeituras.

## TRABALHO E PREVIDÊNCIA

No âmbito do Trabalho e Previdência Social, o Governo desenvolveu ação inovadora e de consolidação de medidas anteriormente tomadas, inclusive decorrentes da nova Constituição.

Ao tratar das questões relacionadas com a vida sindical, o Governo orientou-se no sentido de estruturar os sindicatos em termos de absoluta independência e responsabilidade no cumprimento dos seus fins específicos. Quando chamado a neles intervir, nos termos da lei, o fez quase sempre com vistas a proporcionar-lhes condições para atuar como autênticos órgãos de classe, eliminando fatores de perturbação de seu funcionamento. As interferências, porém, têm sido transitórias, e apenas pelo mínimo essencial, cuidando-se por devolver a autonomia à entidade o mais prontamente possível. Ressalte-se que o número de sindicatos sob intervenção, que atingiu 425 no período posterior ao movimento de março de 1964, reduziu-se a 42 em 31 de dezembro de 1967, ou seja, menos de 1% das entidades sindicais existentes no País, apontando-se ainda que não chegam a 10% dêsse total as intervenções por motivos ideológicos. Objetivando a plena normalização

dêsse setor, ultima-se portaria reguladora das eleições sindicais, com base inclusive em sugestões das várias categorias profissionais e econômicas através de seus órgãos de cúpula.

Consciente da importância de lideranças esclarecidas e autênticas para o desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, fez o Governo realizar o primeiro curso para dirigentes sindicais, além de um curso rápido sobre Previdência Social. A partir de março de 1968 será realizado um ciclo de palestras sobre problemas brasileiros, estando também programados cursos de alfabetização de trabalhadores e de educação continuada.

Por outro lado, especial atenção vem sendo atribuída ao problema da formação profissional e da colocação dos trabalhadores, promovendo-se a ampliação do mercado de trabalho mediante estudo do fluxo de emprego e desemprego, bem como da remuneração das diversas ocupações. Ao mesmo tempo, aperfeiçoam-se a identificação e o registro profissionais, estando em preparo o cadastro brasileiro de ocupações.

No terreno da proteção social, o Governo empenhou-se em proceder à integração do seguro de acidentes de trabalho na Previdência Social, enviando ao Congresso Nacional o respectivo projeto de lei. Marco expressivo da evolução na matéria, o texto legal aprovado, já devidamente regulamentado pelo Executivo, veio coroar orientação legislativa consolidada no decorrer de mais de três décadas, efetivando medida desde muito reclamada e necessária.

Em 1967 foi instalada a Comissão Diretora do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com representantes do INPS, IBRA, INDA, Ministério da Saúde e das Associações dos Trabalhadores Rurais e Produtores Rurais, já tendo sido aprovado o Regulamento do Fundo. Instituiu-se comissão encarregada de estudar o pagamento, pela Previdência Social, do salário devido à empregada nos períodos imediatamente anterior e posterior ao parto, medida que atenderá a uma convenção internacional firmada pelo Brasil. E tendo em vista as inovações constitucionais — aposentadoria da mulher aos trinta anos de serviço e extensão do salário-família aos dependentes do empregado.

gado — ultimaram-se as providências jurídicas para incorporação desses dispositivos à legislação previdenciária. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço teve o seu regulamento inicial alterado, pelas exigências de aplicação na prática.

Dentro do Programa Especial de Bôlsas de Estudos, para cursos de nível médio de filhos de trabalhadores sindicalizados, foram concedidas 90.000 bôlsas em 1967, no total de NCr\$ NCr\$ 34.000.000,00, mediante auxílio da USAID.

Na esfera da Previdência Social, procurou-se consolidar a unificação, no Instituto Nacional de Previdência Social, dos seis antigos Institutos de Aposentadoria e Pensões, do SAPS, do SAMDU e da Superintendência dos Serviços de Reabilitação da Previdência Social — SUSERPS. Maior reforma administrativa de que se tem notícia na América Latina, sua implementação se processa sem que ocorra solução de continuidade na concessão de benefícios ou na prestação de serviços aos segurados e seus dependentes. A implantação do INPS vem-se completando de acôrdo com plano orgânico e racional e obedecendo às diretrizes da Reforma Administrativa preconizada pelo Govêrno. Descentralizando serviços para órgãos próprios regionais, utilizando a computação eletrônica para processamento de dados, criando sistemas novos para pagamento de benefícios, como os dos carnês bancários, o INPS aos poucos proporciona um atendimento mais cômodo e mais pronto para a enorme massa de segurados, correspondendo à crescente arrecadação que vem obtendo.

Em matéria de assistência médica, esforços não envidados no propósito de estabelecer moldes exequíveis para os serviços médicos previdenciários, tendo em vista a necessidade de condicionar a amplitude desses serviços aos recursos disponíveis para sua prestação. O INPS e o Departamento Nacional da Previdência Social empenham-se em fixar diretrizes e normas adequadas, já se tendo conseguido elaborar um plano de ação para os serviços de assistência. A título experimental foram assinados convênios para interiorização de médicos em 126 Municípios pernambucanos, no montante de NCr\$ 635.000,00 por ano, em esquema de outro lado, o Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social em entrosamento com o INPS, elaborou a regula-

mentação dos convênios com empresas para fins de assistência médica aos respectivos empregados.

Como órgão executor do programa de assistência ao trabalhador rural, o INPS celebrou convênios com cerca de 300 hospitais de beneficência, mediante os quais esses passaram a atender, já não como indigentes, aproximadamente dois milhões de trabalhadores e seus dependentes, apoiados nas subvenções que, em contrapartida, o INPS lhes distribuiu.

No que respeita à construção de unidades de atendimento, o INPS procedeu à revisão dos planos de obras dos ex-IAPS, concentrando-se, dentre outros, nos seguintes projetos: conclusão dos hospitais de Fortaleza e Salvador, prosseguimento das obras ou reforma dos Hospitais de São Luis, de Ipiranga, dos Comerciais em São Paulo e de dois outros em Pernambuco, construção de ambulatórios em Pôrto Alegre, Guanabara e Belém e de agências e ambulatórios em cerca de quarenta cidades do País. Ressalte-se que as atividades de obras no INPS se restringem à construção e manutenção de edifícios para uso próprio; relativamente às unidades residenciais de sua propriedade, uma vez baixada a Resolução 25/67 do BNH, foram retomadas as providências para reinício da venda daquelas unidades a partir do início de 1968.

A assistência médico-hospitalar prestada pelo IPASE ressentiu-se em 1967 de insuficiência de recursos, mas ainda assim verificou-se um aumento de 23% nas internações hospitalares em regime de convênio, que totalizaram 61.606, elevando-se as consultas ao número de 1.450.000, em acentuado acréscimo de 140% em relação a 66. Constrói-se em Brasília um hospital de 200 leitos, estão sendo reformados os Sanatórios de Correias e Campina Grande, e na Guanabara foram concluídas as instalações do Centro de Treinamento Intensivo do Hospital dos Servidores do Estado, edificando-se no momento seu Centro Cirúrgico.

Com a integração do IPASE no sistema financeiro da habitação, foi dada prioridade à construção de moradias com recursos próprios e do BNH, mediante convênio, estando concluída, em andamento, ou prevista a construção de 4.000 unidades em vários Estados.

## Desenvolvimento Regional e Urbano

### DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O ano de 1967 marcou importante passo na consolidação da experiência brasileira em desenvolvimento regional. A continuidade da ação dos organismos regionais, sobretudo aqueles relacionados com as áreas do Nordeste e Amazônia, teve apoio incondicional do Governo, inclusive na manutenção dos incentivos fiscais.

O esforço de ação coordenada do Governo deixou expressivos frutos para o Nordeste quando da sua instalação em Recife. Essa experiência positiva foi renovada em Belo Horizonte, devendo repetir-se no corrente ano em outras Unidades da Federação.

A ocupação da Amazônia ganhou expressivo impulso, no sentido de integrar tão vasta porção do território nacional. A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA — e outras medidas abrem à Amazônia animadoras perspectivas de progresso.

O interesse pelo desenvolvimento regional, porém, não se cingiu apenas às áreas-problemas. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO — e a ampliação da área de atividades da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — revelam o intuito do Governo de promover o desenvolvimento regional programado.

### Amazônia

#### SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

A atuação na Amazônia vem de sofrer profundas modificações com a reestruturação de órgãos básicos, a reformulação de políticas econômicas e, a criação da Zona Franca de Manaus.

A extensão da política de incentivos fiscais à região fez com que aumentassem substancialmente os recursos depositados no Banco da Amazônia S.A. para novos projetos. Foram aprova-

dos 35 projetos de natureza industrial, utilizando mais de NCr\$ 69 milhões provenientes dessa fonte, num investimento total de NCr\$ 109 milhões. Há 11 projetos em análise, nos quais devem ser empregados outros NCr\$ 60 milhões de recursos tributários, num investimento global superior a NCr\$ 97 milhões. Para o setor primário aprovaram-se projetos totalizando NCr\$ 272 milhões de investimentos, referentes sobretudo as atividades pecuárias e madeiras. Em 1968, serão aplicados na região NCr\$ 140 milhões, oriundos de incentivos.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAN — celebrou convênios com entidades diversas para utilização de recursos na infra-estrutura econômica da área, no valor de NCr\$ 32 milhões. Prosseguirão as obras das rodovias Belém — Brasília e Brasília — Acre, assim como as das usinas hidrelétricas pioneiras em Curuaúna e Paredão. Prepara a SUDAM o Programa de Ação Imediata para 1968, abrangendo atividades específicas de desenvolvimento social, ocupação do território e pesquisa dos potenciais econômicos.

#### SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

A experiência iniciada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, facilitando o desenvolvimento das atividades econômicas — principalmente as de comércio em sua primeira fase — revelou-se, em curto espaço de tempo, vitoriosa.

Nos primeiros dez meses do ano, a média das exportações alcançou NCr\$ 2.693 milhões e a das importações NCr\$ 1.227 milhões, resultando saldo altamente favorável. O estabelecimento de 1.182 novas firmas comerciais absorveu contingente apreciável de mão-de-obra e gerou concorrência que está contribuindo para a redução do custo de vida.

#### BANCO DA AMAZÔNIA S. A.

O Banco da Amazônia S/A, agente financeiro do Governo na região, foi reorganizado e passa por uma fase de adaptação às suas novas funções. Pela atual estruturação, veio a operar

não, apenas como financiador das atividades econômicas tradicionais da Amazônia, mas também como banco de desenvolvimento, com recursos específicos. A nova legislação da borracha, promulgada em janeiro de 1967, garantiu aos produtores regionais a continuidade do financiamento das safras pelo Banco, sendo-lhes também permitida a venda direta, ao preço oficial estabelecido pela Superintendência da Borracha.

Para o ano de 1968, estão destinados NCr\$ 186 milhões para o programa de crédito; desse total, NCr\$ 50 milhões serão aplicados nos setores agrícola e industrial, sendo NCr\$ 22 milhões no financiamento da borracha. Para o crédito geral, estarão reservados NCr\$ 110 milhões.

O Banco da Amazônia S/A, ao lado da ampliação do número de agências e da diversificação dos campos de atividades, vem sofrendo modificações estruturais que o dotarão da mobilidade necessária ao seu importante papel no desenvolvimento da região.

## Nordeste

### AÇÃO COORDENADA DO GOVERNO FEDERAL

No ano de 1967, procurou-se consolidar a presença dos organismos federais na área do Nordeste e harmonizar seus esforços.

Nesse particular, merece destaque o trabalho de Ação Coordenada durante a instalação do Governo na Cidade do Recife, em agosto de 1967, e da qual resultou a aprovação de uma série de medidas e projetos considerados altamente prioritários para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Ressalta igualmente a concepção do IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico-Social do Nordeste — 1969/71, cujo projeto será enviado ao Congresso ainda este ano, englobando-se pela primeira vez na programação as atividades e projetos de todos os órgãos subordinados ao Ministério do Interior que atuam na área: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE; Superintendência do Vale do São Francisco —

SUVALE; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS; e Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS.

Para 1968, os órgãos especificamente regionais — SUDENE, SUVALE e DNOCS — deverão investir na área NCr\$ 301,7 milhões, que, somados aos demais investimentos públicos federais, contribuirão para a implementação do conjunto de programas e projetos aprovados durante a instalação do Governo Federal no Nordeste.

### INCENTIVOS FISCAIS

O tratamento fiscal diferenciado que o Governo dispensa à Região Nordeste tem-se constituído no mais eficaz instrumento de dinamização do setor privado naquela área.

A aplicação dessa política no exercício passado apresentou excelentes resultados. Assim, enquanto no período — 1962/1966 foram depositados NCr\$ 805,1 milhões, a preços de 1967, no último ano os depósitos alcançaram NCr\$ 352 milhões. No tocante à aprovação de projetos, os dados foram ainda mais expressivos: no período antes mencionado realizaram-se investimentos no valor de NCr\$ 1.360,3 milhões, em moeda de 1967, e somente no último exercício os projetos totalizaram NCr\$ 1.093,5 milhões, participando setores altamente dinâmicos, como o químico e o metalúrgico, de 53% desses investimentos.

Outro aspeto importante a salientar é o fato de que 1967 marcou, praticamente, o início de um vigoroso impulso na implementação dos projetos até então aprovados. Enquanto em 1962/66 foram liberados NCr\$ 71 milhões, em moeda de 1967, no ano findo o total foi de NCr\$ 124,4 milhões.

A cifra de NCr\$ 647,7 milhões, referente aos projetos existentes na SUDENE em 31 de dezembro de 1967, e a de NCr\$ 530 milhões — estimativa dos depósitos oriundos dos artigos 34/18 no corrente exercício — evidenciam uma resposta satisfatória aos estímulos concedidos pelo Governo Federal.

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

No exercício de 1967 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste deu continuidade à execução do III Plano Diretor do Nordeste (1966/68), à conta do qual foram investidos recursos orçamentários no montante de NCr\$ 121,5 milhões.

Na distribuição setorial dos investimentos da SUDENE, a infra-estrutura econômica — energia e transporte — continuou ainda a absorver a maior parcela. No setor agropecuário a preocupação dominante foi de incrementar a produtividade das culturas agrícolas, seja pela introdução de processos tecnológicos modernos adaptados às condições regionais, seja pela melhoria dos sistemas de abastecimento e de irrigação. A infra-estrutura social — saneamento, habitação, educação e saúde — recebeu igual atenção.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

O Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — DNOCS, dando seqüência às suas atividades, aplicou em 1967 NCr\$ 82,6 milhões.

As obras de açudagem absorveram 53% dos recursos aplicados, os setores de agropecuária, 20%, saneamento, 13%, energia, 10% e transporte, 4%. Esses dados evidenciam a nova orientação executiva do DNOCS no sentido da concentração das atividades do órgão em engenharia rural, irrigação, açudagem, drenagem, armazenagem.

## SUPERINTENDÊNCIA DO VALE DO SÃO FRANCISCO

A mudança de estrutura realizada no órgão, de Comissão para Superintendência, visou fundamentalmente dar à entidade condições de maior eficiência operacional.

A aplicação de aproximadamente NCr\$ 30 milhões dá a medida de suas atividades, que se desenvolveram nas áreas da agropecuária, saúde, saneamento, transporte e energia.

## BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A.

O ano de 1967 assinala fatos significativos para o Banco do Nordeste, que teve seu capital aumentado de NCr\$ 3,8 milhões para NCr\$ 15,2 milhões. Foi iniciada uma vigorosa política de financiamento à pequena e média empresa, abrindo, assim, maiores perspectivas para a interiorização do desenvolvimento e absorção de mão-de-obra.

As aplicações do Banco totalizaram NCr\$ 534,4 milhões, contra NCr\$ 291,4 milhões no exercício de 1966.

### Centro-Oeste e Sul

#### SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

No que concerne aos demais órgãos de ação regional, merece referência a criação, em fins de 1967 (Lei nº 5.365, de 10 de dezembro de 1967), da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO, que veio absorver a Fundação Brasil Central.

A instituição do organismo, vindo de encontro a reais aspirações dos Estados de Mato Grosso e Goiás, contribuirá decisivamente para o desenvolvimento econômico dos dois grandes Estados. A exploração eficiente dos recursos potenciais poderá concretizar a ocupação do território.

#### SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

Outro fato expressivo foi o alargamento da jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — que antes abrangia apenas áreas de fronteiras dos Estados de Mato Grosso ao Rio Grande do Sul e passou a atuar em todo o território dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de conformidade com a citada Lei nº 5.365/67.

**VALES TOCANTINS — ARAGUAIA E PARAGUAI — CUIABA**

Na área da Fundação Interestadual para o Desenvolvimento dos Vales Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá — FIRTOP — tiveram prosseguimento diversas atividades, pesquisas e levantamentos geológicos, dentre eles merecendo citação o cadastramento de recursos minerais de 22 Municípios no Alto Tocantins; estudos geológicos de jazidas de calcário no Município de Caldas Novas; pesquisas geológicas de minerais atômicos na área de Uruaçu-Formoso-Tromba, que revelaram ocorrências promissoras de tório, tântalo e urânio; reconhecimento geológico dos mananciais de Quirinópolis para implantação de sistemas de abastecimento de água; estudos hidrológicos no Alto Araguaia, Xingu e Tocantins; e colaboração na implantação de sistemas de abastecimento de água em diversos Municípios de Mato Grosso e Goiás.

**LAGOA MIRIM**

A Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Uruguai para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, que tem a assistência técnica e material do Fundo Especial das Nações Unidas e a FAO como agência executiva, deu prosseguimento a estudos de regionalização da bacia, levantamentos pedológicos, pesquisas agrícolas e zootécnicas, mapeamento de açudes e da área inundada, avaliação da capacidade de armazenagem, estudos hidrológicos, e início à execução de anteprojetos de sistemas de irrigação em vários rios. Todas essas atividades relacionam-se com a execução do importante projeto de integração dos dois países.

**DESENVOLVIMENTO URBANO**

O Governo ocupa-se com crescente interesse dos problemas relativos ao desenvolvimento urbano no Brasil.

Prevê-se que, em 1975, metade da população brasileira — 50 milhões aproximadamente — esteja vivendo em cidades, sendo 25 milhões nas chamadas áreas metropolitanas. Esse processo acelerado necessita de controle para evitar o acúmulo de erros e inconveniências sociais e econômicas.

## POLOS DE DESENVOLVIMENTO

No decorrer de 1967, o Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada — IPEA intensificou os estudos sobre a estrutura espacial da economia brasileira e sobre a organização do complexo urbano do País. Tais estudos, cujo objetivo principal é definir uma política nacional de pólos e de áreas prioritárias de desenvolvimento, contaram nos últimos meses com a colaboração de técnicos das Superintendências Regionais e dos órgãos estaduais de planejamento.

Em novembro de 1967, após um encontro nacional do qual participaram todos esses técnicos, foi possível identificar 11 pólos de desenvolvimento de interesse nacional e 275 pontos de apoio (78 de primeira prioridade) que, melhor estudados, poderão no futuro ser definidos como pólos de desenvolvimento secundários. Selecionaram-se, ainda, algumas áreas prioritárias que merecem estudos e levantamentos imediatos.

Os pólos, pontos de apoio e áreas prioritárias foram incluídos no *Programa Estratégico* e sua definição deverá desde já nortear os órgãos públicos dos vários níveis governamentais em suas políticas de investimentos.

Em 1968, os referidos estudos serão aprofundados, objetivando um conhecimento cada vez maior das economias das microrregiões e, portanto, orientando cada vez melhor, em termos espaciais, os investimentos públicos no País. Pretende-se, até fins de 1968, completar a análise e o diagnóstico dos 11 pólos identificados, bem como de grande parte dos 78 pontos de apoio prioritários, tendo em vista melhor equacionamento das alternativas para o desenvolvimento dessas áreas.

## PLANEJAMENTO LOCAL INTEGRADO

Enquanto o IPEA se ocupa dessa racionalização, formulando uma política global de desenvolvimento urbano, integrada na política de desenvolvimento regional do País, cabe ao Serviço

Federal de Habitação e Urbanismo — SERFHAU — tratar da ordenação interna do espaço urbano, promovendo a elaboração de planos locais de desenvolvimento de um Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado. O SERFHAU procurou implantar o Sistema a partir de junho de 1967, determinando as normas gerais para constituição do Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (FIPLAN) e movimentando imediatamente os recursos postos à sua disposição pelo BNH.

**PARTE III**

**POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO  
INTERNACIONAL**



## POLÍTICA EXTERNA

### Fundamentos

A política externa do Governo foi definida em suas linhas básicas em Brasília, no discurso presidencial de 5 de abril, com os fundamentos da *Diplomacia da Prosperidade*. A orientação adotada resulta de uma avaliação soberana dos interesses nacionais e de uma análise objetiva e atualizada da conjuntura mundial. A finalidade é colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, aproveitando-se ao máximo as oportunidades que o setor externo possa oferecer à aceleração do progresso e à modernização do País; trata-se, igualmente, de atuação vigilante para impedir que se criem obstáculos ou se fechem oportunidades ao desenvolvimento do Brasil.

A *Diplomacia da Prosperidade* baseia-se na convicção de que o desenvolvimento é uma responsabilidade nacional — a ser exercida principalmente através de instrumentos internos. Reconhece o Governo, contudo, o caráter estratégico do setor externo, tanto em termos de comércio como de capitais e técnica. Por isso, acolhe a colaboração estrangeira, mas compreende o seu caráter supletivo.

A atuação diplomática brasileira constitui um testemunho, ante a comunidade internacional, da nossa profunda confiança nos destinos do Brasil e na capacidade de o País exercer um papel cada vez mais ativo no cenário mundial. Soberania e desenvolvimento constituem, assim, a essência de orientação diplomática brasileira.

A nossa política externa está lastreada na convicção de que desenvolvimento e segurança são conceitos intimamente ligados,

estando a segunda na dependência direta do primeiro. «O desenvolvimento é o nôvo nome da Paz». Essas palavras de Paulo VI, de tão sábia inspiração, atestam a boa orientação da política externa do Brasil. Daí decorre a importância primordial que o Governo concede às medidas que, no campo das relações internacionais, possam contribuir para o desenvolvimento econômico.

Essa atitude é perfeitamente compatível com a concepção de que toda atividade que se desenvolve no âmbito das relações internacionais é, na sua essência, uma atividade política e de que políticos são os objetivos a alcançar nesse plano, ainda que a finalidade última seja a obtenção de melhores condições econômicas.

Assim, o Governo tem dado ênfase especial à tentativa de reformular as normas do comércio internacional. Essas normas, baseadas num arcabouço teórico do século passado e consagradas pela estrutura da organização econômica internacional que emergiu da II Guerra, constituem, na realidade, um mecanismo de entorpecimento dos esforços das nações menos desenvolvidas, através da deterioração persistente do poder de compra de suas exportações e das limitações que criam às suas possibilidades de expansão comercial.

A superação desse estado de coisas, através de novas regras de comércio, formas de pagamento mais adequadas às condições dos países subdesenvolvidos e de mecanismos mais flexíveis para a ajuda financeira internacional, só pode ser conseguida através de uma atitude decididamente reivindicatória dos países subdesenvolvidos, especialmente daqueles que, como o Brasil, já têm consciência de que o progresso econômico resulta de um esforço de desenvolvimento integrado, no qual o setor externo tem um papel estratégico relevante, mas não substitutivo do mercado interno.

Esse o sentido da atuação brasileira nas reuniões preparatórias da II Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (II UNCTAD). O Brasil atribui importância à concessão, por parte dos países industrializados, de um esquema de preferências para os produtos manufaturados dos países subdesenvolvidos, que seja universal (isto é, abranja todos os países), geral (inclua todas as manufaturas), não discriminatório (trate de for-

ma igual os países subdesenvolvidos) e não recíproco (não crie obrigação de contrapartida por parte dos subdesenvolvidos).

Ainda no terreno do comércio, o Brasil envidou esforços para assegurar a renovação do Acôrdio Internacional do Café. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores, em conjugação com o da Indústria e Comércio, desenvolveu intensa atuação bilateral e multilateral, junto a países consumidores e produtores, no sentido de remover obstáculos à negociação dêsse Convênio de vital significação para o nosso País.

O interêsse do Govêrno não se limita, contudo, à modificação da estrutura do comércio internacional. Estamos empenhados, também, em dinamizar nossas exportações no contexto das normas existentes, sem aguardar sua eventual revisão.

Assim, o Itamaraty está reorganizando os seus serviços de promoção comercial, de modo a estabelecer melhor articulação com a CACEX e o CONCEX.

Por outro lado, no interêsse de planificar o incremento do nosso comércio com o Leste Europeu, a COLESTE foi recentemente reestruturada e fortalecida como órgão de coordenação dêsse intercâmbio.

### **Relações Interamericanas**

No plano das relações interamericanas, o Govêrno brasileiro, fiel à convicção de que desenvolvimento é sinônimo de paz, tem procurado incentivar as diversas formas de cooperação econômica entre os países do continente, objetivando dar maior dinamismo e flexibilidade à Aliança para o Progresso e ao princípio de que tôda cooperação, para ser verdadeira, deve ter como base o respeito à soberania do país que receba a ajuda.

Com êsse espirito, o Presidente da República estêve presente em Punta del Este, na Reunião dos Chefes-de-Estado Americanos, constituindo-se em grande parte uma vitória brasileira a decisão, a que se chegou, de aumentar a ênfase que vinha sendo dada no plano regional aos problemas do desenvolvimento dos países latino-

americanos. Há, contudo, muito ainda por fazer nesse campo, sobretudo no que toca a evitar o refluxo dos capitais e a assegurar aos países que recebem assistência econômica a liberdade de utilizar esses créditos onde mais lhes convier.

A XII Reunião de Consulta dos Chanceleres da Organização dos Estados Americanos revelou, além da solidariedade prestada à Venezuela a propósito da ingerência subversiva cubana em seus negócios internos, o reconhecimento pelas nações americanas da justeza da tese brasileira de que a segurança nacional não só é um produto do grau de progresso econômico-social, como constitui responsabilidade precípua das Forças Armadas de cada país-membro.

### **Integração Latino-Americana**

O Brasil tem continuado a apoiar a realização de estudos e a adoção de medidas práticas que visem a uma colaboração maior e a uma divisão de tarefas mais eficaz entre as economias dos países da América Latina. Mas, no esforço para aproveitar ao máximo as possibilidades que a integração latino-americana pode oferecer, reconhecemos que êsse processo se depara com dificuldades que não estiveram presentes nas tentativas análogas em outros continentes.

Assim, atribui o Govêrno grande importância ao estabelecimento de um sistema eficiente de transportes entre os países latino-americanos, mediante a abertura de rodovias entrosadas com um plano hidroviário que revalorize as tradicionais vias de acesso ao interior do Continente e aproxime os países mediterrâneos. Trata-se, portanto, de estabelecer uma base física, sem a qual a pretendida integração econômica continuaria a ser simples aspiração.

Outras dificuldades provêm, principalmente, do fato de que os países latino-americanos — ao contrário do que ocorria no caso dos países que iriam formar o Mercado Comum Europeu — estão ainda muito longe, em virtude mesmo do seu próprio atraso econômico, do esgotamento das possibilidades de desenvolvi-

mento com base na integração do mercado nacional. A integração latino-americana, caso levada a efeito de maneira automática e acelerada, pode provocar deformações no processo de industrialização, escapando ao controle dos países latino-americanos e acentuando os desequilíbrios regionais internos, em benefício de uma especialização de trabalho entre as áreas do Continente já relativamente desenvolvidas.

Por isso, o Brasil defendeu em Punta del Este e na Conferência de Chanceleres da Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC, ao incentivar as medidas de liberação comercial na América Latina, a necessidade de que esse processo seja realizado de maneira gradual e por mecanismos intergovernamentais, ao mesmo tempo em que tem procurado preservar o caráter exclusivamente latino-americano da integração e das decisões a ela relativas.

Atribuimos assim, no processo necessariamente longo de criação do Mercado Comum para toda a América Latina, uma prioridade especial ao aperfeiçoamento da ALALC e à sua eventual conversão em união aduaneira. Esse aperfeiçoamento exigirá, além de medidas automáticas de liberalização comercial, sistemas de pagamentos apropriados à integração econômica entre países em desenvolvimento.

### **Ciência e Tecnologia e Política Nuclear**

Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento defronta-se com tarefas de cunho menos nitidamente econômico, embora de grande repercussão no crescimento do País.

Nos dias de hoje, e cada vez mais, a independência econômica implica a posse de uma tecnologia avançada, condizente com os progressos da técnica e da ciência moderna. A preocupação com o distanciamento tecnológico, que vai separando as duas superpotências das demais nações, e criando novas formas de subordinação, é crescente, mesmo nos países que já atingiram um nível elevado de desenvolvimento econômico, como a França, a Inglaterra e a República Federal da Alemanha.

Para fazer frente a êsse problema, é necessário não apenas dar impulso à pesquisa nacional, mas também defender, no plano internacional, o pleno direito do Brasil de realizar livremente seus esforços de pesquisa científica para fins de desenvolvimento, inclusive, eventualmente, no que se refira à produção e à utilização de explosivos nucleares para fins pacíficos.

É por isso que o Brasil se opõe, no Comitê do Desarmamento em Genebra, à assinatura de um Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, nos termos propostos pelo projeto americano-soviético. Considera êsses termos inaceitáveis, pois consagram juridicamente uma diferença de *status* tecnológico que pode e deve ser eliminada — além de não serem indispensáveis à causa da paz e do próprio desarmamento. Para o exercício efetivo do direito à nuclearização pacífica, o Brasil tem buscado servir-se da experiência acumulada em outros países, como França, Israel e Estados Unidos da América, assinando acórdos de cooperação. Com o auxílio técnico da França, vamos dinamizar a pesquisa nacional de nossos recursos uraníferos. Mediante entendimentos com Israel, intensificaremos a pesquisa no tocante à erradicação e conservação de alimentos e localização de recursos hidrológicos. A cooperação com os Estados Unidos da América será ampliada no terreno dos explosivos nucleares para fins pacíficos, sem prejuízo das posições brasileira e norte-americana sôbre a matéria.

Ciente da importância para a pesquisa nacional da ampliação dos quadros científicos e técnicos, o Govêrno se empenhou em apurar as causas do êxodo de cérebros para o exterior. Nesse sentido, foi realizada em Washington uma reunião com cientistas brasileiros radicados nos Estados Unidos da América, e proposto na Assemblêia-Geral das Nações Unidas estudo sôbre a extensão e natureza do problema, que afeta inclusive países desenvolvidos da Europa.

### **Desarmamento**

A posição do Govêrno brasileiro, de defesa intransigente do direito à nuclearização pacífica, não significa que o Brasil tenha

deixado de pugnar pelo desarmamento geral e completo, que possibilitaria, inclusive, a destinação ao desenvolvimento econômico de recursos vultosos, hoje comprometidos na corrida armamentista.

Mesmo na questão específica da não-proliferação das armas nucleares, como medida parcial para o desarmamento geral, o Brasil continua a apoiar a idéia de um tratado, desde que não cerceie o livre acesso de todos os países à tecnologia nuclear para fins pacíficos e inclua, por outro lado, contrapartidas efetivas de desarmamento por parte de todas as potências nucleares.

A prova clara de nossas intenções a esse respeito está na adesão do Brasil ao Tratado do México, de proscrição de armas nucleares na América Latina, tratado cuja conclusão é, em grande parte, produto de nosso esforço.

### **Descolonização**

A posição do Brasil em favor da aceleração do processo de descolonização política e econômica fundamenta-se em princípios básicos da Carta das Nações Unidas, a par do interesse em ver melhoradas as possibilidades de livre cooperação e comércio entre os países subdesenvolvidos.

A criação no Itamaraty de uma Secretaria Geral Adjunta para a África e Oriente Médio e a abertura de várias missões na área refletem o desejo do Governo brasileiro de manter relações intensas com os novos membros da comunidade internacional.

### **Relações Bilaterais**

Nas negociações e contatos com todos os países com os quais mantemos relações diplomáticas, o Brasil se empenhou em um esforço permanente de cooperação e aumento das áreas de entendimento. Esse esforço se fez particularmente sentir nas relações com os países do continente, nosso âmbito geográfico e natural. Com esse espírito, procuramos dinamizar as fórmulas de cooperação e eliminar eventuais discrepâncias de interesses.

Dentre as negociações mais significativas realizadas no atual Governo, destacam-se a conclusão de acôrdo de bitributação com o Japão, o prosseguimento de gestões no mesmo sentido com os Estados Unidos da América, a assinatura, com a Argentina, de acôrdo de pesca e preservação de recursos naturais do mar, e o restabelecimento de um clima de entendimento e cooperação mútua com o Paraguai.

## COMERCIO INTERNACIONAL

O ano de 1967 apresentou, quanto ao volume de exportações, pequeno decréscimo em relação a 1966, em face das condições adversas que afetaram algumas safras de produtos de exportação e da recessão de consumo verificada em mercados importadores tradicionais, principalmente na Europa.

A política de liberdade de exportação, estabelecida como norma geral e básica do comércio exterior brasileiro, foi reforçada no primeiro trimestre através da Resolução n° 12 do CONCEX, que dispensou do licenciamento prévio a maioria dos produtos, para facilitar as vendas ao exterior, mantendo sob relativo controle apenas algumas mercadorias.

No âmbito fiscal, as medidas de incentivo adotadas durante o ano foram dirigidas principalmente para a exportação de produtos manufaturados, que ficou isenta de tributação.

No campo da assistência creditícia, o passo de maior significação, e que deverá repercutir em favor das exportações de manufaturas no exercício de 1968, foi concretizado através da Resolução n° 71 do Banco Central do Brasil, que autorizou a concessão de financiamentos bancários, em faixas especiais, a juros de 8% ao ano, para a produção de artigos manufaturados destinados à exportação.

Dessa forma, sem descurar o problema da exportação de produtos primários, responsáveis ainda por cerca de 90% da receita de divisas, procurou-se, com maior empenho, implementar um programa de incentivo às vendas de produtos manufaturados,

objetivando aumentar sua participação relativa na pauta de exportação. Em 1967, as manufaturas passaram a ocupar o segundo lugar como fornecedoras de divisas, com um total de US\$ 143 milhões.

## BALANÇO DE PAGAMENTOS 1963/1967

milhões de dólares

DISCRIMINAÇÃO	1963	1964	1965	1966	1967(x)
<b>A - Transações Correntes (1 a 3) .....</b>	<b>147</b>	<b>102</b>	<b>263</b>	<b>73</b>	<b>331</b>
1. Mercadorias .....	112	344	655	438	211
Exportações (FOB) .....	1.406	1.430	1.596	1.741	1.652
Importações (FOB) .....	1.294	1.086	941	1.303	1.441
2. Serviços .....	298	305	457	547	580
3. Donativos (líquido) .....	39	63	65	36	38
<b>B - Movimento de Capitais Autônomos .....</b>	<b>13</b>	<b>92</b>	<b>67</b>	<b>128</b>	<b>94</b>
1. Ingressos .....	374	346	411	606	615
Investimentos e reinvestimentos	87	86	154	159	155
Empréstimos e financiamentos (inclusive AID) .....	287	260	257	447	460
2. Amortizações .....	364	278	289	346	351
3. Outros (líquido) .....	3	24	55	132	178
<b>C - Total (A + B) .....</b>	<b>134</b>	<b>194</b>	<b>330</b>	<b>55</b>	<b>237</b>
<b>D - Erros e Omissões .....</b>	<b>120</b>	<b>126</b>	<b>32</b>	<b>18</b>	<b>-</b>
Superavit (+) ou déficit (-) do exercício (C + D) .....	254	68	362	73	237
<b>E - Atrasados e Créditos Comerciais .....</b>	<b>14</b>	<b>57</b>	<b>182</b>	<b>44</b>	<b>8</b>
<b>F - Operações das Autoridades Monetárias (1 a 4) .....</b>	<b>240</b>	<b>125</b>	<b>180</b>	<b>29</b>	<b>245</b>
1. FMI .....	5	28	20	13	33
2. Outros .....	158	88	224	49	25
3. Liquidações de swaps .....	30	52	190	111	12
4. Variação líquida de reservas (aumento -) .....	107	133	234	20	265
<b>G - Total (E + F) .....</b>	<b>254</b>	<b>68</b>	<b>362</b>	<b>73</b>	<b>237</b>

(x) Estimativa

(\*) Inclusive ouro monetário

Fonte: Banco Central do Brasil

## Exportações

Em 1967 as exportações brasileiras atingiram o total de US\$ 1.652.385 mil, o que representou um declínio da ordem de

5% em relação ao montante alcançado em igual período de 1966, como se demonstra no quadro abaixo:

US\$ 1.000 (FOB)

	1967	1966	Variação	
Café em grão .....	710.172	763.983	-	53.811
Manufaturados .....	143.413	96.836	+	46.577
Café solúvel .....	28.281	9.524	+	18.757
Minério de ferro - hematita .....	99.992	100.200	-	208
Algodão em rama .....	90.942	111.004	-	20.062
Açúcar .....	79.479	80.535	-	1.056
Cacau (incl. manteiga) .....	84.423	71.510	+	12.913
Pinho serrado .....	47.758	56.196	-	8.438
Soja (incl. farelo e torta) .....	39.644	27.619	+	12.025
Couros e peles .....	25.540	30.285	-	4.745
Milho em grão .....	22.079	31.478	-	9.399
Óleo de mamona .....	23.235	22.332	+	903
Lã .....	19.320	25.141	-	5.821
Fumo em folhas .....	20.321	21.893	-	1.581
Sisal .....	15.500	22.059	-	6.559
Carne bovina .....	13.418	20.995	-	7.577
Amendoim (incl. farelo e torta) .....	15.015	15.073	-	56
Minério de manganês .....	13.840	26.794	-	12.959
Outros produtos .....	160.020	207.985	-	47.965
	1.652.385	1.741.442	-	89.057

Fonte: CACEX.

Vários produtos sofreram queda de preços no mercado internacional, fenômeno que atingiu a receita cambial com mais intensidade na área do café. Outros produtos tiveram sensivelmente diminuída sua participação na receita, devido, sobretudo, à redução nas quantidades exportadas, ocorrida em consequência de fatores diversos, tais como menor volume das safras exportáveis (algodão em rama), problemas ligados ao abastecimento interno (arroz, carne bovina), menor procura motivada pela recessão verificada em alguns mercados, principalmente europeus (minério de manganês, madeira de pinho, sisal), ou, ainda, pelo aumento da oferta mundial (milho em grão).

Esses fatores respondem pela decréscimo observado no resultado global, embora seus efeitos tenham sido bastante atenuados pelo incremento obtido em outros produtos.

## Importações

As importações, por sua vez, elevaram-se em 1967 a US\$ 1,670 milhões (CIF), superando em US\$ 174 milhões o montante registrado em 1966, o que traduz acréscimo de 11,6%, conforme demonstra o quadro a seguir:

US\$ 1 000 (CIF)

	1967	1966	+ em 1967	+ %
- Animais vivos .....	2.923	1.706	1.217	71,34
- Petróleo e derivados .....	224.046	215.326	8.720	4,05
- Outras matérias-primas .....	99.030	92.614	6.416	6,93
- Gêneros alimentícios e bebidas .....	326.489	276.131	50.358	18,24
Trigo em grão .....	178.106	167.771	10.335	6,16
Outros .....	148.383	108.360	40.023	36,94
- Produtos químicos e farmacêuticos .....	229.497	226.109	3.388	1,50
- Máquinas, veículos, seus pertences e acessórios .....	478.224	381.323	96.901	25,41
- Manufaturas e artigos manufaturados diversos .....	295.351	299.690	- 4.339	- 1,4
- Transações especiais .....	14.282	3.323	10.959	329,79
TOTAL GERAL .....	1.669.842	1.496.222	173.620	11,60

Esse aumento foi devido, em grande parte, aos efeitos decorrentes das medidas adotadas no sentido de reduzir o excessivo ônus tributário que comprimia as importações a um nível muito inferior ao exigido pelo processo de desenvolvimento econômico, com efeitos negativos nos custos de produção e no nível de ociosidade de fatores de produção na indústria.

O Governo está empenhado em incentivar fortemente as exportações, de modo a que a receita delas proveniente possa atender as necessidades de importação impostas pelo desenvolvimento do País. Punir simplesmente importações essenciais, além de não resolver, a médio e longo prazo, desequilíbrios de balanço de pagamentos, afeta o nível da produção nacional.

Coube às aquisições de maquinaria e equipamentos, que representam mais de 25% das importações brasileiras, a maior parcela do crescimento verificado em 1967, o que é um índice positivo de retomada de investimentos.

Aspetto importante a ressaltar, relativamente às importações efetuadas em 1967, é o que diz respeito à sensível elevação do custo dos fretes marítimos, motivada por crises internacionais como a guerra do Vietname e o conflito árabe-israelense e que concorreu para o aumento do valor CIF das mercadorias adquiridas, principalmente as de procedência oriental. Os custos mais onerados, no particular, foram os do petróleo bruto e derivados, cujo valor CIF superou o de 1966 em cêrca de 4,1%, não obstante haver o Brasil adquirido quantidades inferiores em 7,4%.

### **Transações de Invisíveis**

O *deficit* em serviços, setor responsável pelo resultado negativo do balanço das transações correntes, atinge êste ano US\$ 495 milhões, superior em US\$ 33 milhões ao verificado no ano passado. No campo dos serviços comerciais vinculados à exportação e importação de mercadorias (fretes e seguros), os níveis mantiveram-se proporcionais às variações ocorridas nos montantes exportados e importados. Contudo, entre os serviços financeiros não relacionados com o mercado de mercadorias, os dispêndios cresceram significativamente, sobretudo os que concernem ao pagamento de compromissos referentes a juros de empréstimos e lucros e dividendos correspondentes à renda de capitais investidos no País.

### **Movimento de Capitais**

O balanço de capitais autônomos registrou saldo negativo da ordem de US\$ 34 milhões.

Em 1967, a necessidade de captação de recursos do exterior para financiar importações e subsidiar o refinanciamento de compromissos já contraídos se fez sentir com maior intensidade em consequência não só do *deficit* das transações correntes como do maior volume previsto para amortizações no período.

O capital ingressado sob a forma de investimentos e financiamentos de projetos específicos, bem como em espécie, totalizou US\$ 530 milhões, contra US\$ 521 milhões em 1966.

Quanto às saídas de capital, as amortizações relativas a financiamentos à importação e compensatórios atingiram US\$ 396 milhões. Outras saídas de capital elevaram-se a US\$ 168 milhões.

### Endividamento Externo

Em dezembro de 1963, o endividamento total do País situava-se em US\$ 3.869 milhões, inclusive juros. Os compromissos então previstos, para o quinquênio 1964/1968, somavam US\$ 2.469 milhões, o que representava 77% do total do endividamento, a título de principal. Em setembro de 1967, a situação já se mostrava inteiramente mudada, em sentido mais favorável. Os compromissos escalonados para o quinquênio 1968/1972 elevavam-se a ..... US\$ 1.840,1 milhões, em termos absolutos. Em termos relativos, essa importância descia para cerca de 52% do endividamento total, a título de principal.

Comparados, na ordem de sucessão, os anos dos quinquênios 1964/1968 e 1968/1972, verifica-se que, sistematicamente, os compromissos de vencimento previsto para esse período se situam em níveis inferiores aos registrados no primeiro quinquênio. Por outro lado, visto o último quinquênio isoladamente, observa-se que os valores caem de ano para ano.

Semelhante situação, como é óbvio, contrasta fortemente com a anterior a 31 de dezembro de 1963, que impôs a necessidade de negociar o reescalamento dos compromissos vencidos e vindendos até 1966.

### Endividamento Compensatório

O endividamento por empréstimos compensatórios acusa uma queda sistemática a partir de 31 de dezembro de 1965, não obstante ter havido contratações em 1966 no valor de US\$ 49 milhões. Em 1967 não se verificou a contratação de débitos novos sob essa rubrica, sendo liquidados US\$ 33 milhões de operações anteriormente contratadas com o Fundo Monetário Internacional.

## Política Cambial

Como instrumento essencial para dinamização das exportações brasileiras, que venha determinar, em conjugação com um movimento favorável de capitais, a melhoria da posição financeira externa do País, o Governo adotou, em 1967, política realista de câmbio que se traduziu na manutenção da taxa cambial em nível adequado às necessidades de remuneração das exportações.

É intenção do Governo prosseguir nessa política, durante o ano de 1968, com vistas a assegurar a continuidade dos objetivos de incremento e diversificação da pauta exportadora e a melhorar a posição das disponibilidades externas do País.

## Café

### Exportações

Em resultado das atividades comerciais do ano, o volume total acumulado das exportações de café elevou-se a 17.322.607 sacas, representando um acréscimo da ordem de 292 mil sacas em relação ao ano anterior, demonstrando o êxito dos esforços para dinamizar a comercialização de nosso principal produto de exportação.

Por outro lado, a análise das estatísticas de exportação dos últimos 18 anos revela que o resultado de 1967 é apenas superado pelos contingentes comercializados em 1959 e 1963.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ 1964/1967

ANO	VOLUME EXPORTADO 1.000 sacas	INDICE
1964	14.948	100
1965	13.497	90
1966	17.030	114
1967	17.322	116

### Acôrdô Internacional do Café

Para o Brasil, a preservação do Acôrdô Internacional do Café representa a continuação do esforço de cooperação internacional no campo econômico entre países em diferentes estágios de desenvolvimento, visando à estabilidade política e econômica das nações produtoras e à manutenção de níveis de preços razoáveis para os consumidores.

Nesse sentido, esforços não foram poupados pela Delegação brasileira durante as recentes negociações em Londres. A exceção do problema referente ao café industrializado — controvérsia que tem como principais interessados o Brasil e os Estados Unidos da América — todo o Convênio foi renegociado, após prolongados entendimentos, resultantes não só dos interesses políticos e econômicos em jôgo, mas também da complexidade técnica de alguns dos pontos a serem revistos.

Um exame objetivo dos resultados da renegociação do Convênio — excluído o problema pendente do café industrializado — indica haverem sido plenamente atendidas as pretensões brasileiras, definidas nas instruções à nossa Delegação.

O Govêrno continuará atento àquele problema, de forma a que os interesses do País sejam protegidos e fiquem asseguradas normas justas e equitativas no tratamento de problemas semelhantes em acôrdos internacionais.



**PARTE IV**

**JUSTIÇA E FÔRÇAS ARMADAS**



## JUSTIÇA

A posse do Governô coincidiu com a vigência do regime instituído pela Constituição de janeiro de 1967, inspirado nos propósitos e fins da Revolução Democrática Brasileira. Ao Ministério da Justiça, dentro do âmbito de sua competência, coube assegurar a consecução desses altos objetivos, organizando a ordem jurídica e zelando pela segurança interna do País.

Quando necessário, puseram-se em prática, nos momentos oportunos, medidas destinadas à preservação da ordem pública e à manutenção da paz interna, da harmonia e do bom entendimento entre os brasileiros. Ao assim proceder, o Governô norteou-se pelo inteiro respeito à ordem jurídica vigente, dentro de orientação sempre consagrada pelo Poder Judiciário.

A par disso, não descurou o Ministério da Justiça da tarefa, que também lhe é essencial, de organizar a ordem jurídica, complementando os textos constitucionais, elaborando projetos de lei exigidos pela ordem social e continuando os estudos de reformulação do Direito brasileiro.

Através da Comissão de Assuntos Legislativos, foram ultimados projetos de leis complementares sobre a criação de novos Estados, Territórios e Municípios, trânsito ou permanência de forças estrangeiras no território nacional, especificação dos casos de inelegibilidade e sobre a concessão de subsídios aos vereadores. Acham-se concluídos os estudos de projetos de leis complementares dispendo sobre a composição e funcionamento do Colégio Eleitoral para eleição do Presidente da República, e a criação de novas seções da Justiça Federal. Foram também estudados projetos de lei orgânica da Justiça Federal de primeira instância e de leis ordinárias sobre a situação jurídica do estrangeiro no Brasil,

uso de entorpecentes e extirpação de órgãos, tecidos ou sangue de pessoa falecida.

A reforma dos Códigos, dentro de coordenadas que se ajustem à realidade brasileira, é tida pelo Governo como tarefa urgente e fundamental. Decreto de agosto de 1967 disciplinou a matéria, tendo-se constituído a Comissão de Coordenação e Revisão dos Projetos e Códigos.

Com a nova Carta, fêz-se necessária a retirada do Congresso Nacional dos projetos dos Códigos Civil, de Obrigações e Judiciário do Trabalho, para adaptação aos dispositivos constitucionais. Estão sendo revistos os anteprojetos dos Códigos Penal Militar, de Processo Penal Militar, Judiciário do Trabalho e o dos Direitos do Autor e Conexos, os dois primeiros em fase final. O anteprojeto do Código Penal depende do ajuste de seu texto à Constituição Federal e às Leis de Imprensa e Segurança Nacional. O anteprojeto de Código da Navegação está em vias de ser impresso e distribuído às autoridades e entidades interessadas para receber sugestões.

Dentro do programa de trabalho para 1968, com a implementação da Reforma Administrativa, deverá ser reformulada a Comissão Permanente de Estudos Legislativos, que terá a seu cargo a revisão dos Códigos e a elaboração dos anteprojetos de leis complementares e ordinárias. Compôr-se-á de 33 membros, todos juristas de renome com experiência na elaboração e aplicação de leis, e contará com 11 subcomissões, sobre os diversos ramos do Direito. Como tarefa prioritária, a êsse setor será atribuída a revisão do Código Civil vigente. Deverá ser estabelecido um Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e possivelmente um órgão que zelará pelos direitos da propriedade industrial.

Superando as deficiências ainda existentes, mostrou-se decisivo o Departamento de Polícia Federal nos vários casos em que foi chamado a atuar, a serviço da segurança coletiva e defesa das instituições. Em razão de intenso treinamento e aperfeiçoamento na Academia Nacional de Polícia, vem sendo melhorado gradativamente o nível técnico de seu pessoal, o que se deve também à

renovação de quadros, propiciada pela aposentadoria de antigos funcionários que se revelaram desajustados com as modernas exigências de um organismo policial. Nas atividades do órgão, merece relêvo o trabalho de centralização progressiva, no Instituto Nacional de Identificação, das fichas criminais de todo o País, tarefa já completada em relação a vários Estados.

Com os recursos correspondentes à programação orçamentária de 1968, prevê-se melhoria no reaparelhamento material e técnico do Ministério da Justiça, permitindo decisões e medidas mais eficientes e rápidas no campo da ordem legal e da segurança interna.

Vinculada ao Ministério da Justiça, como entidade pública, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor deu execução em 1967 aos principais itens dos seus programas de atividades, através de fixação e divulgação das normas e diretrizes da política nacional do bem-estar do menor; levantamento do problema do menor em todo o País pelo critério de amostragem; e realização de pesquisas para determinar as causas de internação de menores recolhidos à rede oficial e a situação das instituições que os acolhem. Por meio de convênios que celebra com Governos estaduais e com entidades religiosas ou leigas, e mantendo estabelecimentos educacionais próprios, a Fundação dá execução àquela política, verificando-se sensível elevação dos padrões dos serviços de recolhimento, abrigo e amparo ao menor desvalido.

## FORÇAS ARMADAS

Avaliam-se, facilmente, os grandes obstáculos que se apresentam ao planejamento militar brasileiro. Se, por um lado, a extensão territorial, a grande população do País, suas fronteiras vivas, seu extenso litoral, os vazios demográficos e a ameaça recente da Guerra Revolucionária são fatores que caracterizam a necessidade de Forças Armadas com efetivo superior ao atual, melhor armadas, equipadas e adestradas, por outro lado, as condições econômico-financeiras da Nação e a imprescindibilidade da retomada do desenvolvimento constituem poderoso freio para a concretização, a curto e médio prazo, da Força considerada ideal.

O acelerado progresso que se verifica nas indústrias bélicas mundiais concorre para agravar os problemas de Fôrças Armadas que, não contando com verbas vultosas, vêem seus materiais se tornarem, rapidamente, obsoletos.

Aos problemas focalizados associa-se o da inflação, com reflexos diretos e indiretos nos orçamentos. Assim, as despesas correntes, e mais especificamente as de custeio, tiveram acentuado aumento, sem que isso traduzisse uma melhoria de padrão de vida do pessoal militar e civil. Por outro lado, o custo de construção de residências funcionais, de manutenção e de funcionamento das Organizações Militares sofreu elevações acentuadas.

Esforços em decorrência têm sido desenvolvidos pelo Governo, de modo a assegurar, com os recursos disponíveis, o máximo de efetividade de operação das Fôrças Armadas, no cumprimento de suas tarefas constitucionais de defesa da Pátria e garantia dos Podêres constituídos, da lei e da ordem.

### ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS

Dentro do seu papel de órgão de cúpula encarregado da coordenação entre Marinha, Exército e Aeronáutica, o Estado-Maior das Fôrças Armadas empreendeu em 1967 estudos sobre os mais variados problemas, todos ligados à conjuntura brasileira, formulando soluções para questões de interesse comum das Fôças singulares.

Na pauta das reuniões mensais do Conselho de Chefes de Estado-Maior, incluíram-se, entre outros temas, a padronização do armamento leve de uso comum a mais de uma Fôrça, a promoção de ação cívica nas Fôrças Armadas e a elaboração do Estatuto dos Militares.

O EMFA incumbiu-se da coordenação, no Brasil, dos trabalhos do projeto SECOR, propiciando a instalação em Natal de uma estação geodésica de observação e rastreamento com o auxílio dos satélites, parte de uma cadeia intercontinental: trataram ainda

as quatro Seções do órgão do projeto de cooperação NASA-CNAE, das pesquisas científicas realizadas pela Força Aérea Norte-Americana no Brasil, do Convênio com o Centro Tropical de Pesquisas e Tecnologia de Alimentos e da Operação Amazônia. Outrossim, da readaptação dos incapazes das Forças Armadas, do preparo de projetos de lei de prestação dos serviços militares pertinentes a diversas modalidades universitárias, além de colaborar na redação de anteprojetos de leis complementares.

Dentro do plano de transferência para Brasília, foram concluídas as obras do edifício-sede do EMFA, prosseguindo as do Hospital Central das Forças Armadas.

Através dos Núcleos de Comando da Zona de Defesa, realizou-se a atualização de dados do planejamento com vistas à elaboração de planos militares, como o da Amazônia Ocidental, ressaltando o levantamento estratégico da Zona de Defesa Sul no campo econômico, da Zona de Defesa Atlântica e a atualização do referente ao Nordeste, com o fim de possibilitar o emprêgo combinado das três Forças Armadas.

## MARINHA, EXERCITO E AERONAUTICA

A Marinha, o Exército e a Aeronáutica mantiveram-se absolutamente dedicados às suas destinações constitucionais. Realizaram importante atividade no campo da ação cívica, ocuparam-se em implantar, em seus respectivos setores, a Reforma Administrativa e aceleraram a transferência para Brasília dos órgãos ministeriais.

### MARINHA

#### Ação em 1967

O poder combatente da Esquadra foi aumentado com a incorporação do Contratorpedeiro *Piauí*. Com efeitos relevantes sobre o desenvolvimento econômico nacional, especialmente sobre as indústrias de construção naval e subsidiárias, foram construídas

41 lanchas e embarcações miúdas para diversos fins, estando em construção o Navio-Tanque *Marajó*, 4 avisos hidrográficos e seis navios-patrolhas.

A Marinha mantém em atividade um Sistema de Bases responsável pelo apoio às unidades de guerra e mercantes, em pontos estratégicos. Tais pontos foram escolhidos, propositadamente, em regiões carentes de desenvolvimento. Fêz-se, portanto, a estratégia naval coincidir com a estratégia para o desenvolvimento econômico.

O Serviço de Hidrografia e Navegação realizou levantamentos: nos rios Negro e Amazonas, na área adjacente a Manaus, em convênio com a Superintendência da Zona Franca de Manaus; entre Macapá e Manaus; no Pôrto do Recife; na área de Abrolhos; entre a foz do São Francisco e a do rio Itariri. Realizou, ainda, sondagens e pesquisas em diversos trechos do litoral, bem como fêz publicar diversas cartas náuticas e manteve sistemas de sinalização náutica.

No campo da pesquisa, em que a iniciativa privada ainda é incipiente, a Marinha desenvolveu importantes atividades em diversos setores.

Dentro do Plano Básico do Pessoal, integrante do Plano Diretor, puseram-se em prática medidas para melhorar o recrutamento, acelerar a carreira e aperfeiçoar a formação técnico-profissional de oficiais e praças.

No campo da assistência social, foram distribuídas 1.036 bôlsas de estudos a dependentes de militares e civis, e a servidores da Marinha. No desenvolvimento do programa de aquisição da casa própria, foram entregues, pela Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha, os conjuntos de Madureira, Pavuna e Ramos, totalizando 441 residências. Pela mesma Caixa, foram concedidos 2.000 empréstimos para construção e modernização de casas. Foi prestada grande assistência médica a militares, a servidores civis e a seus dependentes. Só na área da Guanabara foram atendidas mais de 27.700 pessoas.

A rêde de hospitais militares foi ampliada e modernizada, em particular com o início do funcionamento do Hospital Naval do Recife.

Cuidou-se com especial interesse das atividades esportivas, avultando entre estas a conquista do Campeonato Mundial de Pentatlo Naval pela equipe da Marinha do Brasil.

A fim de melhor atender às exigências de suas atribuições, foi o Comando do 6º Distrito Naval transferido de Mato Grosso para São Paulo.

Conforme determina a nova Organização Administrativa das Forças Navais, foi localizada em Belém a sede de alguns avisos-oceânicos, antes situada no Rio de Janeiro.

A Esquadra, as Forças Distritais e de Transporte participaram de diversas Operações Combinadas e Exercícios. Em síntese:

Forças	Dias de Mar	Milhas Navegadas
Esquadra .....	684,5	141.963
Distritais .....	687,5	133.351
Transporte da Marinha .....	687,5	202.917
Diretoria de Hidrografia e Navegação .....	382	67.615

### Ação Programada

Foram elaborados numerosos Planos Básicos, onde se destacam os seguintes projetos:

- incorporação do Contratorpedeiro *Santa Catarina*, ora em reativação;
- prosseguimento da construção, em estaleiros da Marinha e particulares, de diversos navios-tanques, fragatas, avisos, navios-patrulhas e um submarino;
- aquisição de dois helicópteros de busca e ataque anti-submarino, e de seis helicópteros médios para emprêgo geral;
- conclusão de obras diversas, em particular da Escola de Guerra Naval;

- recuperação e ampliação da rede escolar;
- prosseguimento da construção da Base Naval de Aratu, de modo a fazer funcionar, em 1968, o dique-sêco e as oficinas, permitindo docagens e reparos em navios até 3.500 toneladas;
- recuperação e complementação de diversas Bases;
- fabricação de munição no País;
- ampliação da rede hospitalar: término do Hospital Naval do Recife e do Hospital Naval Marcílio Dias;
- aquisição e construção de próprios nacionais e residenciais em Brasília, São Paulo e Pará, mediante financiamentos das Caixas Econômicas desses Estados; e
- desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas.

Estão ainda previstas diversas atividades operativas de importância, entre elas:

- Operação *Unitas IX*;
- Operação *Dragão IV*;
- Operação *Spring Board*;
- exercício com a Marinha Portuguesa;
- viagens de instrução;
- operações de minagem e varredura; e
- diversos outros exercícios e serviços como os de Hidrografia, Oceanografia e Sinalização Náutica, bem como o de apoio ao Projeto Rondon, para transporte de equipes de universitários ao interior do País.

Dentro da ação a ser desenvolvida no triênio 1968/1970, destacam-se os seguintes pontos:

- no Plano Básico para a Renovação e Ampliação dos Meios flutuantes: construção de navios de tipos e portes diversos;
- no Plano Básico de Renovação e Ampliação de Meios Aéreos: aquisição de helicópteros e fabricação de itens de

- material aeronáutico; manutenção e padronização dos modelos;
- no Plano Básico para o Pessoal em geral: programas de organização, de pessoal, e operacionais; programa de estímulo à Carreira Naval; programa de instrução do pessoal;
  - no Plano Básico para Bases Navais e Aéreas: prosseguimento da construção da Base Naval de Aratu; complementação da infra-estrutura da Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia; complementação da Base Naval de Val-de-Cãs; complementação da Base Naval de Natal; complementação da infra-estrutura da Base Naval de Ladário; modernização do complexo da Base Naval do Rio de Janeiro; implementação de um Núcleo de Elementos de Base em Manaus; e
  - importantes tarefas dentro dos Planos Básicos para: o Armamento, as Comunicações e Eletrônica, a Saúde, a Hidrografia e Navegação, os Portos e Costas, as Pesquisas, o Serviço Social, o Serviço de Relações Públicas e o Básico de Administração.

## EXERCITO

### Ação em 1967

O Exército realizou intenso trabalho, durante o exercício que findou.

A Reforma Administrativa está sendo executada progressivamente, com grande eficiência.

Criaram-se, nas unidades que recebem conscritos procedentes da zona rural, *Cursos de Conhecimentos Agropecuários*, com o objetivo de difundir conhecimentos especializados e estimular o retôrno dos mesmos às suas áreas de origem.

Com o Ministério do Interior e com o Conselho de Segurança Nacional foram firmados convênios relativos ao programa de manutenção e instalação de Colônias Militares de Oiapoque e Ta-

batinga e à criação de futuras Colônias Militares na faixa de fronteira.

O Exército ampliou e intensificou sua participação no Plano Nacional de Alfabetização, utilizando recursos e instalações de tôdas as Guarnições.

Visando à interiorização progressiva da tropa e ao atendimento e vivificação dos núcleos sociais menos beneficiados pelo progresso, foram construídos quartéis e levantadas residências num total de 619 unidades, das quais 167 em Brasília.

Prosseguem, em todo o País, os trabalhos de construção a cargo dos batalhões rodo-ferroviários, cujas missões atuais atingem 1.182 Km de ferrovias e 7.133 Km de rodovias, tôdas elas integradas no Plano Nacional de Viação.

Esse trabalho é realizado em todos os quadrantes do território brasileiro: desde a rodovia Cuiabá — Pôrto Velho, rasgando a Região Norte; passando pelas áridas glebas nordestinas onde, além de ferrovias e rodovias, são construídos, pelo 1º Grupamento de Engenharia, açudes e barragens; e desenvolvendo-se até o extremo sulino, na conclusão do Tronco Principal Sul.

Mereceram destaque os trabalhos realizados nos setores da saúde, assistência e previdência, ensino e ciência e tecnologia.

A tropa realizou grandes manobras, em todos os quatro Exércitos, com bastante realismo. A Guerra Revolucionária serviu de tema e exercícios nas diferentes áreas, com a participação das demais Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

Além de tudo o que foi enunciado, o Exército vem atuando nas ações civico-sociais, a fim de levar ao homem do interior uma mensagem de fé e esperança no amanhã, traduzida num trabalho entusiasta e idealista.

### **Ação Programada**

Dois planos básicos fixam parâmetros para as realizações do ano de 1968: o Plano Diretor de Reorganização e Rearticulação das Forças Terrestres e a programação trienal.

Em fundamento, o Plano Diretor consigna a adoção de nova estrutura divisionária e uma redistribuição de forças mais compatível com os fundamentos doutrinários que determinaram a sua elaboração.

Em 1968, iniciando a execução do referido Plano, serão efetivadas as seguintes realizações:

- implantação da organização em Brigadas, no âmbito do I Exército;
- redução dos efetivos na Guanabara;
- criação e ampliação de unidades no Nordeste e na Amazônia;
- preparação material para prosseguimento, em 1969 e 1970, da implantação progressiva do Plano Diretor;
- aquisição de material necessário ao reequipamento de 28 hospitais, 5 policlinicas, 1 sanatório, 1 instituto de biologia, 1 laboratório químico farmacêutico, 1 estabelecimento central de material de saúde e 6 depósitos regionais;
- constituição de estoques, no setor intendência, que atendam ao fluxo de suprimento;
- início do preparo da infra-estrutura de pesquisa, no setor pesquisa e desenvolvimento da tecnologia militar;
- conclusão de 144 blocos residenciais iniciados em 1967, construção de 540 unidades residenciais para oficiais e 399 para sargentos;
- participação no Programa de Transportes do Ministério dos Transportes, com a construção de ferrovias.

São objetivos prioritários do Exército, dentro do programa para o triênio 1968/1970:

- acelerar a interiorização de quartéis, em particular nas áreas de Brasília e da Amazônia;
- estimular e acelerar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para fins militares;

- concorrer para a formação de pessoal técnico de nível médio;
- acelerar o reequipamento material nos setores críticos, estimulando a participação da indústria nacional;
- prosseguir na execução do programa de construção de residências funcionais para seu pessoal;
- participar do Programa de Transportes mediante a continuação de obras a cargo de suas unidades de Engenharia; e
- prosseguir nos trabalhos de levantamento e mapeamento do território nacional.

## AERONAUTICA

### Ação em 1967

Grande esforço foi despendido no sentido de reaparelhar a FAB, dotando-a de equipamentos modernos, indispensáveis ao desempenho eficiente de suas missões. Para isso foram adquiridos no estrangeiro 73 aviões de treinamento de diversos tipos, além de 227 nacionais, para o treinamento primário básico. Mencionam-se ainda os estudos para substituição dos aviões que servem à Presidência da República.

Apesar das deficiências materiais existentes, a FAB desenvolveu apreciável número de missões operacionais; dentre elas destacam-se:

- Operação Xavante, de que participou efetivo superior a 2.500 homens da Aeronáutica, procedente de vários pontos do território nacional, e na qual se empregaram mais de 80 aeronaves de combate e de transporte, totalizando 1.426 horas de voo;
- Operação Unitas VIII, em cooperação com as Marinha de Guerra do Brasil, Argentina, Estados Unidos e Uruguai;
- cumprimento de mais de 4.200 horas em missões do interesse direto das Forças Terrestres;

- o Setor de Busca e Salvamento realizou acima de 180 saídas, totalizando mais de 3.000 horas de voo, em atendimento às mais variadas situações de emergência;
- em benefício do Batalhão Suez a FAB conduziu 924 passageiros, 150 toneladas de carga e voou 742 horas; e
- o Correio Aéreo Nacional alcançou os seguintes resultados:

carga transportada .....	7.245 ton
correspondência oficial, inclusive DCT .....	415 ton
passageiros transportados:	
— militares .....	29.142
— civis .....	79.996

Com vistas às necessidades crescentes, quer da aviação civil, quer da aviação militar, tiveram prosseguimento, no ano de 1967, os trabalhos relativos à ampliação e adaptação da infra-estrutura aeronáutica. Nesse sentido, foram realizadas obras de ampliação em mais de 30 aeródromos, constantes do Plano Aeroviário Nacional, além de reparos em outros tantos. Merecem menção especial a conclusão da pavimentação dos aeroportos de Foz do Iguaçu e Araxá e da estação de passageiros de Teresina, bem como o início da construção da estação do atual aeroporto da Capital Federal.

No sistema de proteção ao voo, foram incluídas as estações de radiossonda de Vilhena e Florianópolis e as instalações de VOR de Caravelas, Bom Jesus da Lapa e Florianópolis, bem como adquiridos 31 carros contra incêndio.

No campo da pesquisa e do desenvolvimento o Ministério deu importante contribuição em prol da ciência e da tecnologia. Na Base de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno foi atingida a marca de 20 sondagens, com excelentes resultados. No Centro Técnico de Aeronáutica, entre os projetos em andamento, inclui-se o de um moderno avião turboélice, adaptado às condições brasileiras.

Continuou a Aeronáutica a ministrar além dos cursos de formação o de especialização e aperfeiçoamento.

No setor da Assistência Social foi ampliado o atendimento médico-hospitalar para o que foram realizados importantes convênios com diversos estabelecimentos hospitalares do País.

O prosseguimento na execução do Plano Habitacional foi executado com o início da construção de 767 residências e a conclusão de outras 562.

### **Ação Programada**

Os programas de trabalho para o exercício de 1968 cobrem tôdas as áreas de atribuição do Ministério, no tocante à manutenção e ao fortalecimento do Poder Aéreo e à participação no desenvolvimento sócio-econômico do País. Principais pontos:

- aumento da capacidade operativa da FAB, para que ela possa cumprir sua missão constitucional, como Fôrça Armada, e executar o Correio Aéreo Nacional; tal esforço envolve, além da substituição do equipamento obsoleto, em sua maioria com mais de 20 anos de uso, a formação e o adestramento do pessoal militar;
- prosseguimento acelerado do programa de construção de aeroportos e de ampliação e melhoria dos já existentes, bem como do sistema de proteção ao vôo;
- incentivo à indústria nacional de construção de aeronaves e estímulo ao mercado especializado no reparo e manutenção de aviões e motores; e
- formação de técnicos de nível médio e superior; o superior, através do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e o médio, pela criação do Colégio Industrial, também em São José dos Campos, sem prejuízo da formação daqueles universitários.

Na programação para o triênio 1968/70, mencionam-se os seguintes pontos:

- Reforma Administrativa: aceleração da implantação da nova estrutura organizacional prevista no Decreto-lei nú-

mero 60.521, de 31 de março de 1967, a qual está calcada no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;

- **Fôrça Aérea Brasileira:** será completada a atual fase do Plano Básico de Renovação do Material Aéreo, intensificando-se a aquisição de aeronaves de fabricação nacional, cujos protótipos estão em desenvolvimento, em São José dos Campos; está previsto o reforço da capacidade de transporte na Amazônia, inclusive com a reformulação das linhas do Correio Aéreo Nacional;
- **infra-estrutura aeronáutica:** procurar-se-á reduzir os custos de operação e manutenção da rede aeroportuária, intensificando-se a descentralização da administração dos aeroportos civis, da esfera federal para a estadual, municipal ou para a iniciativa privada;
- o Plano Aeroviário Nacional será reformulado, dando-se ênfase à área da Amazônia, completando-se os aeroportos de Pôrto Velho, Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Carolina, Marabá, Pôrto Nacional e Caximbo, além da solução do problema aeroportuário de Manaus;
- está previsto o início das obras de construção ou adaptação do aeroporto internacional para as grandes aeronaves a jato, que se espera estejam concluídas até 1972;
- no Serviço de Proteção ao Vôo, atenção especial será dada à rede de comunicações, para adequá-la à velocidade das modernas aeronaves, enquanto será acelerada a instalação de auxílios básicos à navegação aérea ao longo das aerovias, inclusive a instalação de radares naquelas de maior intensidade de tráfego, com sejam as que ligam o triângulo Brasília — São Paulo — Rio;
- além de importantes tarefas dentro dos campos da indústria aeronáutica e da pesquisa e desenvolvimento.



**PARTE V**  
**PALAVRAS FINAIS**



Senhores Congressistas:

*Dei, assim, cumprimento ao item XIX do art. 83 da Constituição, prestando contas a Vossas Excelências do que fêz o Governo para corresponder neste primeiro ano à confiança do Congresso Nacional, expressa nos votos que me investiram na responsabilidade de Primeiro Mandatário e confirmada no apoio honroso que mereceu nossa administração, do Senado e da Câmara.*

*Desde a Introdução, na qual se expõem os fundamentos políticos de nossos atos, até à última fôlha da parte destinada à informação setorial, predominaram o tom da sinceridade e a linguagem da boa fé. Esta, como aquêlê, foi imposição da necessidade de retratar fielmente a realidade brasileira, merecedora de nossos cuidados e apreensões no presente, mas justificadora do fundo de otimismo que aqui se encontra em cada capítulo e será, possivelmente, a principal característica desta Mensagem.*

*O Brasil já repele igualmente, pelo vigor indiscutível com que se lança para o futuro, tanto as lamúrias dos falsos Jeremias como as imprecações subalternamente interessadas e mais ou menos sonoras dos que — incapazes de vê-lo íntegro e viciados em tomar-lhe as partes pelo*

*todo, como no apólogo dos cegos e do elefante — ainda não se deram conta de que a paisagem brasileira, na medida em que se modifica pela integração segura no panorama do mundo moderno, tende a expeli-los por si mesma, como um de tantos fenômenos produzidos pelo subdesenvolvimento.*

*A despeito da enorme soma de erros acumulados no curso de muitos anos, corajosamente atacados pelo meu eminente e saudoso antecessor mas ainda suscetíveis de retardar o ritmo dos nossos passos, progredimos firmemente em todos os setores e em cada um se subentende a prudente previsão do dia de amanhã.*

*Definiu-se, pela primeira vez em nossa História, em termos racionais, uma política para a Agricultura e já foram obtidos alguns resultados expressivos do esforço para diversificá-la e dar-lhe segurança de florescimento pelo recurso sistemático aos métodos modernos e pela seriedade dos critérios que passaram a orientar o crédito agrícola. A extensão dos preços mínimos ao Nordeste concorreu para acelerar o processo de integração de velhas, exaustas e remotas áreas rurais. O País acrescentou à potência instalada cerca de setecentos mil quilowatts, contribuindo para um dos grandes feitos da Revolução, que foi duplicar até 1967 a capacidade de produzir energia elétrica, existente em 1964; e as linhas de transmissão foram aumentadas de 5.000 quilômetros. Fizemos renascer a indústria naval, que se encontrava literalmente estagnada e ora se acha em regime de pleno emprego, assegurando a si mesma e a muitos milhares de brasileiros trabalho regular por um período mínimo de quatro anos.*

*Reabrimos os portos internacionais à nossa navegação de longo curso, cujas linhas foram ampliadas junta-*

mente com a nossa frota mercante. Restauramos a navegação de cabotagem, ao mesmo tempo que recuperávamos o Lóide Brasileiro e fazíamos ressurgir a navegação marítima para transporte de passageiros. Asfaltamos em um ano mais de mil quilômetros de estrada, com a implantação de uma política rodo-ferroviária voltada para a estruturação de nossa economia.

Fizemos baixar a taxa de juros, estimulando a circulação do dinheiro e os investimentos produtivos. Continuamos a vencer a dura batalha contra a inflação, reduzindo-se de 41,1 em 1966, para 24,5 por cento, na Guanabara, a taxa de aumento do custo de vida.

Contratou-se a construção, com financiamento do BNH, de 167.291 habitações novas, contra 120 mil somadas nos 26 anos precedentes com recursos oficiais; começou-se a sentir, além do benefício que essa realização representou em si mesma, o efeito multiplicador dos investimentos na construção civil.

Em tôdas as áreas, pugnamos na defesa e pela expansão da empresa privada, inclusive começando a desempenhar a máquina administrativa, como um dos meios para tornar o setor público mais dinâmico e mais eficiente no atendimento dos interesses particulares, para os quais deve estar voltado.

Implantamos o Ministério das Comunicações e em poucos meses abrimos a perspectiva de remoção de um dos obstáculos mais graves ao desenvolvimento nacional. Já estamos ampliando a rede de telex e até o fim de meu mandato as Capitais de Estados poderão comunicar-se entre si telefonicamente, por discagem direta. Mais comuni-

*cação significa mais negócio, mais trabalho, mais bem-estar e circulação maior dos benefícios da civilização.*

*Com a concessão de incentivos fiscais, levamos à Amazônia, para quem quiser ver, os primeiros sinais de seu renascimento e de sua plena integração na comunidade brasileira. Deslocamos, com sacrifícios conhecidos, o Governo Federal para regiões estratégicas, aí auscultando diretamente as suas aspirações e em cada uma delas trabalhando em ação coordenada, com o alto propósito de elevar a vida política do País pelo revigoramento da Federação.*

*Consolidamos a reconquista da confiança externa, do que foi prova, durante o ano, principalmente a partir da reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o intenso intercâmbio com banqueiros e financiadores, que passaram a oferecer-nos, espontaneamente, uma ampliação de nossas linhas de crédito no exterior. A estabilidade política, a austeridade imprimida ao trato da coisa pública e os resultados já obtidos no esforço para dar uma infra-estrutura à nossa economia, demonstram ser hoje um alto negócio investir no Brasil e concorrer para que êle chegue rapidamente ao nível dos países mais desenvolvidos do Ocidente.*

*Nossa voz passou a ser ouvida com mais respeito nas conferências internacionais, em que defendemos intransigentemente nossos interesses, sem confundir-los com os temas preelaborados pelos que se profissionalizaram na deflagração da guerra ideológica, entre países que têm tanto de comum, que podem discutir até com severidade aquilo que constitua objeto de divergência.*

*Em suma, Senhores Congressistas, tudo quanto se encontrava ao nosso alcance e na medida dos nossos re-*

cursos foi feito para que o País tomasse com segurança, cautelosa mas firmemente, o caminho do desenvolvimento global. Atingimos a marca prevista para o crescimento do produto nacional, que chegou, não obstante o recesso do primeiro trimestre, aos 5 por cento desejados com timidez no começo do ano.

Mas nosso otimismo, fundado nas potencialidades do Brasil e na convicção de que não voltaremos a comprometer-lo nas agitações que o paralisaram nos anos anteriores a 1964, não exclui, por ser fruto da razão, o reconhecimento dos fatores negativos que ainda persistem e precisam ser removidos. Nosso Programa Estratégico define as metas que deveremos alcançar até 1971. A simples fixação delas importa a aceitação do fato de que é tão grande a tarefa a executar nos próximos três anos, que o muito realizado nestes primeiros doze meses deve aumentar a nossa ansiedade e só nos dá a alegria de haver transposto, com felicidade, disposição e modéstia, uma pequeníssima etapa na grande corrida para o futuro.

O deficit anual de habitações é estimado em cerca de 500 mil, o que significa haver ainda milhões de brasileiros esperando por um mínimo de dignidade nas condições em que moram com suas famílias. Grande demais é o número dos jovens aos quais não se abrem as portas das Universidades, embora tenhamos presidido à criação de 22 Escolas Superiores; e ainda mais numerosos são os que não completam o curso primário ou não chegam aos cursos de nível médio. São muitos os que, além da casa condigna, desconhecem o conforto da luz elétrica. Também muitos são os que não foram atingidos pelo esforço na produção mais abundante e mais barata de alimentos. E alguns mi-

*lhões, além de tudo isto, e apesar do que fez o Govêrno no setor da Saúde Pública, ainda são vítimas de endemias, existem em condições primárias de higiene e não dispõem de meios para o acesso aos medicamentos modernos.*

*Para êsses brasileiros, sobretudo, é que trabalhamos, empenhados em contribuir para que em futuro próximo possam bendizer o País em que vivem. Devemos e podemos fazer um Brasil mais próspero, mais homogêneo e melhor. Tarefa para algumas gerações, façamos com que a nossa deixe na esteira do tempo o sinal de sua sensibilidade, de seu patriotismo e de seu valor, na marca de seu concurso para levá-la a cabo com ânimo e seriedade. Não podemos vencer o tempo mas é certo que, dando cada qual a sua quota de labor e sacrifício, podemos evitar que sejamos vencidos por êle.*

*Apelo para Vossas Excelências e concito tôdas as forças válidas da Nação, no sentido de que nos unamos, acima e apesar das divergências naturais, com o pensamento voltado para êste País e para êste povo, cujo destino é historicamente seguro mas, a curto prazo, depende da nossa geração e do nosso trabalho de cada dia.*

*Brasília, 1.º de março de 1968.*

A. COSTA E SILVA

## INDICE ANALÍTICO

### Parte I

#### O SEGUNDO GOVERNO DA REVOLUÇÃO

	Págs.
Retomada do Desenvolvimento .....	12
Resultados do Combate à Inflação .....	13
Política Fiscal e Monetária .....	14
Execução Orçamentária .....	15
Política de Crédito .....	16
A Nova Estratégia do Desenvolvimento .....	18
Definição de Estratégia .....	20
As duas fases da Estratégia .....	21
Orçamento Plurianual de Investimento e Programa Estratégico	23
Justiça .....	23
Política Externa .....	24
Fôrças Armadas .....	26
Agricultura .....	29
Transportes .....	30
Educação .....	31
Trabalho e Previdência .....	33
Política Salarial .....	34
Saúde .....	35
Minas e Energia .....	36
Indústria e Comércio .....	38
Desenvolvimento Regional .....	38
Comunicações .....	41

### Parte II

#### EXECUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

AREAS ESTRATÉGICAS .....	46
--------------------------	----

	Págs.
AGRICULTURA E ABASTECIMENTO .....	46.
<i>Ação em 1967</i> .....	46.
Programação Técnica e Financeira .....	48.
Pesquisa Agrícola .....	49.
Defesa Sanitária .....	49.
Produção Animal .....	49.
Extensão Rural .....	50.
Reforma Agrária .....	50.
Desenvolvimento Rural .....	51.
Desenvolvimento da Pesca .....	51.
Desenvolvimento Florestal .....	52.
Política de Abastecimento .....	52.
Armazenagem .....	53.
Preços Mínimos .....	53.
Sistema de Apoio ao Setor Agrícola .....	53.
Modernização do Sistema de Abastecimento .....	54.
<i>Ação Programada</i> .....	55.
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA .....	56.
<i>Transportes</i> .....	56.
Política de Transportes .....	56.
Setor Ferroviário .....	57.
Setor Rodoviário .....	59.
Setor de Marinha Mercante .....	60.
Setor de Portos e Vias Navegáveis .....	62.
Transporte Aéreo .....	63.
<i>Comunicações</i> .....	64.
Política de Telecomunicações .....	64.
Sistema Nacional de Telecomunicações .....	65.
Serviços Telefônicos .....	67.
Departamento de Correios e Telégrafos .....	67.
<i>Energia</i> .....	68.
Petróleo .....	68.
Conselho Nacional de Petróleo .....	68.
Petrobrás .....	69.
Refinação, Petroquímica e Industrialização do Xisto .....	70.
Mercado de Derivados do Petróleo .....	71.
Importação de Petróleo .....	71.
Importação de Derivados .....	72.
Energia Elétrica e Nuclear .....	73.
Carvão .....	75.

	Págs.
REDUÇÃO DE CUSTOS BÁSICOS .....	76
Custos Financeiros .....	77
Transportes .....	78
Energia Elétrica .....	78
Óleo Combustível .....	79
Enxôfre .....	79
Sal .....	80
Borracha .....	81
Alcool .....	82
CONSOLIDAÇÃO DE INDÚSTRIAS BÁSICAS .....	82
Mineração .....	82
Siderurgia .....	83
Metais Não-Ferrosos .....	85
Química e Petroquímica .....	85
Mecânica, Elétrica e Bens de Capital .....	87
Indústria de Construção Civil e de Materiais de Construção .....	89
REFORMA ADMINISTRATIVA .....	90
<i>Ação em 1967</i> .....	90
Delegação de Competência .....	91
Simplificação de Rotinas Básicas .....	92
Regionalização .....	93
Escritório da Reforma Administrativa .....	94
Transferência para Brasília .....	96
<i>Ação Programada</i> .....	97
PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA .....	97
<i>Ação em 1967</i> .....	97
Conselho Nacional de Pesquisas .....	98
Comissão Nacional de Energia Nuclear .....	98
Comissão Nacional de Atividades Espaciais .....	100
Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico .....	100
<i>Ação Programada</i> .....	101
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL .....	103
<i>Educação</i> .....	103
<i>Ação em 1967</i> .....	103
Administração e Planejamento .....	103
Expansão e Aperfeiçoamento do Sistema de Ensino .....	103

	Págs.
Ensino Primário .....	103
Ensino Médio .....	104
Ensino Superior .....	106
<i>Ação Programada</i> .....	107
<i>Habitação</i> .....	108
<i>Ação em 1967</i> .....	108
<i>Ação Programada</i> .....	110
Saúde .....	110
<i>Ação em 1967</i> .....	110
Eradicação de doenças transmissíveis .....	111
Assistência Médico-Sanitária .....	112
<i>Ação Programada</i> .....	113
<i>Saneamento Básico</i> .....	114
<i>Trabalho e Previdência</i> .....	116
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO .....	120
DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	120
<i>Amazônia</i> .....	120
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia .....	120
Superintendência da Zona Franca de Manaus .....	121
Banco da Amazônia S. A. ....	121
<i>Nordeste</i> .....	122
<i>Ação Coordenada do Governo Federal</i> .....	122
Incentivos Fiscais .....	123
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste .....	124
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas .....	124
Superintendência do Vale do São Francisco .....	124
Banco do Nordeste do Brasil S. A. ....	125
<i>Centro-Oeste e Sul</i> .....	125
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste .....	125
Vales Tocantins-Araguaia e Paraguai-Cuiabá .....	125
Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul .....	126
Lagoa Mirim .....	126
DESENVOLVIMENTO URBANO .....	126
Pólos de Desenvolvimento .....	127
Planejamento Local Integrado .....	127

## Parte III

## POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

	Págs.
POLÍTICA EXTERNA .....	131
Fundamentos .....	131
Relações Interamericanas .....	133
Integração Latino-Americana .....	134
Ciência e Tecnologia e Política Nuclear .....	135
Desarmamento .....	136
Descolonização .....	137
Relações Bilaterais .....	137
COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	138
Exportações .....	139
Importações .....	141
Transações de Invisíveis .....	141
Movimento de Capitais .....	142
Endividamento Externo .....	143
Endividamento Compensatório .....	143
Política Cambial .....	144
Café .....	144
Exportações .....	144
Acôrdo Internacional do Café .....	145

## Parte IV

## JUSTIÇA E FORÇAS ARMADAS

JUSTIÇA .....	149
FORÇAS ARMADAS .....	151
Estado-Maior das Fôrças Armadas .....	152
Marinha, Exército e Aeronáutica .....	153
Marinha .....	153
Ação em 1967 .....	153
Ação Programada .....	155

	Págs.
Exército .....	157
Ação em 1967 .....	157
Ação Programada .....	158
Aeronáutica .....	160
Ação em 1967 .....	160
Ação Programada .....	162

## Parte V

### PALAVRAS FINAIS